

# RELATÓRIO & CONTAS

---

2019



glinTT

# ÍNDICE

## 01. ENQUADRAMENTO

1.1	MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	4
1.2	A GLINTT .....	5
1.3	SOCIEDADES E ÓRGÃOS SOCIAIS .....	17
1.4	PRINCIPAIS INDICADORES .....	18

## 02. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

2.1	CONTEXTO MACROECONÓMICO .....	21
2.2	DESEMPENHO EM 2019 E PERSPETIVAS FUTURAS .....	22
2.3	MODELO DE GOVERNAÇÃO .....	23
2.4	DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA .....	23
2.5	INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA .....	29
2.6	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....	29
2.7	DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS .....	30
2.8	AGRADECIMENTOS .....	30
2.9	ANEXOS AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO .....	31

## 03. GOVERNO DA SOCIEDADE

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2019 .....	34
--	----

## 04. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

4.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	84
4.2	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (GLINTT GIT – EMPRESA-MÃE) .....	159

## 05. ANEXOS

5.1	CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	196
5.2	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	209
5.3	DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS .....	211

01.

# ENQUADRAMENTO



# 1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

## SER MAIOR NO CRESCIMENTO, NA INOVAÇÃO, JUNTO DOS NOSSOS CLIENTES E DAS NOSSAS PESSOAS

A Glintt terminou o ano de 2019 com um volume global de negócios de 92,3 milhões de euros e um resultado operacional bruto (EBITDA) de 7,6 milhões de euros. Comparativamente com o ano anterior crescemos, tanto em volume como ao nível do resultado líquido.

Todos os anos nos reinventamos e nos adaptamos às necessidades dos nossos clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e mercado. A nossa missão é liderar a transformação digital, com o foco nas pessoas e no bem-estar da sociedade global. Acreditamos que é através da inovação tecnológica, que continuaremos a transformar as organizações e a melhorar a vida das pessoas. Para tal valorizamos fortemente a sustentabilidade, a inovação, a ética e a superação.

Desde que abracei o desafio de liderar a Comissão Executiva da Glintt (2015 até ao presente), que foram várias as mudanças das quais nos orgulhamos enquanto equipa. Foram quatro anos de trabalho árduo conjunto, onde apostámos todas as nossas fichas com confiança e superação pessoal e coletiva.

Reforçámos a aposta nos nossos valores corporativos, crescemos nas linhas de oferta e na qualidade e relevância do serviço, demos prioridade ao setor da saúde e às áreas de maior valor acrescentado para a procura de soluções tecnológicas Glintt. Reforçámos a rede de parceiros e continuámos a alimentar a nossa aposta nos nossos colaboradores. Com o foco na inovação, inaugurámos um hub de para a transformação digital na saúde, a Glintt Inov. Um projeto que tem por objetivo investir em inovação útil, tanto para os profissionais de saúde como para o cidadão. Abrimos também um hub tecnológico na ilha Terceira, um desafio que surgiu pelo Governo Regional dos Açores, via Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, com o intuito de alargar a capacidade de desenvolvimento das nossas soluções, assim como de poder contribuir para uma

dinâmica económica da região, e melhorar a sua capacidade de resposta aos seus clientes da região autónoma. Mais recentemente temos apostado numa maior relação Ibérica, num crescimento inorgânico, com a aquisição de várias empresas espanholas na área da Farmácia, e joint ventures.

Estas são as ações que fizeram parte do nosso plano de consolidação e reorientação estratégica nestes últimos anos e que melhor retratam o valor que gerámos e que fomos capazes de entregar. Todos acreditamos – tanto eu como os restantes membros da Comissão Executiva - que este é o nosso caminho para continuar a aumentar o valor que entregamos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros, e também aos nossos acionistas. E por isso a todos eles o nosso muito obrigado.

Porém, e pela altura em que escrevo estas linhas, não podia deixar de fazer um apelo nestes tempos conturbados em que vivemos causado pelo novo coronavírus. A sua evolução galopante na Europa e no mundo, a forma como tem afetado as nossas famílias, os nossos colegas, os nossos clientes, têm sido preocupações partilhadas por todos nós. Em consequência, acionámos o nosso plano de contingência e estamos preparados para o impacto que esta crise está a ter na nossa atividade.

Assim, o desafio será trabalharmos em segurança e juntos garantirmos que, enquanto equipa, continuamos a funcionar e a entregar valor aos nossos clientes, garantindo ao mesmo tempo a saúde e bem-estar de cada um de nós.

**A minha mensagem é de serenidade, calma e confiança no futuro próximo.**

Obrigado pelo esforço de todos.

**Nuno Vasco Lopes**  
Presidente da Comissão Executiva

## 1.2. A GLINTT

### EMPRESA E EQUIPA

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., é uma multinacional tecnológica de origem Portuguesa, emitente de ações, atualmente admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext de Lisboa.

Encontra-se sediada em Portugal e opera em mais cinco países – Espanha, Reino Unido, Irlanda, Angola e Brasil – totalizando mais de 1.000 colaboradores em todo o Mundo.

Com mais de 20 anos de experiência, a Glintt é uma empresa líder em Consultoria e Serviços Tecnológicos em Saúde. As suas soluções são utilizadas em mais de 200 hospitais e clínicas, conseguindo responder na íntegra aos requisitos de praticamente todos os serviços de uma unidade hospitalar, desde a admissão do utente; da prescrição ao registo de atos e medicamentos, à sua faturação; até à relação do utente com a unidade de saúde a partir da sua residência.

Já no setor da Farmácia, são mais de 14.000 as Farmácias na Península Ibérica que utilizam o software de gestão suportado pela Glintt. A empresa disponibiliza ainda um vasto portfólio de outras ofertas de bens e serviços, o qual engloba a conceção e projeção de espaço de lojas, automação, infraestruturas e consumíveis, entre outros.

Mas não são apenas os mercados de Healthcare e Farmácia que contam com a Glintt. A tecnológica colabora com algumas das maiores e mais competitivas entidades públicas e privadas, presentes em vários países da Europa, na área dos Serviços Financeiros, Telecomunicações e Administração Pública, nas quais executa projetos transformacionais de elevada complexidade e serviços de gestão aplicacional e de infraestruturas.

A equipa da Glintt é uma combinação de fortes competências em Saúde com formação em Farmácia, Enfermagem, Biomédica, Tecnologia e Sistemas de Informação, Matemática e Gestão, garantindo aos clientes e parceiros de negócio o know-how necessário para responder aos seus desafios. A empresa acredita ainda que a ligação dos canais físicos e digitais, através de uma experiência de utilização transparente e sem barreiras, é uma das chaves na retenção e captura de novos clientes.

Em resultado do compromisso com a excelência e o elevado investimento em I&D, promovido não só por iniciativas autónomas, como em parceria com universidades e consórcios internacionais, a Glintt orgulha-se de deter um notável portfólio de propriedade intelectual, reconhecido pelo Sistema Científico e Tecnológico Português e certificado por várias entidades nacionais e estrangeiras.



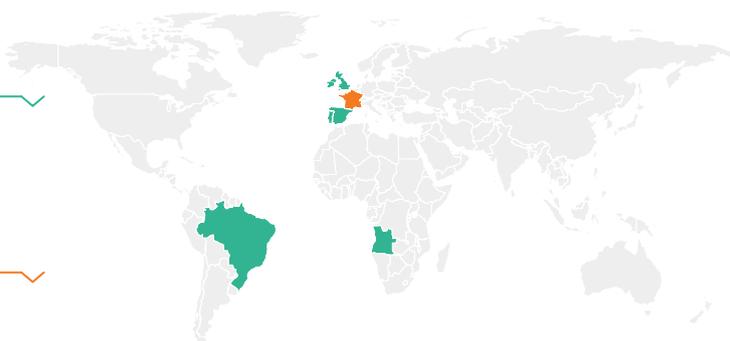
#### ESCRIÓRIOS

Portugal, Espanha, Angola, Brasil, Irlanda e Reino Unido.



#### PROJETOS

França.



## OFERTA E MERCADOS

O Modelo Operativo da Glintt pretende fomentar uma cultura empresarial “Ser Maior”, através de uma visão integrada da gestão comercial e de uma lógica win-win / lose-lose entre Mercados e Negócio.

O Modelo Operativo da Glintt é do tipo Matricial com três Unidades transversais: Digital Transformation, Glintt Solutions e Corporate Services Group. A matriz assenta em dois eixos verticais numa vertente de negócio em Portugal, Espanha e Internacional, que representam os mercados de atuação: Healthcare e Pharma, e quatro eixos horizontais que representam o Negócio/Oferta Glintt (*Business Consulting, Physical Design, Equipments & Automation e Support Services*).

Este modelo permite um maior foco em quatro fatores chave essenciais: Pessoas | Inovação | Crescimento | Clientes.

Por outro lado, a estrutura organizacional da Glintt garante a existência de Unidades de Mercado, com um foco eminentemente comercial, e Unidades de Negócio focadas ao nível da entrega de produtos, serviços e gestão da oferta. Este modelo pretende potenciar um maior foco nas necessidades dos nossos clientes e uma maior qualidade e eficiência na entrega dos nossos produtos e serviços. Transversalmente existem Unidades Corporativas que garantem o funcionamento dos serviços da Organização e uma melhor gestão e organização interna.

### EXECUTIVE BOARD

### GLINTT DIGITAL TRANSFORMATION

### GLINTT SOLUTIONS



### PRODUCTS AND SERVICES

	PHARMA PT	PHARMA ESP	HEALTHCARE
BUSINESS CONSULTING	●	●	●
PHYSICAL DESIGN	●	●	●
EQUIPMENT & AUTOMATION	●	●	●
SUPPORT SERVICES	●	●	●

### CORPORATE SERVICES GROUP

### CORPORATE SERVICES GLINTT



## EXECUTIVE BOARD



**JOÃO PAULO CABECINHA**



**DARIO BASTOS MARTINS**



**NUNO VASCO LOPES**  
CEO



**MIGUEL LANÇA**



**FILIPA FIXE**



**LUIS COCCO**  
CFO

## GLINTT DIGITAL TRANSFORMATION



**DAVID FAUSTINO**  
DIGITAL TRANSFORMATION

## GLINTT SOLUTIONS



**PAULO FIGUEIREDO**  
PHARMA SOLUTIONS



**HUGO MAIA**  
INOV SOLUTIONS



**FLÁVIO TEIXEIRA**  
HEALTHCARE SOLUTIONS

## PHARMA



**PEDRO ROMA**  
PHARMA



**RICARDO FERREIRA**  
BUSINESS CONSULTING



**JOÃO ABREU**  
PHYSICAL DESIGN



**MÁRIO GIL**  
EQUIPMENT & AUTOMATION



**SÉRGIO CRUZ**  
SUPPORT SERVICES

PRODUCTS  
AND SERVICES

## HEALTHCARE



**SÓNIA SANTOS**  
HEALTHCARE



**RICARDO GIL SANTOS**  
BUSINESS CONSULTING



**LUÍS BRANDÃO**  
EQUIPMENT & AUTOMATION



**TBA**  
SUPPORT SERVICES

PRODUCTS  
AND SERVICES

## CORPORATE SERVICES GROUP



**ORLANDO SANTOS**  
DIGITAL TRANSFORMATION



**MÁRIO FERNANDES**  
DMO GROUP



**NUNO NEVES**  
CSO GROUP



**SUSANA SARDINHA**  
MARKETING & COMMUNICATIONS

## CORPORATE SERVICES GLINTT



**INÊS PINTO**  
HUMAN RESOURCES



**TELMA LOUREIRO**  
ORGANIZATIONAL  
DEVELOPMENT



**VITOR SILVA**  
MANAGEMENT CONTROL



**ELSA ABRANTES**  
ECONOMIC AND  
FINANCIAL



**MARGARIDA JERÓNIMO**  
BUSINESS PERFORMANCE  
AND RISK ANALYSIS



## EXECUTIVE BOARD



**JOÃO PAULO CABECINHA**



**DÁRIO BASTOS MARTINS**



**NUNO VASCO LOPES**  
CEO



**MIGUEL LANÇA**



**FILIPA FIXE**



**LUIS COCCO**  
CFO

## GLINTT DIGITAL TRANSFORMATION



**DAVID FAUSTINO**  
DIGITAL TRANSFORMATION

## GLINTT SOLUTIONS

**CONSOFT**

**PULSO**  
INFORMÁTICA

**COGIFAR**  
TECH

**PHARMA**



**CARLOS GUEDES**  
PHARMA

**PRODUCTS AND SERVICES**



**ROCIO VIDAL**  
BUSINESS CONSULTING



**LÍDIA MARTIN**  
PHYSICAL DESIGN



**SERGI GARCIA**  
EQUIPMENT & AUTOMATION



**SUPPORT SERVICES**

**LOGINFAR**  
TECHNOLOGY SOLUTIONS

**monsegur**

**QWERTY**

**ALFAINFORMATICA**



## CORPORATE SERVICES GROUP



**ORLANDO SANTOS**  
DIGITAL TRANSFORMATION



**MÁRIO FERNANDES**  
DMO GROUP



**NUNO NEVES**  
CSO GROUP



**SUSANA SARDINHA**  
MARKETING & COMMUNICATIONS

## CORPORATE SERVICES GLINTT



**INÊS PINTO**  
HUMAN RESOURCES



**TELMA LOUREIRO**  
ORGANIZATIONAL DEVELOPMENT



**VITOR SILVA**  
MANAGEMENT CONTROL



**ELSA ABRANTES**  
ECONOMIC AND FINANCIAL



**MARGARIDA JERÓNIMO**  
BUSINESS PERFORMANCE AND RISK ANALYSIS

## Âmbito de Atuação Internacional

Para dar suporte às operações em lançamento, temos mais um eixo vertical, associado ao Internacional (geografias target, exceto Espanha). A venda é liderada por equipas afetas à geografia e o delivery é efetuado por equipas das Unidades de Negócio, sendo a gestão destas equipas suportada pelo Gestor de Geografia.

Cada geografia tem um Gestor de Geografia, que tem como principais responsabilidades o desenvolvimento de negócio nessa geografia e a gestão do orçamento de custos do escritório e da operação.

## Unidades de Mercado

As Unidades de Mercado da Glintt estão divididas em Pharma e Healthcare numa vertente de negócio Ibérico (Portugal e Espanha) e encontram-se organizadas em duas grandes áreas: uma relativa à venda no mercado Ibérico e uma segunda relativa à componente de Inovação e Desenvolvimento de Negócio.

## Internacional

Associado ao Internacional (geografias target, exceto Espanha), a venda é liderada por equipas afetas à geografia e a entrega é efetuada por equipas das Unidades de Negócio, sendo a gestão destas equipas suportada pelo Managing Director da geografia.



	Vendas Portugal e Espanha	Inovação e Desenvolvimento de Negócio	Vendas Internacional	Entrega
Principais responsabilidades	Realizar atividade comercial em Portugal e Espanha, gerindo a relação com os clientes atuais e fazendo prospeção e abordagens a potenciais clientes.	Desenvolver o modelo de negócio de novos produtos ou serviços e avaliar a sua viabilidade, alinhado com as Unidades de Negócio. Compete também a esta área, identificar novas oportunidades de desenvolvimento de negócio.	Realizar atividade comercial nos mercados Internacionais, gerindo a relação com os clientes atuais e fazendo prospeção e abordagens a potenciais clientes.	Realizar atividade de <i>delivery</i> . Esta atividade é assegurada pelas equipas das Unidades de Negócio, sendo a gestão destas equipas suportada pelo Managing Director da geografia Internacional.

## Unidades de Negócio

As Unidades de Negócio estão divididas em *Business Consulting*, *Physical Design*, *Equipments & Automation* e *Support Services*. São responsáveis pela gestão de portefólio e gestão do serviço prestado ao cliente.

Negócio / Oferta		Relação com o Cliente
Business Consulting	Prestação de serviços de <b>consultoria de negócio, estratégica e operacional</b> .	
Physical Design	Gestão, <b>desenho e conceção</b> de layout e imagem de espaços físicos.	
Equipments & Automation	Gestão de produtos ao nível da tecnologia digital e operação. Inclui também a gestão da <b>logística e robótica</b> .	
Support Services	Prestação de serviços de <b>suporte</b> em aplicações e postos de trabalho, com um ponto único de contacto, de forma transversal a todos os clientes Glintt.	

## Corporate Services Group

As Direções Corporativas do Grupo estão organizadas em:

### Digital Transformation Group:

Definir, implementar, manter e operar os sistemas de informação corporativos do Grupo ANF, garantindo a sua permanente atualização tecnológica e adequação às necessidades de negócio, suportando todo o processo de Transformação Digital do Grupo ANF e respetivas empresas / Áreas de Negócio.

### CSO (Chief Security Officer) Group:

- Promoção de um ambiente seguro e confiável e a melhoria contínua dos serviços prestados, através da dinamização das atividades na área da gestão do risco e segurança, desenvolvidas em colaboração com todas as áreas e empresas do Grupo;
- Reforço e demonstração da segurança nos sistemas das Farmácias, fortalecendo a confiança dos utentes;
- Reforço da capacidade de controlo transversal a todo o Grupo;
- Reforço da capacidade de garantia de conformidade em todas as áreas e empresas do Grupo.

### DMO (Data Management Officer) Group:

- Caracterização dos dados existentes no ecossistema Sifarma, alargando posteriormente para outros softwares de farmácia e de hospitais;
- Definição dos conceitos de dados chave, caracterização dos seus atributos e sua origem. A análise focar-se-á nos conceitos de dados chave na saúde, independentemente de residirem em sistemas internos do Grupo ANF ou externos;
- Identificação de outros conceitos chave e sua caracterização, que possam contribuir para a correta implementação de uma estrutura e indicadores-chave dos cuidados com a saúde baseados em valor (VBHC);

- Caracterização das atuais fontes de dados para os conceitos dicionarizados, identificação de possíveis medidas de melhoria e criação de iniciativas para sua concretização;
- Identificação de potenciais fontes de dados para dados inexistentes nos sistemas internos do Grupo ANF e implementação de medidas que conduzam à sua obtenção;
- Implementação de medidas de governação de dados que garantam a gestão dos conceitos de dados chave, a sua integridade, qualidade, disponibilidade, segurança e sua utilização legal e ética.

#### Marketing & Communication:

O âmbito de atuação da área de Marketing & Communication incorpora a comunicação interna, institucional, gestão de eventos Glintt e apoio ao nível do Marketing e Comunicação de produtos e serviços Glintt.

#### PMO (Project Management Officer):

- Gestão do portefólio de projetos de TI do Grupo, com o objetivo de garantir a realização dos projetos que permitem a prossecução da estratégia de TI do Grupo e o retorno do investimento realizado;
- Definição, atualização e gestão de processos de TI (AT e Grupo);
- Acompanhamento e análise de KPI e níveis de serviço prestados aos Clientes, de modo a apoiar a melhoria contínua dos mesmos.

#### Business Partners:

- Atuação como parceiro estratégico e ponto de contacto único junto das Unidades de Negócio, que não têm Head of IT, na prossecução dos seus objetivos estratégicos, através da resposta a necessidades de cariz tecnológico;
- Promoção de uma visão transversal dos projetos existentes em cada uma das UN mencionadas, de modo a facilitar a tomada de decisão e a gestão orçamental.

#### Gestão de Projeto:

- Definição e operacionalização de boas práticas de gestão de projeto (foco no âmbito, tempo, custo e qualidade), com o objetivo de melhorar a qualidade do output dos projetos;
- Estreita colaboração com a gestão dos diversos produtos de TI do Grupo, com o objetivo de potenciar a resposta às necessidades dos utilizadores por parte da solução que está a ser conceptualizada, alinhada com as orientações de Design System definidas e viável em termos técnicos.

#### Corporate Services Glintt

As Direções Corporativas da Glintt estão organizadas em:

#### Human Resources:

A Direção de Recursos Humanos tem como principais responsabilidades os seguintes âmbitos de atuação: Gestão de Carreiras, Recrutamento, Formação, Política Retributiva, Gestão da Performance e Desenvolvimento e Mobilidade.

#### Organizational Development:

A Direção de Organizational Development atua em três vertentes: Organização e Processos, Compliance & Assurance e Melhoria Contínua.

### Management Control:

A Direção de Management Control, é a ferramenta corporativa que monitoriza os objetivos operacionais e estratégicos da organização, auxiliando-a na tomada de decisão.

Principais vertentes de atuação: planeamento, orçamentação, contabilidade analítica, medição e controlo de desvios, verificação de indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação do desempenho das Unidades, e relatórios de controlo orçamental.

### Economic and Financial:

**Collections and Credit Control:** atua essencialmente na garantia de que a organização concede crédito apenas aos clientes que apresentam indicadores de que cumprirão as suas responsabilidades para com o Grupo, onde se inclui a aprovação e atribuição de créditos e de limite de crédito. Efetua os contactos com os clientes para cobrança dos valores em dívida, de modo a garantir que não haja atrasos significativos nos recebimentos. Efetua também a análise das moras mais significativas, encaminhando estes casos, quando necessário, para o Departamento Jurídico.

**Banks and Treasury:** inclui essencialmente o controlo do cash flow do Grupo, garantindo uma boa gestão entre as cobranças e os pagamentos a fornecedores, colaboradores e outras entidades. Efetua a gestão dos diversos produtos financeiros, com vista ao controlo dos níveis de endividamento do Grupo. Relacionamento com as diversas entidades bancárias.

### Gabinete de Apoio à Comissão Executiva:

O Gabinete de Apoio à Comissão Executiva atua em três vertentes: Secretariado de Administração, Gestão de Correspondência e Gestão de Serviços Externos.

### Business performance & Risk analysis:

Monitoriza o desempenho da organização com o objetivo de avaliar os riscos do negócio e atuar sobre:

- As ameaças à rentabilidade e liquidez das Unidades de Negócio;
- O desenho e implementação de ferramentas de controlo e mecanismos de medição de performance;
- A implementação de práticas de Revenue Assurance;
- As atividades de Controlo Interno, com vista a supervisionar a gestão do risco e apurar a fiabilidade na produção de informação e tratamentos de dados críticos para o negócio;
- A execução de assessments de natureza financeira e/ou operacional ao negócio, para suporte à tomada de decisões de gestão.

### Glintt Digital Transformation

A unidade de negócio Transformação Digital é focada em tecnologia aplicacional e em infraestruturas de nova geração, que alinha tecnologia e negócio, com o objetivo de maximizar resultados aos seus clientes. Tem uma oferta Ibérica desenvolvida especialmente para grandes organizações pertencentes a setores de atividade críticos para a nossa sociedade. Com mais de 20 anos de experiência no mundo tecnológico, esta unidade é conhecedora do Mundo digital e tem as competências certas que possibilitam a criação de projetos inovadores.

## Glantt Solutions

Divide-se em três grandes áreas:

### Pharma Solutions:

A Unidade de Pharma Solutions é responsável pela gestão, arquitetura e desenvolvimento de soluções próprias do Mercado Pharma, que engloba essencialmente as Farmácias, sendo prioridade desta equipa pensar e conceber espaços de saúde e bem-estar, onde a arquitetura comercial e a rentabilidade coexistem com as novas tecnologias. A equipa Pharma pensa e executa as Farmácias de hoje, tornando-as nas Farmácias do futuro. Líderes a nível internacional em soluções globais para espaços de saúde, a oferta deste mercado inclui nomeadamente projetos de Arquitetura, Construção, Obras, Robótica e Imagem, fornecimento e manutenção de Software e Hardware. Em 16 anos de atividade, a Glantt já executou mais de 950 projetos de obras e remodelações de Farmácias e Clínicas.

### Inov Solutions:

A Glantt Inov atua como uma plataforma de inovação, promovendo a geração de ideias, desenvolvimento de conhecimento e apoiando projetos que possam ter um impacto disruptivo na forma como o ecossistema alargado da saúde atua, promovendo uma melhoria sustentável da qualidade a vida das pessoas.

Atua essencialmente em 3 áreas:

- Funding – responsável pelo apoio aos líderes de projeto na identificação de fontes de financiamento, na manutenção de um relacionamento regular com entidades que apoiem projetos de R&D e no apoio na elaboração de candidaturas a programas de financiamento;
- Business Development – apoia no desenho do modelo de negócio; identifica mercados e canais que potenciem clientes alvo, assim como opções de desenvolvimento que maximizem a geração de valor para os promotores;
- Marketing – responsável por dar a conhecer o impacto que o projeto tem na comunidade, atraindo talento e garantindo a notoriedade necessária para atingir os objetivos definidos.

### Healthcare Solutions:

A Unidade Healthcare Solutions tem como principais objetivos:

1. DevOps – Consolidar o modelo operativo DevOps, reduzindo o tempo de entrega ao cliente e eliminando o desperdício de tarefas internas entre equipas;
2. Mais Qualidade – Fazer menos no core Globalcare, entregando mais valor e mais qualidade ao cliente, através da modularização da solução e criação de sinergias com outras áreas da Glantt e de Parceiros;
3. Proximidade – Aumentar a proximidade aos nossos clientes, garantindo a confiança na qualidade da entrega e suporte das nossas soluções.

Engloba quer o setor público quer o privado e abrange todas as unidades de saúde, clínicas, unidades de cuidados continuados e domiciliários, entidades pagadoras e tutela. Com mais de 20 anos de experiência, a Glantt possui um vasto conhecimento do mercado, o qual - aliado às relações de credibilidade e de confiança construída com os seus parceiros - lhe permite compreender o que é relevante e transformar o conhecimento em soluções sustentáveis e de valor para as organizações.



Unidades De Saúde  
Clínicas  
Farmácias  
Indústria Farmacêutica  
Entidades Pagadoras  
Tutela  
Administrações Públicas  
Entidades Financeiras  
Indústria  
Telecomunicações



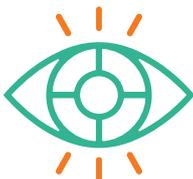
## MISSÃO E VISÃO

Contribuir com inovação tecnológica para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar na sociedade global em que vivemos. Liderar o mercado de serviços profissionais e tecnológicos para os agentes que constituem o sistema alargado da saúde, respondendo aos seus desafios com inovação e com as melhores práticas das diversas indústrias.



### MISSÃO

Liderar a transformação digital, com foco nas pessoas e no bem-estar da sociedade global.



### VISÃO

Com inovação tecnológica, transformar as organizações e melhorar a vida das pessoas.



### VALORES

Superação  
Inovação  
Ética  
Sustentabilidade

## CULTURA E VALORES

- *Talento / Conhecimento* – apostamos no talento e na especialização do conhecimento dos nossos colaboradores como premissas chave para a execução de soluções de excelência.
- *Mudança / Melhoria Contínua* – acreditamos na revisão e melhoria contínua dos processos como premissas chave para a promoção do aumento da produtividade e competitividade da nossa organização.
- *Confiança / Proximidade* – acreditamos em relações duradouras assentes em confiança e proximidade, quer junto dos nossos acionistas, quer junto dos demais stakeholders com quem colaboramos.
- *Iniciativa / Inovação* – agimos com iniciativa e inovação para atribuir valor às áreas em que atuamos.

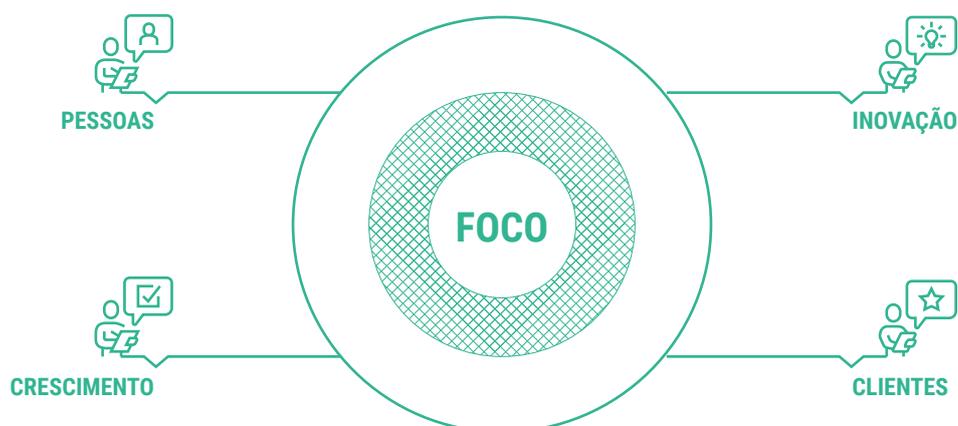
## PERCURSO DO PACIENTE



## OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

Ser reconhecida como empresa líder junto dos clientes de referência, inovadora, sustentável e socialmente responsável, mediante cumprimento e prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

- *Foco no cliente* – investir cada vez mais na comunicação e posicionamento junto dos clientes.
- *Sustentabilidade* – investir em modelos de negócios que permitam crescimentos sólidos e com atribuição de valor para os diversos stakeholders, garantindo robustez do balanço.
- *Competitividade e eficiência* – garantir utilização eficaz e eficiente dos recursos, com vista à maximização da competitividade da organização e maximização do resultado operacional.
- *Previsibilidade e controlo de risco* – introdução de ferramentas e medidas claras para efetuar a adequada gestão e controlo de risco operacional, diminuindo o grau de incerteza e aumentando níveis de previsibilidade dos resultados.



## INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A Inovação e o espírito crítico fazem parte dos valores core das pessoas da Glintt: este é o desafio que todos os dias procuramos dinamizar junto das equipas, para que no desenvolver dos diferentes projetos sejam utilizadas todas as nossas competências e para que nunca fique uma solução por explorar. Só o melhor é suficiente!

Mantemos assim o nosso compromisso para com a Inovação e o Empreendedorismo, que compreende as seguintes vertentes:

- Incentivar a procura ativa e a partilha de conhecimento com vista à inovação tecnologicamente eficiente;
- Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento pessoal, em que todas as pessoas são convidadas a participar e partilhar a sua experiência em prol dos projetos dos nossos clientes;
- Participar ativamente em projetos de investigação na área das Tecnologias de Informação, quer ao abrigo de iniciativas nacionais, quer internacionais.

Desde 2018 que a Glintt tem na Inov o seu principal veículo de promoção da inovação, tanto interna, como externa. É através desta estrutura que reforçamos o nosso compromisso para com a inovação para os próximos anos:

- Transformar a Inov num Hub de Open Innovation Ibérico na área de Digital Health.

Dando seguimento a este desígnio, em outubro de 2019 foi realizado o primeiro Hackathon da área da saúde digital, em que cerca de 100 pessoas se dedicaram a resolver o desafio do acesso aos cuidados de saúde.

Também em 2019 foi incorporado no portfólio de produtos da nossa área Hospitalar, o primeiro produto nascido na Inov, o SIGEC – Sistema Integrado de Gestão de Ensaios Clínicos.

As tendências para os próximos anos dizem que a saúde e a prestação de cuidados estarão cada vez mais centradas no indivíduo, que terá mais acesso a informação e mais autonomia na gestão do seu processo de saúde. A Glintt, em parceria com outras entidades deste ecossistema, onde se incluem as startups, vai liderar a transformação da “saúde em silos” para uma saúde digitalmente conectada.

# 1.3 SOCIEDADES E ÓRGÃOS SOCIAIS

## O GRUPO

O Grupo Glintt engloba dentro da sua estrutura, um conjunto de 23 empresas:

1. Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., Sociedade Aberta
2. Glintt – Business Solutions, Lda.
3. Glintt – Healthcare Solutions, S.A.
4. Glintt INOV, S.A.
5. Glintt Açores, S.A.
6. Contraço, Lda.
7. SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.
8. Glintt Espanha, Sociedad Limitada (Unipersonal)
9. Consoft, S.A.U.
10. Pulso Informática, S.L., Unipersonal
11. Farmasoft Informatica Y Servicios, S.L.
12. Qwerty Informatica, S.L.
13. Qwerty Farma, S.L.
14. Alpes Informatica. S.L.
15. Loginfar, S.L.
16. Monsegur, S.L.
17. Cogifar Tech
18. Glintt Polska, Sp Z.o.o
19. Solservice Angola, Lda.
20. Glintt Angola, Lda.
21. Glintt Brasil Ltda.
22. Glintt Ireland Solutions, Limited
23. Glintt UK, Limited

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- PRESIDENTE** Ana Cristina Clarkson Gaspar  
**VOGAL** Vítor Manuel Lopes Segurado  
**VOGAL** Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes  
**VOGAL** Luís Paulo Reis Cocco  
**VOGAL** Miguel Jorge Belpo da Silva Lança  
**VOGAL** João Paulo Coelho Cabecinha  
**VOGAL** Ana Filipa Nogueira Fixe Santos  
**VOGAL** Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins  
**VOGAL** Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE** Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes  
**VOGAL** Luís Paulo Reis Cocco  
**VOGAL** Miguel Jorge Belpo da Silva Lança  
**VOGAL** João Paulo Coelho Cabecinha  
**VOGAL** Ana Filipa Nogueira Fixe Santos  
**VOGAL** Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins

### CONSELHO FISCAL

- PRESIDENTE** Ana Cristina Doutor Simões  
**VOGAL** Nuno Miguel Ribeiro António  
**VOGAL** Pedro Miguel Madeira Falcão e Silva  
**VOGAL SUPLENTE** João Gaspar Lopes Ribeiro

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- EFETIVO** Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha  
**SUPLENTE** João Carlos Cruzeiro da Silva

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- PRESIDENTE** Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
**SECRETÁRIO** Abel Bernardino Teixeira Mesquita

### SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

- SECRETÁRIO** João de Rego Botelho Parreira Mesquita  
**SUPLENTE** Ana Patrícia Fernandes

### COMISSÃO DE VENCIMENTOS

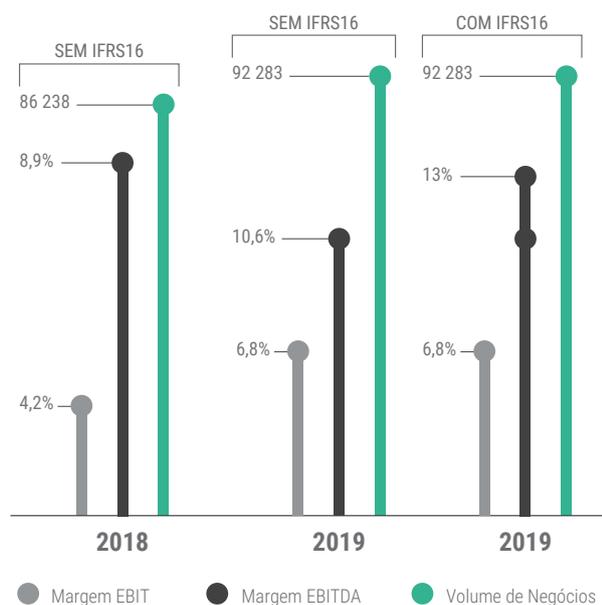
- PRESIDENTE** João Carlos Lombo da Silva Cordeiro  
**VOGAL** Luís Manuel Pereira da Silva  
**VOGAL** Victor Réfega Fernandes

### REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

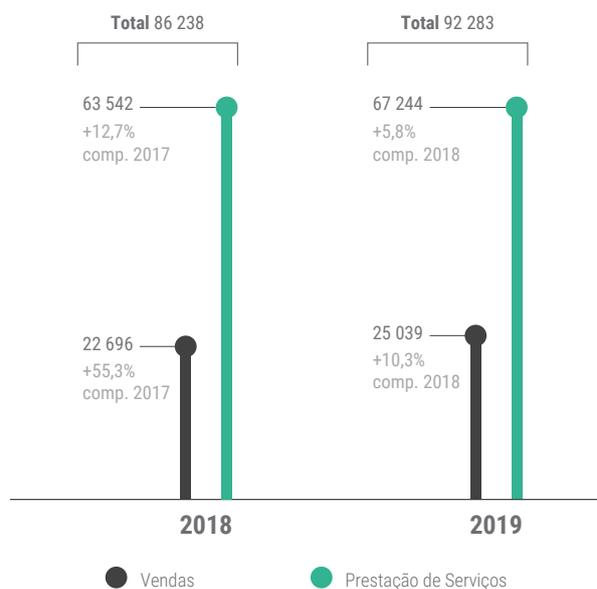
- Elsa Maria dos Santos Abrantes

# 1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

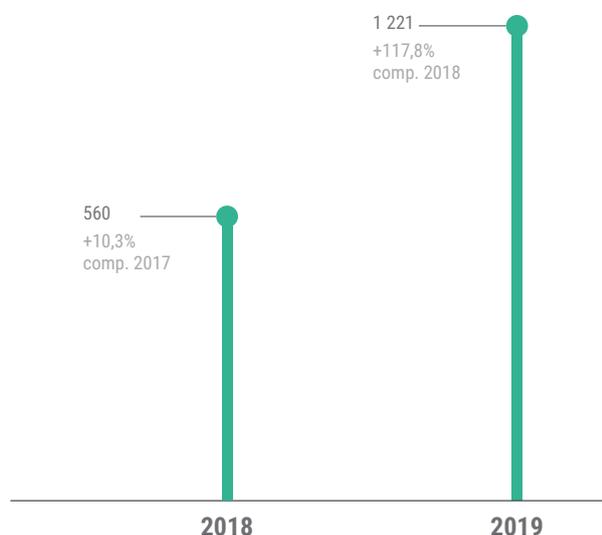
## VOLUME VENDAS / EBITDA / EBIT EM MILHARES DE EUROS



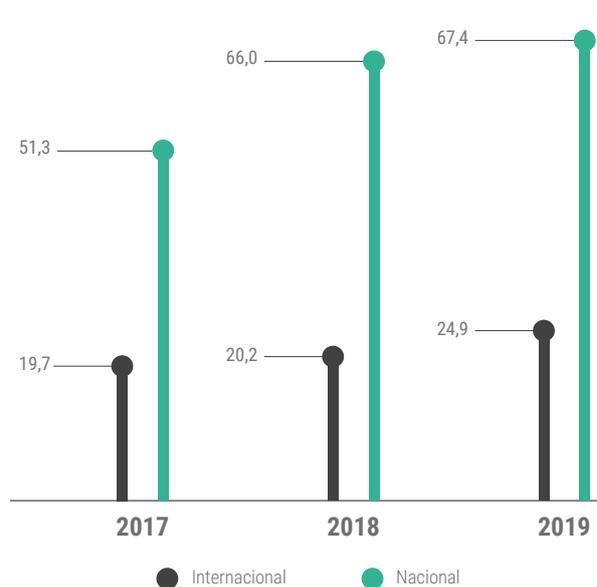
## VENDAS VERSUS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MILHARES DE EUROS



## EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO EM MILHARES DE EUROS

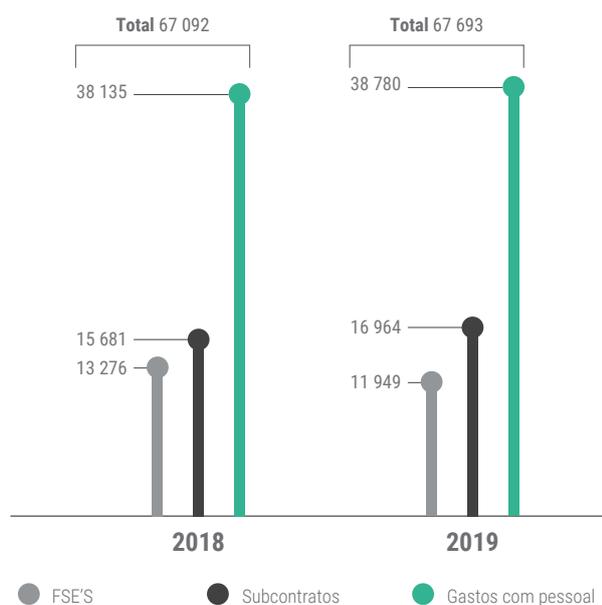


## VENDAS POR MERCADO EM MILHÕES DE EUROS

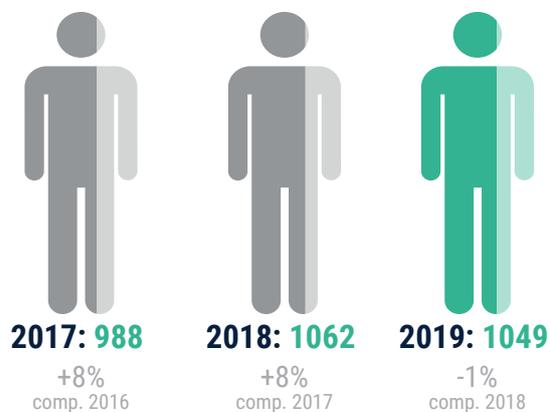


## GASTOS COM PESSOAL E FSE

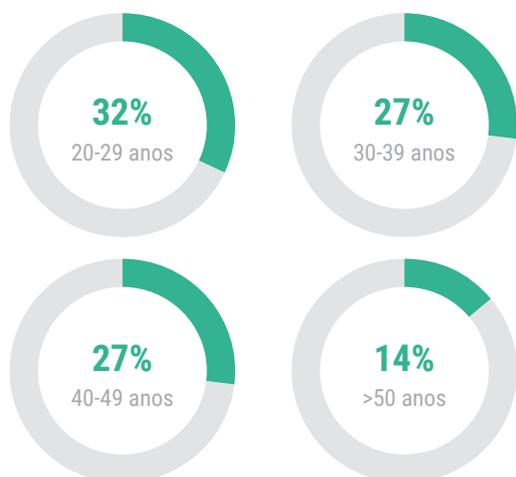
EM MILHARES DE EUROS



## EQUIPA DE PROFISSIONAIS



## PESSOAL - FAIXA ETÁRIA



## PESSOAL - GÉNERO



# 02. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO



## 2.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

De acordo com declarações do Fundo Monetário Internacional (FMI), as projeções de crescimento da economia mundial baixaram, sobretudo motivadas pelo desempenho de economias emergentes como a Índia. Desta feita, atendendo às estimativas que constam no 'World Economic Outlook' (WEO) do FMI, a projeção de crescimento de base é mais débil traduzindo-se em 3,3% para 2020 e 3,4% em 2021.

Já ao nível da Zona Euro, o FMI estima um avanço ligeiro de crescimento de 1,3% em 2020 e projeta uma aceleração de 1,4% em 2021, em virtude das melhorias projetadas para a procura externa.

Quanto ao PIB dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, o FMI desceu a previsão de crescimento para 4,7% em 2020 (menos uma décima). O Fundo avança ainda que existe exposição ao risco de abrandamento do investimento, fundamentado por diversas tensões comerciais e tecnológicas. O crescimento no início do ano será discreto, mas estima-se que aumente na segunda metade do ano, motivado por sinais positivos no setor privado e abrandamento das tensões comerciais.

Existem, ainda assim, sinais e a perspetiva da prossecução da estabilização contínua o que permitirá consolidar a relação do consumo privado com o aumento do investimento das empresas.

Não obstante, existem riscos para Portugal predominantemente relacionados com o contexto externo que se traduzirão em impactos ao nível das exportações e do emprego. Em todo o caso, dada a maior robustez e resiliência da economia portuguesa, o país não incorrerá em risco de défice excessivo e, ao nível do sistema financeiro, terá capacidade de financiar empresas em caso de abrandamento económico.

Ao nível do mercado das tecnologias, continuará a verificar-se o contínuo aparecimento de novas soluções, aplicativos e ferramentas digitais. Desta forma, as novidades do mercado de TI estão cada vez mais presentes no ambiente empresarial e o desafio para as empresas do sector será muito elevado, sendo que, o alinhamento com as tendências trará vantagens competitivas relacionadas à eficiência e agilidade empresarial. Para se destacarem e sobreviverem às mudanças rápidas do mercado, as empresas deverão ser ágeis e ter coragem para testar novos caminhos para o futuro e apostar fortemente na inovação. Caso contrário, as empresas correrão o risco de perder espaço para a concorrência.

Estima-se que a projeção de crescimento do mercado de TI em 2020 seja superior, com principal destaque para os setores da saúde, financeiro e educação.

Os principais focos de progressão na área da tecnologia para o horizonte 2020 serão:

- Cloud computing - utilização de computação em cloud (sistema de nuvem) como veículo de armazenamento de informação para combater a desconfiança em relação à segurança da tecnologia. Outras tecnologias como criptografia e blockchain são também conhecidos como mais fiáveis ao nível da segurança e privacidade na gestão de informação contra invasões ou perdas.
- Gestão de informação – recolha de dados com sistemas que acedem a informação online em real time mantendo a empresa sempre atualizada e que tornem ágeis tomadas de decisão e análise de informação.
- Inteligência artificial (IA) – este recurso não é novidade e será cada vez mais comum depararmo-nos com softwares autónomos para realizar um trabalho de forma automática e com capacidade de evolução constante. É um recurso que “copia” padrões, gere informações e adapta-as às diferentes realidades. É um recurso que permite automatizar processos tornando-os mais rápidos e eficientes com mais segurança pois as máquinas são menos suscetíveis a erros do que a intervenção humana.

Em suma, dar-se-á seguimento às tendências tais como: digitalização da economia global, plataformas de transformação digital, cloud core, inteligência artificial, aplicações ágeis, interfaces humanas digitais, blockchain, monitorização de dados, ferramentas low-code e nocode.

Entretanto a 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia.

Embora os reais efeitos decorrentes desta situação de pandemia a nível mundial se apresentem à data incertos e de difícil quantificação, estima-se que venham a ter impacto nas previsões efetuadas pelos diversos organismos.

## 2.2. DESEMPENHO EM 2019 E PERSPETIVAS FUTURAS

O Volume de Negócios consolidado da Glintt em 2019 ascendeu a 92,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 7% face ao volume de 86,2 milhões de euros verificados no período homólogo de 2018.

Para este crescimento contribuiu favoravelmente o mercado internacional com um crescimento em 2019 de 21%, nomeadamente, no mercado espanhol, o que contribuiu para que o volume de negócios obtido em mercados internacionais atingisse 27% do volume de negócios total. Quanto ao mercado nacional o mesmo registou um crescimento de 2,5% face a 2018.

Este aumento reflete uma efetiva melhoria da performance operacional, cerca 2,1 milhões Euros, bem como o impacto da adoção a 1 de janeiro de 2019 da IFRS 16 – Locações.

Para 2020, e no atual contexto que resulta da pandemia da COVID-19, impôs-se a adoção de medidas preventivas e de contingência, indispensáveis para ultrapassar os tempos difíceis e de incerteza que todos enfrentamos. A Glintt tem vindo a implementar um plano de medidas e boas práticas, em linha com as recomendações oficiais e da OMS, em salvaguarda da saúde e bem-estar de todos os seus colaboradores e famílias. Este plano passa, nomeadamente, pela mobilidade dos seus colaboradores, sem interrupção ou quebras de qualidade dos serviços prestados. A Glintt tem um planeamento rigoroso, que garante a continuidade das suas operações, maximizando o recurso ao teletrabalho e preservando a capacidade de intervenção das equipas operacionais para situações críticas que continuam disponíveis 24h por dia, 7 dias por semana. A situação continua a ser objeto de permanente acompanhamento pela Administração, que implementará as medidas que se afigurem necessárias em função da alteração das circunstâncias.

A Glintt continua focada na mobilização de todas as pessoas para a geração de ideias que se traduzam em projetos inovadores e disruptivos, que permitam melhorar a qualidade de vida das pessoas de forma sustentável e mantendo forte convicção na estratégia de crescimento assente nos 2 pilares fundamentais de:

- 1.** Crescimento orgânico pensado e desenvolvido em torno do novo modelo operacional. Por um lado, com foco nas linhas de oferta, que deverão ser cada vez mais centradas no cliente e na apresentação de valor, recorrendo às melhores tecnologias e às soluções mais inovadoras. Por outro lado, com uma componente comercial forte, direcionada sobretudo para o setor da saúde, mas também para as áreas de transformação digital de maior valor acrescentado, em que as soluções e produtos Glintt permitam garantir competitividade e níveis cada vez mais ambiciosos de transformação.
- 2.** Crescimento inorgânico alavancado pelo estabelecimento de acordos e parcerias com relevância estratégica para a Glintt, conferindo robustez à sua presença em determinados mercados.

A Administração da Glintt acredita que a empresa continua a desenvolver com sucesso a estratégia correta com vista a maximizar o valor a todos os stakeholders, nomeadamente acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e financiadores.

## 2.3. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A Glintt é uma holding cotada na Euronext Lisbon e adotou um modelo de governação onde o Conselho de Administração desempenha um papel ativo no acompanhamento da gestão operacional de cada uma das sociedades participadas. O modelo de governação da sociedade é detalhadamente descrito no Relatório de Governo da Sociedade, o qual é parte integrante do presente relatório (vide por favor, capítulo 3).

## 2.4. DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

### 2.4.1 DESCRIÇÃO DO MODELO E POLÍTICAS CORPORATIVAS

A Glintt possui e incentiva uma cultura de responsabilidade social e corporativa, tendo publicado na sua Política “Glintt Responsável”, um conjunto de compromissos assumidos pelo Grupo para dar resposta às preocupações em matérias sociais, económicas e ambientais.

#### OS 3 PILARES



#### SOMOS ECONOMICAMENTE RESPONSÁVEIS

1. Garantir transparência e rigor nos negócios e na informação prestada.
2. Promover as ações possíveis e necessárias para mitigar atos de suborno, extorsão e/ou corrupção.
3. Promover a participação das partes interessadas, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões.



#### SOMOS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS

4. Apoiar e respeitar os direitos humanos, proteger o direito ao trabalho e promover o equilíbrio entre a esfera profissional e familiar.
5. Promover e incentivar a participação em ações de voluntariado empresarial.
6. Promover o desenvolvimento das Comunidades onde exerce a sua atividade, através de ações de investimento social e de cariz filantrópico.



#### SOMOS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS

7. Preservar o ambiente e promover a adoção de procedimentos ambientalmente responsáveis junto da cadeia de valor.
8. Garantir o encaminhamento adequado de resíduos gerados pela atividade e promover a reciclagem e/ou reutilização dos mesmos.

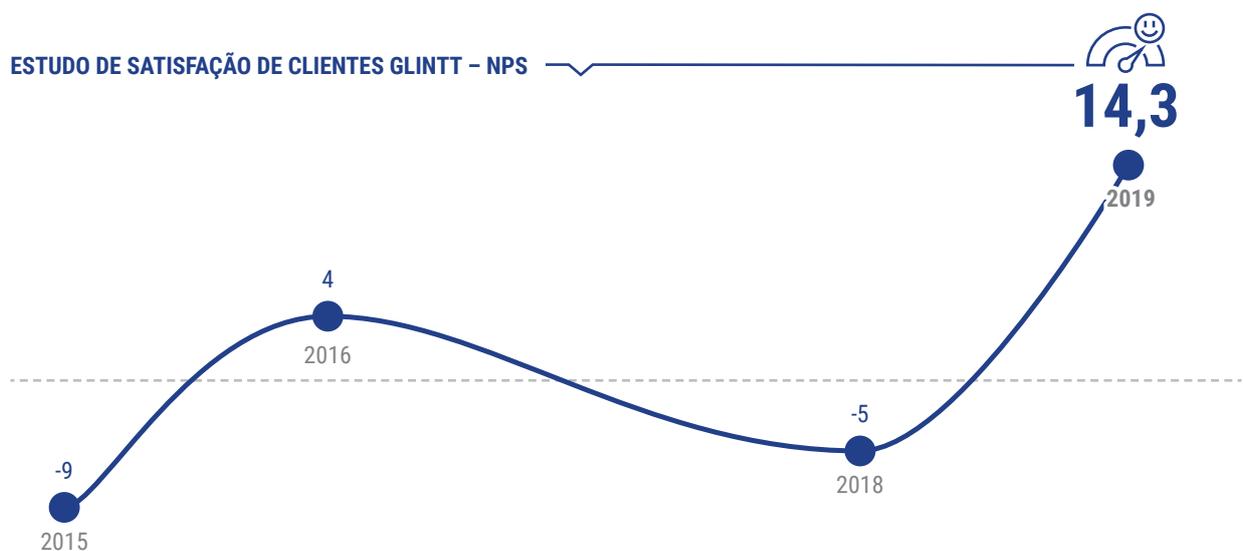
## ESTUDO DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES GLINTT – NPS:

A Glintt dedica diariamente a sua atividade aos seus Clientes. Sabemos que só com a sua satisfação nos é possível definir novos desafios e criar novas metas que nos permitam, cada vez mais, garantir serviços de excelência.

Nesta procura por assegurar os melhores padrões de serviço e garantir a máxima satisfação dos nossos Clientes, foi conduzido, no final de 2019, um Estudo de Satisfação dos Clientes Glintt.

Para garantir total independência e rigor na construção e gestão deste estudo, a Glintt contou com os serviços da empresa Ipsos Apeme.

De forma geral os resultados foram positivos. A Glintt mantém uma forte associação à experiência e credibilidade e reforça a associação à Inovação. De destacar a subida do NPS:



## PLANO IGUALDADE DE GÉNERO E SUSTENTABILIDADE

A Glintt tem consciência de que o capital humano é uma das peças fundamentais para o sucesso da organização.

E é por isso que promovemos uma cultura empresarial que promove a igualdade de oportunidades e de desenvolvimento pessoal e profissional de todos.

Neste âmbito propusemo-nos a cumprir com o Plano de Igualdade de Género divulgado em setembro de 2019.

## 2.4.2 RESULTADOS DA AÇÃO DESSAS POLÍTICAS EM 2019

Durante o ano de 2019, a Política “Glantt Responsável”, traduziu-se essencialmente, nas seguintes atividades:

Atividades de natureza económica	Objetivo	Data
Apoio aos colaboradores na compra de material escolar	Apoio na compra de material escolar no início do ano letivo para os colaboradores com filhos em idade escolar obrigatória	Setembro 2019
Atividades de natureza social	Objetivo	Data
Dignidade	Promover a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses na Rede Solidária do Medicamento	Contínuo
Natal nos hospitais	Contribuir com alguns presentes para crianças e jovens que passam o Natal no hospital.	Dezembro 2019
Programa de Bem-Estar	Promover a saúde, o equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar dos colaboradores. Atividades de bem-estar implementadas em 2019: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ginástica laboral (Pausa Ativa);</li> <li>– Sessões de Mindfulness;</li> <li>– Sessões de avaliação de saúde e bem-estar;</li> <li>– Aconselhamento Nutricional;</li> <li>– Eventos culturais e desportivos;</li> <li>– Comunicação de Bem-Estar: dicas de saúde semanais e newsletters mensais.</li> </ul>	Contínuo
“Dia dos Pequenin@s”	Visita dos filhos dos colaboradores ao local de trabalho.	Agosto e setembro 2019
Programa de Apoio aos colaboradores	Promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional em diversas áreas (jurídico, legal, psicológico)	Contínuo
Dia Abem	Renovação da Escola do Fojo em Moura	Julho 2019
Atividades de natureza ambiental	Objetivo	Data
Promoção da reciclagem	Promover a cultura da reciclagem: Reduzir, Reutilizar, Reciclar	Contínuo

## 2.4.3 OS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS

A Glantt tem uma política integrada de gestão de risco, cujo ponto de partida são os seus objetivos estratégicos, e que permite potenciar a criação de valor e sustentabilidade do negócio. Esta política traduz-se num processo cíclico e contínuo, que viabiliza tratar eficazmente a incerteza, através da identificação de riscos, da definição das respetivas estratégias de resposta, da gestão do tratamento dos riscos e também do controlo da gestão de risco implementada.

Este processo assegura-se cada vez mais eficaz, em consequência do robustecimento da segregação das responsabilidades e funções ao longo de todo o processo e do fortalecimento de uma cultura de risco.

## MODELO DE GOVERNO

### Conselho de Administração

Segundo a cultura que tem vindo a ser trabalhada na Glintt nos últimos anos, alavancada à implementação de normas comportamentais que desenvolvem a capacidade de perceber e agir sobre o risco em toda a organização, o controlo interno e a gestão de risco na Glintt é da responsabilidade de todos, não obstante o órgão máximo de comprometimento é o Conselho de Administração, que por sua vez delega poderes na Comissão Executiva.

### Comissão Executiva

Compete-lhe promover uma cultura de gestão de risco em toda a Glintt e decidir, supervisionar e controlar a gestão do risco, acompanhando o funcionamento dos sistemas de controlo interno e propondo os ajustamentos e as medidas que considere necessárias. Para isso, sempre que se justifique, a Comissão Executiva ou os respetivos Administradores podem solicitar estudos de determinadas matérias ou a revisão dos procedimentos e dos controlos internos existentes às áreas de Business Performance & Risk e Organizational Development, cujo reporte hierárquico e funcional é o administrador executivo responsável pelo pelouro financeiro, Dr. Luís Cocco, e o Presidente da Comissão Executiva, Dr. Nuno Vasco Lopes, respetivamente. Adicionalmente, pode justificar-se, em situações específicas, a Comissão Executiva recorrer à subcontratação dos referidos estudos e análises a empresas externas especializadas para, em tempo útil, emitir opinião sobre tais matérias.

### Controlo de Gestão

Assume no âmbito das suas funções, responsabilidade pela identificação e controlo de riscos, nomeadamente operacionais e financeiros.

### Business Performance & Risk

Tem como responsabilidade o acompanhamento da identificação dos riscos pelas Unidades, a sua compilação e priorização numa ótica de exposição ao risco da Glintt como um todo. Adicionalmente, compete-lhe fazer a gestão dos riscos prioritários, ou seja, definir a estratégia de combate ao risco, acompanhar a implementação das medidas de controlo pelas diferentes Unidades e construir, em parceria com Organizational Development, planos corretivos de gestão de risco, sempre que se atinja o limite de aceitação ao risco definido para a Glintt. Assim sendo, assume não só o papel de interlocutor da política de gestão de risco, como deve ser o dinamizador da cultura de gestão de risco promovida pela Comissão Executiva. Tem ainda a competência de elaborar análises a áreas com potencial de risco e estudos de matérias específicas, que permitam identificar riscos críticos passíveis de afetar a estratégia da Glintt.

### Organizational Development

Assume a identificação dos processos e controlos existentes para cada risco identificado, de forma a que as metodologias a definir tenham em conta a situação atual de controlo. Adicionalmente, a função de avaliação do cumprimento do modelo de gestão de riscos também é assegurada por aquela área, através da monitorização de indicadores previamente definidos e da cooperação com Business Performance & Risk no desenho dos planos corretivos. Esta área tem ainda a responsabilidade de verificar, sempre que necessário e desde que incluído no âmbito do seu plano de auditorias, o cumprimento dos procedimentos e controlos internos associados aos riscos prioritários, propondo nomeadamente medidas corretivas quer aos sistemas quer aos processos de suporte envolvidos.

## Comité de Risco

Tem como principal função acompanhar e discutir as propostas de Business Performance & Risk na identificação, avaliação, gestão e controlo do risco. Este órgão é composto por elementos permanentes, nomeadamente o presidente da Comissão Executiva, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro, o responsável da área de Business Performance & Risk, o responsável da área de Organizational Development e o responsável pelo Controlo de Gestão. O Comité de Risco deve reunir-se, pelo menos, uma vez por trimestre.

## Unidades de Negócio

Cada **Unidade de Negócio** nomeia um *Risk-officer*, cuja responsabilidade inclui o acompanhamento do risco naquela Unidade e é o primeiro interlocutor de Business Performance & Risk sobre estas matérias. Por acompanhamento do risco entende-se a gestão de todos os riscos identificados na matriz de risco como não prioritários, a implementação de medidas de controlo associadas aos riscos prioritários e a informação à área de Business Performance & Risk de qualquer alteração relevante na sua atividade que possa constituir um risco.

## Conselho Fiscal

Assume um papel de órgão de fiscalização dos sistemas de controlo de risco, de controlo interno e de auditoria interna que se encontram implementados na Glintt. Tem como responsabilidade acompanhar o respetivo funcionamento, avaliar a sua eficácia e elaborar um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Comissão Executiva, caso existam matérias que o justifiquem.

## PRINCIPAIS RISCOS

Atualmente, os riscos da Glintt identificados como críticos são de essência estratégica, ou seja, que podem prejudicar o núcleo do modelo de negócio, pelas escolhas estratégicas e as ameaças da competitividade, e de índole operacional, isto é, associados à possibilidade de ocorrência de perda resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos.

Neste contexto, a Glintt assumiu como riscos críticos da sua atividade aqueles que estão relacionados com:

- a) a limitação no crescimento do licenciamento do Globalcare em Portugal, pela atual penetração do mercado já ser significativa;
- b) a incerteza no roadmap do Globalcare, nomeadamente por constantes exigências do setor;
- c) a dificuldade de atração e retenção de talento, pela forte dinâmica do mercado de trabalho na área de TI;
- d) a concentração excessiva da atividade em Portugal, pelo elevado investimento para crescimento orgânico e inorgânico;
- e) a incerteza em falhas nos processos que comprometem as certificações de qualidade, pela adaptação às mudanças organizativas; e
- f) a elevada dependência de um cliente na área de Pharma Solutions, pela reduzida diversificação da oferta da área.

A Política de Gestão de Risco em vigor na Glintt, prevê os seguintes princípios orientadores fundamentais:

**a.** A gestão do risco é um pilar fundamental na estratégia e condução do negócio da Glintt, sendo da responsabilidade de todos os envolvidos, desde o Conselho de Administração ao próprio colaborador;

**b.** A avaliação de riscos e oportunidades para a geração de valor a longo prazo, considera os impactos económicos, sociais e ambientais, diretos e indiretos das operações;

**c.** A capacidade de acompanhamento e mitigação dos riscos dos projetos e oportunidades de negócio, tem em conta o meio ambiente e o bem-estar dos colaboradores;

**d.** Transmissão de confiança nos negócios para os acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e as comunidades onde a Companhia atua.

Neste contexto, são analisados e mitigados todos os riscos com elevado potencial e impacto, decorrentes da atividade exercida pela Glintt. Em 2019, mantém-se como risco relevante, o Risco subjacente à Segurança da Informação.

A gestão da Segurança da Informação é fundamental para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, permitindo o desenvolvimento de uma relação de confiança entre a Glintt e os seus Clientes, Colaboradores e outras partes interessadas relevantes.

Neste âmbito, a Glintt manteve em 2019 a certificação segundo a ISO 27001:2013 de Segurança da Informação obtida em 2017.

## RGPD

A 25 de maio de 2018, entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), tendo sido preparada uma Política de Privacidade com a finalidade de demonstrar o compromisso e respeito para com as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais entidades.

A Glintt compromete-se a respeitar as melhores práticas no domínio da segurança e da proteção dos dados pessoais, assegurando que os princípios de Proteção de Dados Pessoais (de clientes, colaboradores, fornecedores) são cumpridos no decorrer da sua atividade, nomeadamente:

- Fundamento de Tratamento
- Minimização dos dados
- Limitação das Finalidades
- Qualidade dos dados
- Limitação dos prazos de conservação (histórico)
- Proteção dos dados

## CERTIFICAÇÃO CMMI

A Glintt mantém a certificação CMMI-DEV3, conquistada no final de 2018. A implementação do Modelo CMMI-DEV3 foi efetuada na Unidade de Negócio IT Consulting na área de Application Development com o objetivo máximo de se alcançar:

- Melhoria da gestão e controlo de projetos;
- Melhoria das práticas e processos relacionados com o desenvolvimento de software;
- Melhoria da qualidade do software desenvolvido.

## 2.5. INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Durante o exercício de 2019, foi divulgada pela Sociedade a seguinte informação privilegiada:

- 06.12.2019 | Calendário Financeiro 2020
- 06.12.2019 | Assembleia Geral – 6 de dezembro de 2019
- 29.11.2019 | Renúncia do Presidente do Conselho Fiscal
- 15.11.2019 | Resultados Consolidados 3º Trimestre de 2019
- 25.06.2019 | Acordo entre a Glintt e a Cofares para a criação de empresa para desenvolvimento de Plataforma Tecnológica
- 19.06.2019 | Resultados Consolidados 1º Semestre de 2019
- 31.05.2019 | Deliberações da Assembleia Geral Anual
- 15.03.2019 | Resultados Consolidados 2018

## 2.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatório de Gestão propõe que o resultado líquido negativo da Sociedade no exercício de 2019, no montante de 363.809 Euros (contas individuais), seja transferido para a rubrica de Resultados Retidos de Exercícios Anteriores.

## 2.7. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

De acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da emitente Glintt e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da emitente Glintt e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Beloura, 24 de abril de 2020.

PRESIDENTE Ana Cristina Clarkson Gaspar  
VOGAL Vítor Manuel Lopes Segurado  
VOGAL Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes  
VOGAL Luís Paulo Reis Cocco  
VOGAL Miguel Jorge Belpho da Silva Lança  
VOGAL João Paulo Coelho Cabecinha  
VOGAL Ana Filipa Nogueira Fixe Santos  
VOGAL Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins  
VOGAL Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques

## 2.8. AGRADECIMENTOS

A Glintt agradece aos seus Acionistas e Clientes, a confiança demonstrada durante o ano de 2019. Agradece também aos seus Parceiros Estratégicos a colaboração prestada no desenvolvimento de projetos comuns, bem como a capacidade de criação de novos negócios. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores pelo empenho e compromisso manifestados em 2019, em especial no apoio à prossecução das medidas estratégicas definidas, as quais têm sido fundamentais para que a Glintt se continue a afirmar como empresa de referência no mercado das TI.

Beloura, 24 de abril de 2020

O Conselho de Administração

## 2.9. ANEXOS AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

### AÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de grupo (Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais) e Transações de Dirigentes (nº 7 do Artigo 14º do Regulamento da CMVM).

Conselho de Administração	Nº Títulos 31/dez/18	Nº Títulos 31/dez/19	Aquisições	Alienações	Preço Unit.€	Data
Ana Cristina Clarkson Gaspar	-	-	-	-	-	-
Vítor Manuel Lopes Segurado	-	-	-	-	-	-
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	-	-	-	-	-	-
Luís Paulo Reis Cocco	-	-	-	-	-	-
Miguel Jorge Belpo da Silva Lança	-	-	-	-	-	-
João Paulo Cabecinha	-	-	-	-	-	-
Filipa Fixe	-	-	-	-	-	-
Dario Bastos Martins	300	300	-	-	-	-
Cátia Sofia Marques	-	- (b)	-	-	-	-
Luis Carlos Alves Rodrigues Matias	-	- (a)	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Nº Títulos 31/dez/18	Nº Títulos 31/dez/19	Aquisições	Alienações	Preço Unit.€	Data
Ana Cristina Doutor Simões	-	- (b)	-	-	-	-
Nuno Miguel Ribeiro António	-	-	-	-	-	-
Pedro Miguel Madeira Falcão e Silva	-	- (b)	-	-	-	-
João Gaspar Lopes Ribeiro	-	-	-	-	-	-
Fernando José Carreira Saraiva Monteiro	-	- (c)	-	-	-	-

(a) Cessou funções a 31 de dezembro de 2019

(b) À data de início de funções - 1 janeiro 2020

(c) Cessou funções em 30 de outubro de 2019

## PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Para efeitos da alínea c) do nº 1 do artigo 9º do Regulamento 5/2008 da CMVM, apresenta-se a lista de titulares de participações qualificadas comunicadas à Sociedade até 31 de dezembro de 2019 e calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

<b>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS</b>	<b>Nº DE AÇÕES</b>	<b>% CAPITAL</b>	<b>% DIREITOS DE VOTO</b>
Diretamente	0	0	0
Através da Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda	66 443 564	76,4045%	76,4045%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, Presidente do Conselho Fiscal da Farminveste - SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional das Farmácias	1 000	0,0011%	0,0011%
<b>TOTAL IMPUTÁVEL</b>	<b>66 444 564</b>	<b>76,4056%</b>	<b>76,4056%</b>
<b>JOSÉ RIBEIRO GOMES</b>			
Diretamente	2 600 000	2,98%	2,98%
<b>TOTAL IMPUTÁVEL</b>	<b>2 600 000</b>	<b>2,98%</b>	<b>2,98%</b>

## TRANSAÇÕES DE AÇÕES PRÓPRIAS

No exercício de 2019, não se realizaram transações de ações próprias.

**03.**

**GOVERNO  
DA SOCIEDADE**



## GLINTT – GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A. SOCIEDADE ABERTA

### Advertências:

- Salvo indicação em contrário ou quando do contexto resulte diferentemente, as informações são prestadas por referência ao último dia do exercício económico a que o relatório diz respeito, ou seja, a 31 de dezembro de 2019;
- Consideram-se feitas para o Código dos Valores Mobiliários todas as referências a artigos sem indicação do respetivo diploma legal.

## PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

### A. ESTRUTURA ACIONISTA

#### I. ESTRUTURA DE CAPITAL

**1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art.º 245.º-A, n.º 1, al. a)).**

O capital social da Glintt é de € 86.962.868, sendo composto por 86.962.868 ações, todas da mesma categoria, com o valor nominal de € 1, e encontrando-se totalmente disperso em bolsa, na Euronext Lisbon.

**2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).**

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

**3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).**

A Glintt tem zero ações próprias.

**4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto**

se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A Glintt não é parte em acordos que refiram a mudança de controlo na sequência de uma oferta pública de aquisição.

**5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.**

Na Glintt não existem medidas defensivas, bem como não existe qualquer regime para a sua renovação ou revogação, caso existissem.

**6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).**

A Glintt não tem conhecimento de acordos parassociais.

## II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

**7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Diretamente	0	0	0
Através da Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda	66 443 564	76,4045%	76,4045%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, Presidente do Conselho Fiscal da Farminveste - SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional das Farmácias	1 000	0,0011%	0,0011%
<b>TOTAL IMPUTÁVEL</b>	<b>66 444 564</b>	<b>76,4056%</b>	<b>76,4056%</b>
<b>JOSÉ RIBEIRO GOMES</b>			
Diretamente	2 600 000	2,98%	2,98%
<b>TOTAL IMPUTÁVEL</b>	<b>2 600 000</b>	<b>2,98%</b>	<b>2,98%</b>

**8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de grupo (artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais) e Transações de Dirigentes (n.º 7 do artigo 14.º do Regulamento da CMVM).

Conselho de Administração	Nº Títulos 31/dez/18	Nº Títulos 31/dez/19	Aquisições	Alienações	Preço Unit.€	Data
Ana Cristina Clarkson Gaspar	-	-	-	-	-	-
Vítor Manuel Lopes Segurado	-	-	-	-	-	-
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	-	-	-	-	-	-
Luís Paulo Reis Cocco	-	-	-	-	-	-
Miguel Jorge Belpo da Silva Lança	-	-	-	-	-	-
João Paulo Cabecinha	-	-	-	-	-	-
Filipa Fixe	-	-	-	-	-	-
Dario Bastos Martins	300	300	-	-	-	-
Cátia Sofia Marques	-	- (b)	-	-	-	-
Luis Carlos Alves Rodrigues Matias	-	- (a)	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Nº Títulos 31/dez/18	Nº Títulos 31/dez/19	Aquisições	Alienações	Preço Unit.€	Data
Ana Cristina Doutor Simões	-	- (b)	-	-	-	-
Nuno Miguel Ribeiro António	-	-	-	-	-	-
Pedro Miguel Madeira Falcão e Silva	-	- (b)	-	-	-	-
João Gaspar Lopes Ribeiro	-	-	-	-	-	-
Fernando José Carreira Saraiva Monteiro	-	- (c)	-	-	-	-

(a) Cessou funções a 31 de dezembro de 2019

(b) À data de início de funções - 1 janeiro 2020

(c) Cessou funções em 30 de outubro de 2019

**9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos, o Conselho de Administração poderá, quando o julgar conveniente e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, aumentar o capital social da sociedade por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite máximo global de € 10.000.000.

Porém, durante o exercício de 2019, o Conselho de Administração não entendeu ser necessário aumentar o capital social, pelo que não solicitou qualquer parecer ao Conselho Fiscal para o efeito.

**10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.**

As relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade são as que se divulgam no ponto 92.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. ASSEMBLEIA GERAL

#### a) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL\*

\*ao longo do ano de referência

#### 11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral da Glintt é constituída por um Presidente e um Secretário:

- José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira (Presidente);
- José António da Ponte Zeferino (Secretário).

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos a 24 de maio de 2017 para um mandato de 3 anos, 2017/2019.

Através da coordenação do Secretário da Sociedade, João de Rego Botelho Parreira Mesquita, a Glintt disponibiliza ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral todos os recursos humanos e logísticos de apoio, por este considerados adequados, ao desempenho independente e competente das suas funções e às respetivas necessidades.

#### b) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

#### 12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Na Glintt, não existem restrições em matéria de direito de voto.

A cada ação corresponde um voto.

O direito de voto poderá ser exercido por correspondência, nos termos regulados pelos Estatutos da Sociedade e pela convocatória, podendo abranger todas as matérias constantes da respetiva convocatória, nos termos e condições nela fixados.

Na Assembleia Geral de 2018, os Acionistas puderam votar presencialmente – pessoalmente ou representados – e também por correspondência.

Não foi adotada qualquer medida que tivesse por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade, em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

#### 13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

100%.

#### 14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Para além das legalmente previstas, não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só possam ser tomadas com maioria qualificada.

## II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

### a) COMPOSIÇÃO\*

\*ao longo do ano de referência

#### 15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Glintt é governada por um Conselho de Administração, que delegou a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva.

#### 16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração.

#### 17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Nos termos dos Estatutos da Glintt, a Sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por um número, par ou ímpar, de membros, no mínimo de dois e no máximo de onze, conforme deliberação dos acionistas que designará igualmente o respetivo Presidente.

Os membros do Conselho de Administração podem ser acionistas ou não e são eleitos por períodos de três anos, sendo permitida a sua reeleição por triénios sucessivos, sem qualquer limitação.

A Sociedade tem presente, e na medida do possível adota, o princípio de que a seleção dos membros do Conselho de Administração deve obedecer a um eficiente processo de seleção que contemple maior diversidade, nomeadamente de género, na composição do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da Glintt, eleito para o mandato 2017/2019, era composto por onze membros efetivos, nos seguintes termos:

- **Presidente** Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
- **Vogal** Vítor Manuel Lopes Segurado
- **Vogal** Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
- **Vogal** Henrique Augusto Pereira Moreira
- **Vogal** Luís Paulo Reis Cocco
- **Vogal** José Luís Bonifácio Lopes
- **Vogal** Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
- **Vogal** Ana Cristina Clarkson Gaspar
- **Vogal** Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques
- **Vogal** João Paulo Coelho Cabecinha
- **Vogal** Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas

No dia 16.01.2018, os Vogais José Luís Bonifácio Lopes e Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques renunciaram ao cargo de Administradores, tendo o Conselho de Administração deliberado, em 20.01.2018, cooptar para o cargo de Vogais do Conselho de Administração da Sociedade e até ao termo do mandato em curso (2017/2019), a Dra. Ana Filipa Nogueira Fixe Santos e o Dr. Dario Miguel Tomé Vicente De Bastos Martins.

Os Vogais Henrique Augusto Pereira Moreira e Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas renunciaram ao cargo de Administrador da Sociedade no dia 25.10.2018, tendo esta renúncia produzido efeitos no dia 30.11.2018.

Foi a seguinte a data da primeira designação de cada um dos membros do Conselho de Administração que exerceram funções ao longo do ano de 2019:

- **Presidente** Luís Carlos Alves Rodrigues Matias: 2013-03-12
- **Vogal** Vítor Manuel Lopes Segurado: 2008-06-11
- **Vogal** Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes: 2015-04-15
- **Vogal** Luís Paulo Reis Cocco: 2011-01-21
- **Vogal** Miguel Jorge Belpo da Silva Lança: 2015-05-21
- **Vogal** Ana Cristina Clarkson Gaspar: 2016-07-20
- **Vogal** João Paulo Coelho Cabecinha: 2017-05-24
- **Vogal** Ana Filipa Nogueira Fixe Santos: 2018-01-20
- **Vogal** Dario Miguel Tomé Vicente De Bastos Martins: 2018-01-20

A data do termo do mandato de todos os membros do Conselho de Administração em funções a 31 de dezembro de 2019 é 2019-12-31.

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.**

**18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:**

**a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, nos últimos três anos;**

**b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;**

**c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;**

**d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;**

**e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.**

No Conselho de Administração da Sociedade, a 31 de dezembro de 2019, estão em funções:

- **Cinco membros executivos:**
  - **Vogal** Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes (Presidente da Comissão Executiva)
  - **Vogal** Luís Paulo Reis Cocco
  - **Vogal** João Paulo Coelho Cabecinha
  - **Vogal** Ana Filipa Nogueira Fixe Santos
  - **Vogal** Dario Miguel Tomé Vicente De Bastos Martins

- Quatro membros não executivos:
  - **Presidente** Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
  - **Vogal** Vítor Manuel Lopes Segurado
  - **Vogal** Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
  - **Vogal** Ana Cristina Clarkson Gaspar

## 19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

### LUÍS CARLOS ALVES RODRIGUES MATIAS

- **Qualificações profissionais:**
  - Licenciado em Ciências Farmacêuticas
- **Percurso profissional nos últimos 5 anos:**
  - Presidente do Conselho de Administração da Glintt desde 2013
  - Vice-Presidente da Associação Nacional das Farmácias até 2013
  - Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias
  - Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. até 2016
  - Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.
  - Administrador da Dose Exacta – Farmácia, S.A.
  - Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2016
  - Gerente da FDM - Farmácia Domus Massamá, Sociedade Unipessoal, Lda. até 2016
  - Gerente da Ana Lourenço & Filhos, Lda. até maio de 2018
  - Sócio Gerente da Farmácia Veritas, Lda.
  - Sócio Gerente da Newfar – Agrupamento Complementar de Farmácias A.C.E. até 2016

### VÍTOR MANUEL LOPES SEGURADO

- **Qualificações profissionais:**
  - Licenciado em Ciências Farmacêuticas
- **Percurso profissional nos últimos 5 anos:**
  - Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias
  - Proprietário e Diretor Técnico da Farmácia Nova, em Setúbal
  - Presidente da Direção da FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL.
  - Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
  - Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.
  - Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
  - Administrador da HMR – Health Market Research International, S.A.
  - Gerente da HMR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.
  - Administrador da Health Market Research Espanha, S.L.
  - Administrador da Alliance Healthcare, S.A.
  - Administrador da HMR – Health Market Research Germany GmbH
  - Gerente da SRCF – Sociedade de Consultoria a Farmácias, Unipessoal, Lda até à sua dissolução em 2015
  - Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2016
  - Gerente da Infosaúde – Instituto de Formação e Inovação em Saúde, Unipessoal, Lda. até 2016
  - Gerente da Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda. até 2017

## NUNO VASCO RODRIGUES VIEGAS VIEIRA LOPES

### ► Qualificações profissionais:

- Licenciado em Ciências Farmacêuticas, PAGEF UCP, MBA ISG, INSEAD Strategic Leadership Programme

### ► Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- CEO da Glintt desde 2015
- Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da HMR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.
- Gerente da Alloga Portugal, Lda.
- Gerente da Farmácia Gasparinho, Sociedade Limitada
- Gerente da Farmácia Nova Portas de Benfica, Unipessoal, Lda.
- Gerente da Strongnature, Lda.
- Administrador Executivo da Alliance Healthcare, S.A. até 2015
- Administrador da Alliance Healthcare Participações SGPS Unipessoal, Lda. até 2015
- Gerente da Almus, Lda. até 2015
- Administrador da Farminveste – Investimentos, Participação e Gestão, S.A., desde 2013
- Gerente da Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.
- Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.
- Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

## LUÍS PAULO REIS COCCO

### ► Qualificações profissionais:

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.  
Master em Business Administration, pela Harvard Business School, EUA

### ► Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A., desde 2016
- Administrador Executivo da Glintt desde 2011

## MIGUEL JORGE BELPHO DA SILVA LANÇA

### ► Qualificações profissionais:

- Economia 3.º ano ISEG, MBA Executivo ISG, PAGE UCP

### ► Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- Membro do Executive Leadership Team do Grupo ANF
- CIO do Grupo ANF desde 2013
- Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

## ANA CRISTINA CLARKSON GASPAR

### ► Qualificações profissionais:

- Licenciada em Ciências Farmacêuticas

### ► Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.
- Administradora da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
- Administradora da Farminveste – SGPS, S.A.
- Administradora da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
- Gerente da Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.
- Gerente da Globalvet – Soluções e Inovação Veterinária, Lda. – até 2016
- Gerente da Cuidafarma, Lda.
- Gerente da Aponatura Portugal, Lda.
- Gerente da Servestec, Lda.
- Gerente da Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda.
- Membro do Executive Leadership Team do Grupo ANF

## JOÃO PAULO COELHO CABECINHA

### ► Qualificações profissionais:

- Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico (IST). MBA pelo ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Exponential Innovation in Medicine - Singularity University.

### ► Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- Administrador Executivo na Glintt desde 2017
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da Vortal SGPS entre 2011 e 2016
- Administrador da PT Sistemas de Informação entre 2011 e 2014
- Membro do Conselho de Gerência da Infonet Portugal entre 2011 e 2014
- Liderou o processo de transformação do segmento Corporativo da Oi - operador de telecomunicações Brasileiro entre 2011-2015 e a estruturação do negócio B2B em várias Operadoras Internacionais, nomeadamente CTM (Macau) e CVT (Cabo Verde).
- Ocupou diferentes posições de Direção no Grupo Portugal Telecom (posteriormente, Altice Portugal)

## ANA FILIPA NOGUEIRA FIXE SANTOS

### ► Qualificações profissionais:

- Licenciatura em Engenharia Química pelo IST, Mestrado em Eng. Bioquímica IST, Doutoramento em BioNano Tecnologia IST/INESC-MN/DTU. PAGE UCP

### ► Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- Administradora Executiva da Glintt desde 2018
- Administradora da Actone, S.A. desde 2018
- Vogal da Direção da APDSI desde 2018
- Diretora Mercado HealthCare Glintt 2016/2018
- Director of ICT portfolio of B2B segment: product management, Portugal Telecom 2015/2016
- Head of Business Unit: Health, Education and Financial Services, Portugal Telecom 2011/2015

## DARIO MIGUEL TOMÉ VICENTE DE BASTOS MARTINS

### ► Qualificações profissionais:

Farmacêutico, Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Mestrado Executivo em Gestão Empresarial no INDEG-ISCTE

### ► Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- Diretor do Departamento de Apoio aos Associados na Associação Nacional das Farmácias, entre 2013 e 2015
- Diretor Business Consulting na Glintt, entre outubro de 2015 e setembro de 2018
- Administrador Executivo da Glintt desde 2018

## 20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

### ► Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias

### ► Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado

Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias

Administrador da Farminveste - SGPS, S.A.

Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

Administrador da HMR – Health Market Research International, S.A.

Administrador da Health Market Research España, S.L.

Administrador da Alliance Healthcare, S.A.

Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.

Administrador da HMR – Health Market Research Germany GmbH

### ► Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes

Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias

Administrador da Farminveste – Investimentos, Participação e Gestão, S.A.

Gerente da Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.

Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.

Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

Administrador da HMR – Health Market Research International, S.A.

### ► Vogal Luís Paulo Reis Cocco

Nada a registar

### ► Vogal Miguel Jorge Belpho da Silva Lança

Membro da Comissão Executiva da Associação Nacional das Farmácias

CIO do Grupo ANF

► **Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar**

Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Administradora da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Administradora da Farminveste – SGPS, S.A.  
Administradora da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.  
Administradora da HMR – Health Market Research International, S.A.  
Gerente da Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda.  
Gerente da Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.  
Gerente da Globalvet – Soluções e Inovação Veterinária, Lda.  
Gerente da Cuidafarma, Lda.  
Gerente da Servestec, Lda.  
Gerente da Aponatura Portugal, Lda.

► **Vogal João Paulo Coelho Cabecinha**

Nada a registar

► **Vogal Ana Filipa Nogueira Fixe Santos**

Administradora da Actone, S.A.

► **Dario Miguel Tomé Vicente De Bastos Martins**

Nada a registar

**21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.**





## EXECUTIVE BOARD



**JOÃO PAULO CABECINHA**



**DARIO BASTOS MARTINS**



**NUNO VASCO LOPES**  
CEO



**MIGUEL LANÇA**



**FILIPA FIXE**



**LUIS COCCO**  
CFO

## GLINTT DIGITAL TRANSFORMATION



**DAVID FAUSTINO**  
DIGITAL TRANSFORMATION

## GLINTT SOLUTIONS



**PAULO FIGUEIREDO**  
PHARMA SOLUTIONS



**HUGO MAIA**  
INOV SOLUTIONS



**FLÁVIO TEIXEIRA**  
HEALTHCARE SOLUTIONS

## PHARMA



**PEDRO ROMA**  
PHARMA



**RICARDO FERREIRA**  
BUSINESS CONSULTING



**JOÃO ABREU**  
PHYSICAL DESIGN



**MÁRIO GIL**  
EQUIPMENT & AUTOMATION



**SÉRGIO CRUZ**  
SUPPORT SERVICES

PRODUCTS  
AND SERVICES

## HEALTHCARE



**SÓNIA SANTOS**  
HEALTHCARE



**RICARDO GIL SANTOS**  
BUSINESS CONSULTING



**LUÍS BRANDÃO**  
EQUIPMENT & AUTOMATION



**TBA**  
SUPPORT SERVICES

PRODUCTS  
AND SERVICES

## CORPORATE SERVICES GROUP



**ORLINDO SANTOS**  
DIGITAL TRANSFORMATION



**MÁRIO FERNANDES**  
DMO GROUP



**NUNO NEVES**  
CSO GROUP



**SUSANA SARDINHA**  
MARKETING & COMMUNICATIONS

## CORPORATE SERVICES GLINTT



**INÊS PINTO**  
HUMAN RESOURCES



**TELMA LOUREIRO**  
ORGANIZATIONAL  
DEVELOPMENT



**VITOR SILVA**  
MANAGEMENT CONTROL



**ELSA ABRANTES**  
ECONOMIC AND  
FINANCIAL



**MARGARIDA JERÓNIMO**  
BUSINESS PERFORMANCE  
AND RISK ANALYSIS



## EXECUTIVE BOARD



**JOÃO PAULO CABECINHA**



**DARIO BASTOS MARTINS**



**NUNO VASCO LOPES**  
CEO



**MIGUEL LANÇA**



**FILIPA FIXE**



**LUIS COCCO**  
CFO

## GLINTT DIGITAL TRANSFORMATION



**DAVID FAUSTINO**  
DIGITAL TRANSFORMATION

## GLINTT SOLUTIONS

**CONSOFT**

**PULSO**  
INFORMÁTICA

**COGIFAR**  
TECH

### PHARMA



**CARLOS GUEDES**  
PHARMA

PRODUCTS  
AND SERVICES



**ROCIO VIDAL**  
BUSINESS CONSULTING



**LÍDIA MARTIN**  
PHYSICAL DESIGN



**SERGI GARCIA**  
EQUIPMENT & AUTOMATION



SUPPORT SERVICES

**LOGINFAR**  
TECHNOLOGY SOLUTIONS

**monsegur**

**QWERTY**

**ALPHA INFORMATICA**

**CONSOFT**

## CORPORATE SERVICES GROUP



**ORLANDO SANTOS**  
DIGITAL TRANSFORMATION



**MÁRIO FERNANDES**  
DMO GROUP



**NUNO NEVES**  
CSO GROUP



**SUSANA SARDINHA**  
MARKETING & COMMUNICATIONS

## CORPORATE SERVICES GLINTT



**INÊS PINTO**  
HUMAN RESOURCES



**TELMA LOUREIRO**  
ORGANIZATIONAL  
DEVELOPMENT



**VITOR SILVA**  
MANAGEMENT CONTROL



**ELSA ABRANTES**  
ECONOMIC AND  
FINANCIAL



**MARGARIDA JERÓNIMO**  
BUSINESS PERFORMANCE  
AND RISK ANALYSIS

## b) FUNCIONAMENTO

### 22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da Glintt tem um regulamento de funcionamento, que pode ser consultado no *site* da Sociedade.

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/regulamentos-orgaos-sociais/Paginas/Regulamentos-dos-Orgaos-Sociais.aspx>

Em linha com as recomendações e boas práticas adotadas pela Sociedade, o Regulamento do Conselho de Administração regula, designadamente, o exercício das atribuições, a presidência, a periodicidade de reuniões, o funcionamento e o quadro de deveres dos membros deste órgão.

Nos termos do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade, no exercício dos respetivos deveres e funções, os Administradores obterão informação sobre o curso da atividade da Sociedade, solicitando a informação em cada momento necessária ou conveniente para o bom desempenho do seu cargo e para melhor prossecução do interesse social.

Salvo em situações de carácter urgente, os Administradores que, conjunta ou isoladamente, incluindo Administradores Não-Executivos, pretendam aceder a informação incluída no âmbito dos poderes delegados na Comissão Executiva, poderão solicitá-la diretamente ao Presidente da mesma ou ao Presidente do Conselho de Administração.

### 23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas.

O Conselho de Administração realizou 5 (cinco) reuniões em 2019, com a seguinte assiduidade:

	Conselho de Administração	Assiduidade às reuniões do Conselho de Administração
Luís Carlos Alves Rodrigues Matias	Presidente	4 P, 1 PR
Vítor Manuel Lopes Segurado	Vogal	5 P
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	Vogal	5 P
Luís Paulo Reis Cocco	Vogal	5 P
Miguel Jorge Belpho da Silva Lança	Vogal	5 P
Ana Cristina Clarkson Gaspar	Vogal	4 P e 1 PR
João Paulo Coelho Cabecinha	Vogal	5 P
Ana Filipa Nogueira Fixe Santos	Vogal	5 P
Dario Miguel Tomé Vicente De Bastos Martins	Vogal	5 P

P – Presencial PR – Por Representação A – Ausente

### 24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O Conselho de Administração assegura uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e do seu próprio desempenho global.

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado pelos Acionistas a todo o tempo e também, nomeadamente, quando reunidos na Assembleia Geral Anual.

Deste modo, e atendendo igualmente à dimensão da Sociedade, bem como à escassez dos recursos postos pelos Acionistas à sua disposição, a Glintt entende que não se mostra necessária nem prioritária a criação adicional de comissões destinadas especificamente à avaliação dos Administradores Executivos.

Para além de efetuarem a referida avaliação dos Administradores Executivos, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e também os Acionistas reunidos em Assembleia Geral refletem sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotadas, verificando a sua eficácia e, se necessário, propondo aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria. Deste modo, e atendendo igualmente à dimensão da Sociedade, bem como à escassez dos recursos postos pelos Acionistas à sua disposição, a Glintt entende que não se mostra necessária nem prioritária a criação adicional de comissões destinadas especificamente a refletir sobre a estrutura e as práticas de governo adotadas.

## **25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

O cumprimento dos objetivos fixados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

## **26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

### **LUÍS CARLOS ALVES RODRIGUES MATIAS**

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente.
  - Dose Exacta - Farmácia, S.A.: Administrador.
  - Ana Lourenço & Filhos, Lda.: Gerente.
  - Farmácia Véritas, Lda.: Sócio Gerente.

### **VÍTOR MANUEL LOPES SEGURADO**

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Farmácia Nova: Diretor Técnico
  - Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente da Direção
  - FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Presidente da Direção
  - Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Farminveste – SGPS, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - HMR – Health Market Research International, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Health Market Research España, S.L.: Vogal do Conselho de Administração
  - HMR – Health Market Research Germany GmbH: Vogal do Conselho de Administração
  - Alliance Healthcare, S.A.: Vogal do Conselho de Administração

## VOGAL NUNO VASCO RODRIGUES VIEGAS VIEIRA LOPES

- No Grupo Glintt:
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Presidente do Conselho de Gerência
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Presidente do Conselho de Administração
  - Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Glintt Açores, S.A. Presidente do Conselho de Administração
  - Glintt Espanha, S.L.: Presidente do Conselho de Administração
  - Consoft, S.A.: Presidente do Conselho de Administração
  - Pulso Informática, S.L.: Presidente do Conselho de Administração
  - Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Presidente do Conselho de Administração
  - Glintt UK, Limited: Presidente do Conselho de Administração
  - Glintt Ireland Solutions, Limited: Presidente do Conselho de Administração
  - Qwerty Informatica, S.L.U.: Administrador
  - Qwerty Farma, S.L.: Administrador
  - Alpes Informática, S.L.: Administrador
  - Loginfar, S.L.: Administrador
  - Monsegur Informatica, S.L.: Administrador
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente da Direção
  - Farminveste – SGPS, S.A.: Administrador
  - Farminveste – Investimentos, Participação e Gestão, S.A.: Administrador
  - Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Administrador
  - HMR – Health Market Research International, S.A.: Administrador
  - Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.: Gerente
  - FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Presidente da Mesa da Assembleia Geral
  - Alloga Portugal, Lda.: Gerente
  - Farmácia Gasparinho, Sociedade Limitada: Gerente
  - Farmácia Nova Portas de Benfica, Unipessoal, Lda.: Gerente
  - Strongnature, Lda.: Gerente

## LUÍS PAULO REIS COCCO

- No Grupo Glintt:
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência.
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt Açores, S.A.: Administrador
  - Glintt Espanha, S.L.: Administrador
  - Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Administrador Delegado
  - Consoft, S.A.: Administrador
  - Pulso Informática, S.L.: Administrador
  - Glintt Polska Sp. Z o.o: Administrador
  - Glintt UK, Limited: Administrador
  - Glintt Ireland Solutions, Limited: Administrador
  - Qwerty Informatica, S.L.U.: Administrador
  - Qwerty Farma, S.L.: Administrador
  - Alpes Informática, S.L.: Administrador
  - Loginfar, S.L.: Administrador
  - Monsegur Informatica, S.L.: Administrador
- Extra Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.

### **MIGUEL JORGE BELPHO DA SILVA LANÇA:**

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação Nacional das Farmácias: Chief Information Officer

### **ANA CRISTINA CLARKSON GASPAR**

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente da Direção.
  - Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - HMR – Health Market Research International, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda.: Gerente
  - Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.: Gerente.
  - Cuidafarma, Lda.: Gerente
  - FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
  - Farminveste – SGPS, S.A.: Vogal Conselho Administração
  - Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.: Vogal Conselho Administração
  - Globalvet – Soluções e Inovação Veterinária, Lda.: Gerente
  - Servestec, Lda.: Gerente
  - Aponatura Portugal, Lda.: Gerente

### **JOÃO PAULO COELHO CABECINHA**

- No Grupo Glintt:
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Glintt Açores, S.A.: Administrador
  - Glintt Espanha, S.L.: Administrador
  - Pulso Informática, S.L.: Administrador
  - Consoft, S.A.: Administrador
  - Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Administrador
  - Qwerty Informatica, S.L.U.: Administrador
  - Qwerty Farma, S.L.: Administrador
  - Alpes Informática, S.L.: Administrador
  - Loginfar, S.L.: Administrador
  - Monsegur Informática, S.L.: Administrador
- Extra Grupo Glintt:
  - Não exerce quaisquer funções.

### **ANA FILIPA NOGUEIRA FIXE SANTOS**

- No Grupo Glintt:
  - Glintt Açores, S.A.: Administradora
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
- Extra Grupo Glintt:
  - Actone, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - Associação para a Promoção e o Desenvolvimento da Sociedade da Informação: Vogal da Direção

## DARIO MIGUEL TOMÉ VICENTE DE BASTOS MARTINS

- No Grupo Glintt:
  - SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência
  - Contraço – Arquitetura, Engenharia e Gestão de Projetos, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP): Secretário-Geral.
  - Ordem dos Farmacêuticos: Membro do Conselho para a Cooperação
  - Vitor David e Silva, Unipessoal, Lda: Gerente
  - WhiteLook, Lda.: Gerente
  - Medeiros da Silva, Lda: Gerente
  - Farmácia Mem Martins, Lda: Gerente

De acordo com o regulamento do Conselho de Administração, tendo em vista a prevenção de conflitos de interesses, os Administradores informam o Presidente do Conselho de Administração, que informa todo o Conselho de Administração, sempre que exista uma situação de potencial ou efetivo conflito de interesses de um Administrador, por conta própria ou de terceiro, com os interesses da Sociedade.

Estabelece, ainda, o regulamento do Conselho de Administração que, nas situações anteriormente descritas, caso o Conselho de Administração ou o Administrador em causa concluam pela verificação de um conflito de interesses, este não participará na discussão nem exercerá o respetivo direito de voto nas deliberações em causa.

### c) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

#### **27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Existe uma comissão criada no seio do Conselho de Administração: a Comissão Executiva.

O regulamento de funcionamento não é disponibilizado para consulta externa porque, no entendimento da Glintt, não tem relevância substantiva, dado ser um conjunto de regras meramente processuais.

#### **28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).**

A Comissão Executiva tem a seguinte composição:

- Presidente Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
- Vogal Luís Paulo Reis Cocco
- Vogal João Paulo Coelho Cabecinha
- Vogal Ana Filipa Nogueira Fixe Santos
- Vogal Dario Miguel Tomé Vicente De Bastos Martins

Não existe qualquer Administrador Delegado.

#### **29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

O Conselho de Administração da Glintt delegou na Comissão Executiva os seguintes poderes:

- a) Gestão corrente da Sociedade.
- b) Preparação e elaboração da proposta de orçamento a ser submetido à aprovação do CA.
- c) Controlo da execução do orçamento aprovado pelo CA.

- d) Constituição de mandatários e procuradores.
- e) Contratação e dispensa de pessoal (efetivo, a prazo, outsourcing ou qualquer outro regime), aplicação das políticas remunerativas: remuneração (fixa, variável, despesas motivacionais, atribuição de viaturas, outros fringe benefits e prémios), plano de carreiras e promoções, sempre de acordo com o orçamento aprovado e com as políticas previamente aprovadas pelo CA.
- f) Representação da Sociedade, em juízo e fora dele.
- g) Comunicação, imagem e marketing da Sociedade.
- h) Organização interna, incluindo a elaboração e aprovação de regulamentos internos relativos ao funcionamento da Empresa e do Grupo, de acordo com os princípios definidos pelo CA, no âmbito da competência reservada prevista nas respetivas alíneas o) e p) infra.
- i) Abertura e movimentação de contas.
- j) Gestão financeira, administrativa e patrimonial.
- k) Realização de pagamentos e de recebimentos, emissão de cheques, quitações.
- l) Contratos de arrendamento, locação financeira, leasing, aluguer de longa duração e renting de bens móveis de acordo com os respetivos regimes jurídicos.
- m) Contratação de seguros relativos à atividade do Grupo.
- n) Aquisição e alienação de bens móveis e contratação, junto de terceiros, dos serviços necessários ao regular e normal funcionamento do Grupo.
- o) Execução de programas de aquisição e alienação de ações próprias, nas condições deliberadas pelo CA e nos termos da competente autorização concedida pela Assembleia Geral.
- p) Negociação e contratação de linhas de crédito e de financiamentos incluindo a emissão de papel comercial.
- q) Concessão de créditos e suprimentos a sociedades participadas.
- r) Prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades do Grupo e fixação dos respetivos valores nos termos permitidos pela lei.
- s) Estabelecimento de parcerias de colaboração que não envolvam participação em capital social.
- t) Designação do representante da Sociedade nas Assembleias Gerais das participadas.
- u) Acordos e transações, sejam judiciais, extrajudiciais ou arbitrais.
- v) Exercer o poder disciplinar em relação aos trabalhadores da Sociedade.

Tendo o Conselho de Administração reservado para si as seguintes matérias:

- a) Convocação da Assembleia Geral.
- b) Aprovação dos relatórios e contas anuais.
- c) Aprovação dos planos estratégicos e das políticas gerais de MLP da Sociedade e do Grupo.
- d) Aprovação do orçamento anual, incluindo o enquadramento das contratações de pessoal.
- e) Cooptação de Administradores.
- f) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis.
- g) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade.
- h) Apresentação de propostas de emissão de obrigações pela Sociedade, incluindo obrigações convertíveis.
- i) Celebração de negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.
- j) Mudança de sede da Sociedade.
- k) Constituição ou participação no capital social de outras sociedades e celebração, neste âmbito, de acordos parassociais.
- l) Aquisição e alienação de participações sociais noutras sociedades.
- m) Aprovação de projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade.
- n) Aprovação de programas de aquisição e alienação de ações próprias, para execução nos termos da competente autorização concedida pela Assembleia Geral.
- o) Aprovação da estrutura empresarial do Grupo.
- p) Extensão ou redução da atividade do Grupo e modificações relevantes na sua organização.
- q) Composição dos órgãos sociais das sociedades participadas e designação dos respetivos membros.

Em síntese, a Comissão Executiva faz a gestão diária da Sociedade, dentro dos poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Administração. Para estes efeitos, não são considerados gestão corrente e não foram como tal delegados pelo Conselho de Administração, designadamente: i) a definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) a organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) as matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

Considerando as regras internas da Sociedade e a prática por esta seguida, a Glintt tem mecanismos adequados a assegurar, de forma atempada e adequada, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos órgãos e comissões criados.

Os Administradores que exercem funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestam, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, todas as informações por aqueles requeridas.

O Presidente da Comissão Executiva remete a todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

O Secretário da Sociedade remete ao Presidente do Conselho de Administração as convocatórias, atas e documentação de suporte às deliberações da Comissão Executiva, sem prejuízo de outra informação que o Conselho de Administração possa entender solicitar àquele, para o exercício das suas competências, em particular a supervisão da administração executiva, nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

### III. FISCALIZAÇÃO

#### a) COMPOSIÇÃO\*

\*ao longo do ano de referência

#### 30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

Conselho Fiscal.

#### 31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Estatutariamente, o Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efetivos e um ou dois suplentes, não sendo fixado um número máximo de membros.

O mandato do Conselho Fiscal tem a duração estatutária de três anos, estando em curso o triénio 2020/2022.

O Conselho Fiscal da Glintt, eleito para o mandato 2017/2019, era composto por três membros efetivos e um membro suplente, nos seguintes termos:

- **Presidente** Fernando José Carreira Saraiva Monteiro
- **Vogal** João Gaspar Lopes Ribeiro
- **Vogal** Avelino Azevedo Antão
- **Vogal Suplente** Nuno Miguel Ribeiro António.

Em 18.05.2018, o Vogal Avelino Azevedo Antão apresentou a sua renúncia ao cargo, tendo sido substituído pelo Vogal Suplente Nuno Miguel Ribeiro António, eleito membro efetivo do Conselho Fiscal, até ao termo do mandato em curso, na Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada no dia 30 de maio de 2019.

Em 30.10.2019, o Presidente Fernando José Carreira Saraiva Monteiro apresentou a sua renúncia ao cargo.

Foi a seguinte a data da primeira designação dos membros do Conselho Fiscal:

- **Presidente** Fernando José Carreira Saraiva Monteiro: 24 de maio de 2017
- **Vogal** João Gaspar Lopes Ribeiro: 22 de maio de 2012
- **Vogal** Avelino Azevedo Antão: 24 de maio de 2017
- **Vogal** Nuno Miguel Ribeiro António: 24 de maio de 2017

### **32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.**

O Presidente Fernando José Carreira Saraiva Monteiro e o Vogal Nuno Miguel Ribeiro António consideram-se independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

### **33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes.**

#### **PRESIDENTE FERNANDO JOSÉ CARREIRA SARAIVA MONTEIRO**

- ▶ **Qualificações profissionais:**
  - Licenciado em Ciências Farmacêuticas, Universidade de Lisboa
  - Curso técnico de contabilidade e gestão, ITFI, Porto
  - MBA, European University, Brussels
- ▶ **Percurso profissional nos últimos 5 anos:**
  - Gerente da Ecotoro Energia Lda. desde 1998
  - Diretor técnico e gerente da Farmácia Barbosa, em Guimarães, desde 2000

#### **VOGAL JOÃO GASPAR LOPES RIBEIRO**

- ▶ **Qualificações profissionais:**
  - Licenciado em Finanças pelo ISEG. Inscrito na Ordem dos Economistas. Membro Fundador da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- ▶ **Percurso profissional nos últimos 5 anos:**
  - Consultor na Área Contabilística e Fiscal

#### **VOGAL NUNO MIGUEL RIBEIRO ANTÓNIO**

- ▶ **Qualificações profissionais:**
  - Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pelo ISEG, da Universidade Técnica de Lisboa, com especialização em Finanças
  - Programa Avançado de Gestão Estratégica, pela Universidade Católica Portuguesa
  - Inscrição na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
- ▶ **Percurso profissional nos últimos 5 anos:**
  - Vogal do Conselho de Administração da F9 Consulting - Consultores Financeiros, S.A até 2015
  - Sócio-Gerente da Domus Apologia Investimentos Imobiliários, Lda. desde 2007
  - Presidente do Conselho de Administração da Living Amoras Imobiliária, S.A. desde 2018

## b) FUNCIONAMENTO

### 34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal.

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal da Glintt está disponível para consulta no *site* da Sociedade. <http://www.glintt.com/pt/Investidores/regulamentos-orgaos-sociais/Paginas/Regulamentos-dos-Orgaos-Sociais.aspx>

Em linha com as recomendações e boas práticas adotadas pela Sociedade, este Regulamento regula, designadamente, o exercício das atribuições, a presidência, a periodicidade de reuniões, o funcionamento e o quadro de deveres dos membros do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal obtém da Administração informações necessárias ao exercício da sua atividade, designadamente sobre a evolução operacional e financeira da Sociedade, as alterações de composição do seu portfólio, os termos das operações realizadas e o conteúdo das deliberações tomadas.

O Conselho Fiscal, sempre que o considere necessário, poderá solicitar aos responsáveis pelas diversas Direções, as informações que entenda necessárias ao desempenho das suas funções.

O Conselho Fiscal, sempre que entender necessário, solicita ao Presidente do Conselho de Administração: a) as atas das reuniões da Comissão Executiva, bem como de quaisquer relatórios por esta preparados; e b) as convocatórias, as atas do Conselho de Administração e respetiva documentação de suporte.

### 35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal realizou cinco reuniões em 2019, com a seguinte assiduidade:

	Conselho Fiscal	Assiduidade às reuniões do Conselho Fiscal
Fernando José Carreira Saraiva Monteiro	Presidente	3 P, 1 A
João Gaspar Lopes Ribeiro	Vogal	4 P, 1 A
Nuno Miguel Ribeiro António	Vogal	5 P

P – Presencial, PR – Por Representação, A - Ausente

### 36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

#### PRESIDENTE FERNANDO JOSÉ CARREIRA SARAIVA MONTEIRO

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação Nacional das Farmácias: Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Geral
  - Farminveste – SGPS, S.A.: Secretário da Mesa da Assembleia Geral
  - Farmácia Barbosa, em Guimarães: Diretor Técnico e Gerente
  - Ecotoro Energia Lda.: Gerente

### VOGAL JOÃO GASPAR LOPES RIBEIRO

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio do Distrito de Lisboa – Clínica São Cristóvão: Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

### VOGAL NUNO MIGUEL RIBEIRO ANTÓNIO

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Domus Apologia – Investimentos Imobiliários, Lda.: Sócio-Gerente
  - InterestingWaves, Lda.: Gerente
  - Living Amoras Imobiliária, S.A.: Presidente do Conselho de Administração
  - Optimize Investment Partners S.G.F.I.M., S.A.: Vogal do Conselho Fiscal
  - FCA Capital – Instituição Financeira de Crédito, S.A.: Suplente do Conselho Fiscal

De acordo com o regulamento do Conselho Fiscal, os seus membros deverão enviar ao Presidente do Conselho Fiscal, após a sua designação, as declarações sobre requisitos de independência e sobre incompatibilidades, conforme modelos aprovados pelo Conselho e comunicar ao Presidente do Conselho Fiscal, de imediato, qualquer facto ou circunstância que afete ou que possa vir a afetar a sua independência ou que determine uma incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

### c) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

#### **37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

No exercício das suas funções e sempre que considerar necessário, o Conselho Fiscal valida todas e quaisquer contratações de serviços adicionais, a prestar pelo Auditor Externo ou por entidades em relação direta com este, garantindo a manutenção da relação de independência indispensável ao exercício das funções deste último.

#### **38. Outras funções do órgão de fiscalização.**

De acordo com o respetivo Regulamento, o Conselho Fiscal dispõe das competências e poderes previstos nas disposições legais e estatutárias aplicáveis, conforme expresso designadamente nos Artigos 420º a 421º do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente:

- Fiscalizar a Administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório, Contas e propostas apresentados pela Administração;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Acionistas, Colaboradores da Sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas efetivo e suplente;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- Fiscalizar e avaliar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente no que concerne à prestação de serviços adicionais.

No âmbito da verificação da adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, o Conselho Fiscal verifica a adequação das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

Através de reuniões regulares com o Conselho de Administração, o órgão de fiscalização acompanha, avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.

Sempre que entender necessário, o Conselho Fiscal solicita ao Presidente do Conselho de Administração informação sobre as convocatórias, as atas dos Conselho de Administração e respetiva documentação de suporte.

#### IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

##### **39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

O Revisor Oficial de Contas é a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha (ROC n.º 1266).

##### **40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.**

O Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade desde 2016, tendo sido designado na Assembleia Geral de 17 de maio de 2016.

##### **41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.**

O Revisor Oficial de Contas é simultaneamente o Auditor Externo do Grupo, cujos serviços e funções se detalham nos pontos abaixo.

Além de todas as competências e deveres legalmente previstos, o Revisor Oficial de Contas verifica ainda a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal com quem colabora numa perspetiva de proximidade e a quem presta informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização, assim como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

#### V. AUDITOR EXTERNO

##### **42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.**

O Revisor Oficial de Contas é a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., registada na CMVM sob o número 20161381, representada por Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha (ROC n.º 1266).

##### **43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

O Auditor Externo exerce funções na Sociedade desde 2016, tendo sido designado na Assembleia Geral de 17 de maio desse ano.

O representante exerce funções na Sociedade igualmente desde 2019, tendo sido designado também na Assembleia Geral de 6 de dezembro desse ano.

**44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

O mandato do Auditor Externo é anual, pelo que a política de rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções consiste na sua rotação anual, caso a avaliação efetuada anualmente conclua haver vantagem para a Glintt na rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas.

**45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

O órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo é o Conselho Fiscal, que efetua essa avaliação anualmente – inclusivamente propondo ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito, o que não sucedeu em 2019.

É o Conselho Fiscal que propõe aos Acionistas a eleição do Revisor Oficial de Contas, competindo ainda igualmente ao Conselho Fiscal propor a correspondente remuneração.

Em 2019, o Conselho Fiscal foi o interlocutor principal do Auditor Externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, tendo zelado para que lhe fossem asseguradas dentro da Glintt as condições adequadas à prestação dos serviços.

**46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

O auditor externo não prestou serviços distintos dos de auditoria, no decurso do ano de 2019.

**47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio):**

O valor dos honorários contratados pela sociedade para o exercício de 2019 são os que se resumem na tabela abaixo:

	Montante 2019	%	Montante 2018	%
Serviços de revisão legal de contas	85 800	100%	79 800	95%
Serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função de ROC	0	0%	0	0%
<b>Total de Serviços de Auditoria</b>	<b>85 800</b>	<b>100%</b>	<b>79 800</b>	<b>95%</b>
Serviços de consultoria - Implementação IFRS 16	0	0%	4 100	5%
<b>Total de Outros Serviços</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>4 100</b>	<b>5%</b>
	<b>85 800</b>	<b>100%</b>	<b>83 900</b>	<b>100%</b>

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. ESTATUTOS

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. H)).

Para além das normas supletivas legais, os Estatutos da Glintt referem o seguinte, no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 13.º:

*«UM – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos presentes, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.»*

*DOIS – As deliberações relativas à alteração do Contrato de Sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, só poderão ser tomadas quando na Assembleia Geral, em primeira convocatória, estiverem presentes ou representados, pelo menos, um terço do capital social, exigindo-se sempre maioria qualificada de dois terços de votos emitidos, quer na primeira quer na segunda convocatória, para aprovar deliberações sobre tais matérias.»*

### II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Na Glintt, a comunicação de irregularidades tem como destinatário o Conselho Fiscal – ver pontos 30 a 38.

Compete ao Conselho Fiscal a receção, registo e tratamento das comunicações de indícios de irregularidades ocorridas na Glintt ou nas sociedades que integram o respetivo grupo, bem como a prática de outros atos que, com aquelas atribuições, estejam necessariamente relacionados.

Uma vez concluído o processo de investigação, o Conselho Fiscal elaborará um relatório fundamentado sobre os factos objeto de análise contendo a sua decisão e proporá ao Conselho de Administração a(s) medida(s) que considerar mais ajustada(s).

Em 2019, o Conselho Fiscal não recebeu qualquer comunicação de irregularidades.

### III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Glintt não possui órgãos ou comissões independentes que se dediquem em exclusivo à supervisão, à análise e implementação de sistemas de controlo interno.

No entanto, no âmbito das suas funções, quer o departamento de Organizational Development, quer o Departamento de Business Performance & Risk Analysis, sob a coordenação dos respetivos administradores executivos, têm como responsabilidade i) a prossecução de medidas de controlo e supervisão dos sistemas e processos, com vista a aferir de forma regular e atempada quanto à fiabilidade e eficiência na produção de informação e tratamentos de dados críticos para o negócio, e ii) a realização de auditorias específicas que permitam identificar riscos críticos passíveis de afetar a estratégia da sociedade, propondo nomeadamente medidas corretivas quer aos sistemas quer aos processos de suporte envolvidos, em articulação com as diversas unidades operacionais e corporativas.

**51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.**

O departamento de Organizational Development reporta hierárquica e funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva – Dr. Nuno Vasco Lopes.

O departamento de Business Performance & Risk Analysis reporta hierárquica e funcionalmente ao Administrador Executivo – Dr. Luís Cocco.

**52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.**

Os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade são da responsabilidade do Conselho de Administração e estão delegados na Comissão Executiva, sendo objeto da fiscalização do Conselho Fiscal. Por sua vez, quer a Direção Financeira Económica quer o Controlo de Gestão, ambas as direções com reporte hierárquico e funcional ao Administrador Executivo responsável pelas matérias financeiras - Dr. Luís Cocco - assumem, no âmbito das suas funções, responsabilidade pela identificação e controlo de riscos, nomeadamente operacionais e financeiros.

**53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.**

Os principais riscos económicos são os que resultam do enquadramento macroeconómico de 2019 e das perspectivas para 2020, descritos detalhadamente supra na Parte 1 do presente Relatório & Contas. Os principais riscos financeiros são o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro e à exposição cambial.

As principais fontes de risco de crédito são caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes: a nível de bancos e instituições financeiras, a empresa seleciona as contrapartes com quem desenvolve negócios atendendo à credibilidade das entidades; em relação a clientes, a Glintt não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado, que limitam o montante de crédito ao qual os seus clientes têm acesso.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A exposição da empresa ao risco da taxa de juro advém de aplicações em instituições financeiras e empréstimos obtidos. As aplicações em instituições financeiras assumem a natureza de curto prazo, pelo que os riscos de fluxos de caixa decorrentes de alterações na taxa de juro não assumem um carácter relevante.

Os empréstimos obtidos estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, facto que expõe a entidade a riscos de *cash flow*. A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade às variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

De entre riscos jurídicos da atividade da empresa, destaca-se a eventualidade de poderem surgir potenciais problemas com clientes e trabalhadores, os quais são controlados nomeadamente ao nível da gestão e controlo dos projetos.

#### **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

A Comissão Executiva acompanha o funcionamento dos sistemas de controlo interno e os mecanismos de antecipação e gestão de riscos, propondo nomeadamente os ajustamentos e as medidas que considera necessárias.

No âmbito da sua atenção, sempre que se revela necessário, a Comissão Executiva ou os Administradores responsáveis pela supervisão das áreas comentadas nos pontos 51 e 52 supra, determinam o estudo de determinadas matérias ou revisão de áreas potencialmente com risco, garantindo assim através desses trabalhos a adequada robustez dos procedimentos internos implementados e respetivos mecanismos de controlo.

Pontualmente e sempre que se justifique, a Comissão Executiva, ou diretamente cada um dos Administradores responsáveis pela supervisão das áreas comentadas nos pontos 51 e 52 supra, poderá determinar a subcontratação de tais estudos e análises a empresas externas, com independência e capacidade para em tempo útil emitir opinião sobre tais matérias.

É ainda da competência do Conselho Fiscal a fiscalização da eficácia de todo o sistema vigente.

#### **55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).**

De acordo com a responsabilidade que lhe foi atribuída, a Comissão Executiva tem promovido uma cultura de controlo, com vista a assegurar a fiabilidade da informação financeira do Grupo. Nesse contexto, tem defendido a prossecução das seguintes medidas:

- a) Definição/revisão, publicação e supervisão de políticas adequadas que garantam a fiabilidade da informação;
- b) Definição e implementação de sistemas de suporte ao registo, gestão e controlo das operações, garantindo, por um lado, que a assunção de encargos para o Grupo só é efetuada quando devidamente autorizada e, por outro, antecipando eventuais debilidades em processos que considera críticos para a prossecução da sua estratégia de gestão.

Os riscos que afetam o processo de divulgação de informação financeira são também mitigados por um adequado sistema de *reporting*, o qual envolve por um lado boas práticas ao nível da segregação de funções e por outro a limitação ao nível dos acessos, para realização de determinadas práticas ou assunção de responsabilidades.

Mais ainda, são desenvolvidas e implementadas, pelo departamento de Controlo de Gestão, políticas de reporte e supervisão da informação financeira e de gestão, que permitem à Comissão Executiva obter informação analítica relativa ao desempenho e evolução da *performance* das diversas unidades, bem como receber atempado reporte sobre desvios existentes face aos objetivos propostos e previamente aprovados.

### **IV. APOIO AO INVESTIDOR**

#### **56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

O Gabinete de Relações com os Investidores da Glintt tem como função assegurar um adequado relacionamento da Sociedade com o Mercado, incluindo os acionistas, os investidores, os analistas e toda a comunidade financeira.

Assim, o Gabinete de Relações com os Investidores tem uma dupla vertente: por um lado, é através do Gabinete de Relações com os Investidores que a Glintt comunica ao Mercado toda a informação de divulgação obrigatória, bem como outra informação cuja divulgação a Sociedade considere pertinente; e, por outro lado, é também o Gabinete de Relações com os Investidores o meio privilegiado de o Mercado aceder à Glintt.

Este contacto permanente com o Mercado é efetuado de forma a respeitar o princípio da igualdade dos Acionistas e visa prevenir assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

O responsável pelo Gabinete de Relações com os Investidores (*Investor Relations*) é a Dra. Elsa Abrantes.

#### **57. Representante para as relações com o mercado.**

O Representante para as Relações com o Mercado e a CMVM é a Dra. Elsa Abrantes, Manager Financeira e responsável pelo Gabinete de Relações com os Investidores (*Investor Relations*).

#### **58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.**

A Sociedade possui um registo de todos os pedidos de informação e respetivo tratamento de dados.

Em 2019 deram entrada dois pedidos de informação, os quais foram respondidos em quarenta e oito horas.

De 2019 para 2020 não transitou qualquer pedido de informação por responder.

### **V. SÍTIO DE INTERNET**

#### **59. Endereço(s).**

- **E-mail:** investor.relations@glintt.com
- **Telefone:** +351 219 100 200
- **Fax:** +351 219 100 299
- **Morada:** Beloura Office Park, Edifício 10, Quinta da Beloura, 2710-693 Sintra, Portugal
- **Internet:** www.glintt.com.local/investidores\_kit\_investidor.php

#### **60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.**

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/corpos-sociais/Paginas/Corpos-Sociais.aspx>

#### **61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.**

Estatutos:

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/estatutos-glintt/Paginas/Estatutos-Glintt.aspx>

Regulamentos:

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/regulamentos-orgaos-sociais/Paginas/Regulamentos-dos-Orgãos-Sociais.aspx>

#### **62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.**

Órgãos sociais e representante para as relações com o mercado:

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/corpos-sociais/Paginas/Corpos-Sociais.aspx>

Gabinete de Relações com os Investidores:

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/gabinete-relacoes-investidores/Paginas/gabinete.aspx>

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.**

Documentos de prestação de contas:

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/Contas/Paginas/Resultados-Financeiros.aspx>

Calendário de eventos societários:

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/calendario/Paginas/default.aspx>

A informação é disponibilizada em português.

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.**

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/Assembleias%20Gerais/Paginas/default.aspx>

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.**

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/Assembleias%20Gerais/Paginas/default.aspx>

## **D. REMUNERAÇÕES**

### **I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO**

**66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.**

A determinação da remuneração dos órgãos sociais, incluindo a dos membros da Comissão Executiva, compete aos Acionistas, que na Assembleia Geral designaram para o efeito uma Comissão de Vencimentos.

### **II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES**

**67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.**

A Comissão de Vencimentos da Sociedade, eleita a 24 de maio de 2017, para o mandato 2017/2019, tem a seguinte composição:

- **Presidente** João Carlos Lombo da Silva Cordeiro
- **Vogal** Luís Manuel Pereira da Silva
- **Vogal** Victor Réfega Fernandes

Todos os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações está sempre presente na assembleia geral anual e em qualquer outra em que seja discutida a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida pelos acionistas.

A Comissão de Vencimentos poderá contratar, a expensas da Sociedade, consultores externos especializados em diversas áreas, sempre que o necessite. Os referidos consultores externos são selecionados pela Comissão de Vencimentos, assegurando que tais serviços são prestados com independência, por consultores que não prestam outros serviços à Sociedade ou a outras sociedades do grupo.

Durante o ano de 2019, a Comissão de Vencimentos não contratou qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Remunerações no cumprimento da sua missão.

#### **68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.**

Os três membros da Comissão de Vencimentos têm adequados conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações, fruto da atividade profissional que desenvolvem diariamente:

##### ► **Presidente João Carlos Lombo da Silva Cordeiro**

- Proprietário e Diretor Técnico da Farmácia das Fontaínhas, em Cascais
- Sócio Gerente da Gessa – Clínica das Fontaínhas, Lda.
- Sócio Gerente da TDS – Tecnologia e Diagnóstico na Saúde
- Presidente do Conselho de Administração da Quilaban – Química Laboratorial Analítica, S.A.
- Sócio Gerente da Victor Cordeiro – Serviços de Gestão Partilhados. Lda.

##### ► **Vogal Luís Manuel Pereira da Silva**

- Gerente e Consultor de gestão e de assuntos financeiros e fiscais em diversas empresas privadas
- Sócio-Gerente da Sociedade Anglo-Portuguesa de Diatomite, Lda. e da Sociedade Fonemas Divertidos – Mediação Imobiliária, Lda.

##### ► **Vogal Victor Réfega Fernandes**

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - Alliance Healthcare, S.A.
  - Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.
  - Glintt Inov, S.A.
  - SolS e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.
  - Glintt Açores, S.A.
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - Farminveste SGPS, S.A.

### III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

#### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

As linhas gerais da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho são as seguintes:

##### A. Remuneração dos membros do Conselho de Administração

###### I. Remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração

Em conformidade com as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG - Instituto Português de Corporate Governance, nesta matéria, a Comissão de Vencimentos da Sociedade determinou que a remuneração dos Administradores Não Executivos da Sociedade seja exclusivamente composta por uma componente fixa determinada pela Comissão de Vencimentos, a abonar catorze vezes por ano.

###### II. Remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração

A remuneração dos Administradores Executivos será composta por uma componente fixa e uma componente variável.

###### a. Remuneração Fixa

Durante o mandato em curso, os Administradores Executivos terão direito a uma remuneração fixa permanente, a abonar catorze vezes por ano.

###### b. Remuneração Variável

###### (i) Princípio geral

Para além da remuneração fixa, cada membro da Comissão Executiva terá direito individualmente a remuneração variável nos termos seguintes:

- a) 25% da remuneração anual fixa acrescidos de 1% do Resultado Antes de Impostos do respetivo ano;
- b) O Resultado Antes de Impostos é calculado antes da dedução da remuneração variável;
- c) O Resultado Antes de Impostos previsto no orçamento deverá ser acrescido da dotação nele considerada para a remuneração variável da Comissão Executiva;
- d) A remuneração variável, prevista na alínea a) não poderá, quanto ao Presidente da Comissão Executiva, ultrapassar 45% da respetiva remuneração anual fixa e 35% quanto a cada um dos vogais, da respetiva remuneração anual fixa.

###### (ii) Critérios de atribuição da Remuneração Variável

Para efeitos do cálculo da remuneração variável atender-se-á aos seguintes critérios:

- a) Se o Resultado Antes de Impostos anual da Sociedade for igual ou superior ao previsto no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, a quantia a distribuir a cada um dos membros da Comissão Executiva corresponderá a 25% da sua remuneração fixa acrescidos de 1% do Resultado Antes de Impostos anual.

- b) Se o Resultado Antes de Impostos anual da Sociedade for inferior ao previsto no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, a percentagem daquela quantia a distribuir a cada um dos membros da sua Comissão Executiva, será a indicada no quadro seguinte:

Resultado anual antes de impostos	Remuneração variável (%)
<= 80%	0%
>= 80% e < 90%	50%
>= 90% e < 100%	80%

### III. Alinhamento dos interesses dos Administradores com o interesse da Sociedade

Conforme decorre do acima exposto, a remuneração variável dos Administradores Executivos encontra-se dependente do desempenho destes e do seu contributo para a obtenção dos melhores resultados para a Sociedade.

Por outro lado, a estrutura da remuneração visa assegurar um nível remuneratório competitivo, suscetível de atrair e reter os mais qualificados quadros profissionais capazes de dar resposta aos desafios que a Sociedade enfrenta.

Nesta esteira, os Administradores Executivos que não vejam o seu mandato renovado (por iniciativa da Sociedade) e não retomem o seu anterior vínculo contratual à GLINTT ou a uma das sociedades suas participadas ficam investidos no direito a uma compensação de 6 meses de remuneração fixa e variável, considerando-se, para estes efeitos, a última remuneração fixa e a remuneração variável do ano civil anterior.

#### B. Remuneração dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é exclusivamente composta por uma componente fixa, a abonar anualmente. Os montantes pagos ao Presidente e aos Vogais deste órgão variam entre si em virtude das funções desempenhadas.

De igual modo, a remuneração do Revisor Oficial de Contas é exclusivamente composta por uma componente fixa determinada pelo Conselho Fiscal, a abonar anualmente, estando a determinação do seu montante em linha com as práticas e condições normais para serviços similares.

Nestes termos, a declaração supra contém: a identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais (o qual não está limitado a um concreto montante máximo em euros mas antes limitado a uma percentagem máxima do resultado) e a identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; e Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Com vista ao cumprimento das recomendações de governo societário adotadas pela Sociedade, a Comissão de Vencimentos procura que a referida declaração contenha, nomeadamente a seguinte informação: i. a remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados; ii. as remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;

iii. o número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições; iv. informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável; v. informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação; vi. informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.

**70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

Por decisão dos Acionistas, a remuneração dos membros do Conselho de Administração está confiada a uma Comissão de Vencimentos.

O meio de alinhamento dos interesses dos Administradores com os interesses de longo prazo da Sociedade - desincentivando a assunção excessiva de riscos - e, bem assim, de avaliação do desempenho dos Administradores, adotado pela Comissão de Vencimentos da Sociedade, foi o de estruturar a remuneração baseada na avaliação do desempenho, de modo que, para além de estabelecer uma remuneração fixa, a Comissão de Vencimentos fixou igualmente uma remuneração variável para os membros da Comissão Executiva atribuída em função do grau de cumprimento dos objetivos previstos no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade.

A remuneração dos Administradores não executivos consiste numa quantia fixa.

Nesta esteira, os Administradores Executivos que não vejam o seu mandato renovado (por iniciativa da Sociedade) e não retomem o seu anterior vínculo contratual à Glintt ou a uma das sociedades suas participadas ficam investidos no direito a uma compensação de 6 meses de remuneração fixa e variável, nos termos definidos pela Comissão de Vencimentos.

Em 2019, foi submetida à apreciação da Assembleia Geral Anual de Acionistas uma declaração sobre a política de remunerações, que foi aprovada por unanimidade.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

Quando a destituição de administrador não decorre de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, mas, ainda assim, é reconduzível a um inadequado desempenho, a sociedade encontra-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

O auditor externo, no âmbito das suas competências, verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, reportando igualmente quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade, o que não sucedeu em 2019.

**71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

Existe uma componente variável da remuneração, nos termos referidos no ponto 69, supra.

**72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

O pagamento da componente variável da remuneração relativa a um exercício é diferido para o ano seguinte.

**73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.**

Não existe remuneração em ações.

**74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**

Não existe remuneração em opções.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.**

Não existe um sistema de prémios anuais, apenas remuneração fixa e variável.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, nem qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais.

#### IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

**77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.**

Executivos	Remuneração fixa	Remuneração variável	Indemnização	Total
NUNO VASCO RODRIGUES VIEGAS VIEIRA LOPES	198 125	73 057	0	271 182
LUÍS PAULO REIS COCCO	168 000	58 800	0	226 800
JOÃO PAULO COELHO CABECINHA	140 000	49 000	0	189 000
ANA FILIPA NOGUEIRA FIXE SANTOS	105 000	36 750	0	141 750
DARIO MIGUEL TOME VICENTE DE BASTOS MARTINS	105 000	36 750	0	141 750
	<b>716 125</b>	<b>254 357</b>	<b>0</b>	<b>970 482</b>

Não Executivos	Remuneração fixa
LUIS CARLOS ALVES RODRIGUES MATIAS	14 000
VITOR MANUEL LOPES SEGURADO	14 000
MIGUEL JORGE BELPHO DA SILVA LANÇA	14 000
ANA CRISTINA CLARKSON GASPAR	14 000
	<b>56 000</b>

**78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

**79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.**

Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.**

Órgão de Fiscalização	Total
FERNANDO JOSÉ CARREIRA SARAIVA MONTEIRO	-
JOÃO GASPAR LOPES RIBEIRO	-
NUNO MIGUEL RIBEIRO ANTÓNIO	3 000
	3 000

**82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.**

Assembleia Geral	Total
PRESIDENTE DA MESA	3 000
	3 000

€ 3.000,00 (três mil euros)

#### V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não existem.

**84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).**

Não existem.

## VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

### 85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações.

**86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).**

Não existe qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações.

**87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.**

Não existe qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações.

**88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).**

Não existe qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

**89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, são realizados em condições normais de mercado.

Todas as transações comerciais são registadas nos sistemas informáticos desenvolvidos pelo Grupo, e que cobrem todas as fases do negócio, nomeadamente: 1) negociação; 2) adjudicação; 3) execução; 4) faturação e cobrança e 5) aceitação da entrega.

**90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Todas as operações havidas durante o ano de 2019 com partes relacionadas foram objeto de análise, justamente seguindo as mesmas metodologias definidas e implementadas para as demais operações comerciais levadas a cabo pelo Grupo.

**91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.**

O Conselho Fiscal estabeleceu os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles

estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários – ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Estes procedimentos e critérios são essencialmente de natureza económica, e aplicam-se, de maneira geral, às compras e vendas que o Grupo pretenda efetuar com qualquer acionista titular de participação qualificada, devendo ser obtida validação prévia do órgão de fiscalização sempre que o contrato a celebrar supere determinados limites económicos.

Assim, consideram-se operações de natureza relevante, e como tal sujeitas a validação prévia do órgão de fiscalização, i) os contratos de natureza continuada cujo volume de transação mensal supere 0,5% do volume de negócios do ano anterior, e ii) os contratos relativos a operações pontuais ou avulsas cujo volume da transação supere 1% do volume de negócios do ano anterior.

## II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

### **92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.**

De entre os principais negócios realizados durante o ano de 2019, destacam-se os seguintes: a) manutenção e gestão de infraestrutura tecnológica; b) Implementação de serviços de garantia de continuidade de negócio, nomeadamente aqueles que dizem respeito à salvaguarda dos acessos lógicos (soluções de armazenamento e backup de dados); c) prestação de serviços de call center para prestação de apoio na utilização de sistemas informáticos; d) serviços de consultoria relacionados com desenvolvimento de sítios web institucionais e respetivas manutenções; e) serviços de consultoria aplicacional; f) fornecimento de licenças de Software e respetivas manutenções e g prestação de serviços administrativos de contabilidade, faturação e gestão administrativa de recursos humanos.

**Ver Nota 39 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

## PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, em matéria de governo das sociedades, informa-se que a Glintt adota as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG - Instituto Português de Corporate Governance, aprovado em 2018 («Código de Governo das Sociedades»), que se encontra disponível no website desta entidade: [www.cgov.pt](http://www.cgov.pt).

### 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A Glintt acolhe as recomendações do IPCG sobre o Governo das Sociedades, na versão publicada em 2018, tendo sido elaborado de acordo com o disposto no artigo 7.º do CVM e no artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

Apresenta-se, em seguida, a remissão para o(s) Ponto(s) da Parte I do presente Relatório em que essa matéria seja abordada e ainda a respetiva justificação relativamente àquelas que não foram adotadas pela Sociedade em 2019.

#### I. PARTE GERAL

**I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.**

Adotada.

Pontos 29, 55, 56, 57 e 58.

**I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.**

Adotada.

Pontos 16 e 17.

**I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.**

Adotada.

Pontos 22, 27 e 34.

**I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.**

Parcialmente adotada. O Regulamento da Comissão Executiva não é disponibilizado para consulta externa, por não ter relevância substantiva e consubstanciar um conjunto de regras meramente processuais.

Pontos 22, 27, 34 e 61.

**I.2.4.** A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.

Parcialmente adotada.

**I.2.5.** Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.

Parcialmente adotada. Atualmente, a Glintt não dispõe de um regulamento interno sobre procedimentos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades. Adota, contudo, mecanismos que asseguram um eficiente fluxo de informação respeitante a irregularidades.

Ponto 49.

**I.3.1.** Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Adotada.

Pontos 22, 29 e 34.

**I.3.2.** Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

Adotada.

Pontos 29 e 38.

**I.4.1.** Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

Adotada.

Pontos 26 e 36.

**I.4.2.** Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.

Adotada.

Ponto 26.

**I.5.1.** O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.

Parcialmente adotada.

Ponto 91.

**I.5.2.** O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação.

Parcialmente adotada.

Ponto 91.

**II.1.** A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.

Não aplicável.

Ponto 12.

**II.2.** A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Adotada.

Ponto 14.

**II.3.** A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica.

Parcialmente adotada. Os Estatutos da Sociedade preveem que o direito de voto poderá igualmente ser exercido por via eletrónica. No entanto, a Sociedade não dispõe, ainda, de um sistema que lhe permita, sem limitações, disponibilizar aos acionistas a possibilidade de exercer o seu direito de voto em formato eletrónico.

Ponto 12.

**II.4.** A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.

Não adotada. Os acionistas estão tendencialmente presentes ou representados.

**II.5.** Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Não aplicável.

Ponto 13.

**II.6.** Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

Adotada.

Pontos 2, 4 e 5.

**III.1.** Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (*lead independent director*) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

Não aplicável.

**III.2.** O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas

Adotada.

Pontos 17, 18, 29 e 31.

**III.3.** Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

Não adotada. A dimensão e diversidade das funções executivas exigem, atualmente, um elevado número de administradores executivos.

**III.4.** Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- i.** Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;
- ii.** Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- iii.** Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- iv.** Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

- v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Não adotada. A inexistência, no Conselho de Administração, de administradores não executivos que possam, num critério meramente formal, ser qualificados como independentes, é motivada pela circunstância de o acionista maioritário deter cerca de 76% do capital.

Os membros do Conselho de Administração foram eleitos sem votos contra.

**III.5.** O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).

Não aplicável.

**III.6.** Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

Adotada.

Ponto 29.

**III.7.** O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

Não aplicável.

**III.8.** Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.

Adotada.

Ponto 38.

**III.9.** As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações

Parcialmente adotada. A dimensão e organização da sociedade não justificam a existência de mais do que uma Comissão de Vencimentos.

Pontos 27, 66 e 67.

**III.10.** Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Adotada.

Pontos 50 e ss.

**III.11.** O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada.

Pontos 34, 38 e 50.

**III.12.** O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

Parcialmente adotada. Conforme referido no Ponto 50 do presente Relatório, a Glintt não possui órgãos ou comissões independentes que se dediquem em exclusivo à supervisão, análise e implementação de sistemas de controlo interno, pelo que o Conselho Fiscal e a Comissão Executiva encontram-se atualmente a estudar formas de fiscalização que permitam uma mais completa adoção da presente recomendação, as quais se prevê que venham a envolver, designadamente: a definição da melhor forma para formalizar a pronúncia pelo Conselho Fiscal sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno; e a melhor forma de reporte a implementar que possibilite a apreciação pelo Conselho Fiscal, no futuro, dos relatórios realizados pelas equipas com estas competências, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

Pontos 34, 38 e 50.

**IV.1.** O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.

Não adotada. Na prática, apesar de não existir norma escrita, os executivos não exercem funções executivas fora do grupo.

**IV.2.** O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

Adotada.

Ponto 29.

**IV.3.** O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.

Parcialmente adotada.

Pontos 50 a 55.

**IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.**

Parcialmente adotada. Conforme referido no Ponto 50 do presente Relatório, a Glintt não possui órgãos ou comissões independentes que se dediquem em exclusivo à supervisão, análise e implementação de sistemas de controlo interno, pelo que o Conselho Fiscal e a Comissão Executiva encontram-se atualmente a estudar formas de fiscalização que permitam uma mais completa adoção da presente recomendação, as quais se prevê que venham a envolver, designadamente: a definição da melhor forma para formalizar a pronúncia pelo Conselho Fiscal sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno; e a melhor forma de reporte a implementar que possibilite a apreciação pelo Conselho Fiscal, no futuro, dos relatórios realizados pelas equipas com estas competências, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

Ponto 50.

**V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.**

Adotada.

Pontos 24, 25, 29, 69, 70 e 71.

**V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.**

Parcialmente adotada. Conforme mencionado ao longo deste Relatório, encontra-se em curso o estudo e implementação de soluções com vista à melhoria contínua dos vários processos de fiscalização da sociedade.

Ponto 38.

**V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.**

Adotada

Ponto 67.

**V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respetivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respetivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.**

Adotada

Ponto 69 e ss.

**V.2.3.** A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter adicionalmente:

- i.** A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;
- ii.** As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;
- iii.** O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;
- iv.** Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;
- v.** Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;
- vi.** Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.

Adotada.

Ponto 69 e ss.

**V.2.4.** Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções.

Adotada.

Ponto 76 e 83.

**V.2.5.** A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.

Adotada.

Ponto 67.

**V.2.6.** Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.

Adotada.

Ponto 67.

**V.3.1.** Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

Adotada.

Ponto 69.

**V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.**

Não adotada. A Sociedade entende haver vantagem em que a avaliação de desempenho seja efetuada numa base anual, assim como o pagamento da correspondente eventual remuneração variável. Isto porque a Sociedade funciona numa lógica anual: o orçamento é anual e a gestão presta contas aos Acionistas todos os anos. Por tais razões, a remuneração variável é integralmente paga no exercício seguinte àquele a que respeita.

Ponto 69.

**V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.**

Não aplicável.

Ponto 74.

**V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.**

Adotada.

Ponto 69.

**V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.**

Adotada.

Pontos 83 e 84.

**V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.**

Parcialmente adotada. É comum a manutenção nos cargos durante diversos mandatos, pelo que a adequação, conhecimentos e currículo estão por natureza confirmados.

**V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.**

Não aplicável. A dimensão da sociedade não justifica a existência de uma comissão de nomeações.

**V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.**

Não aplicável. Inexiste uma comissão de nomeações.

**V.4.4.** A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

Não aplicável. Inexiste uma comissão de nomeações.

**V.I.1.** O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.

Adotada.

Pontos 50 a 55.

**V.I.2.** Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema,

Parcialmente adotada. Está em curso a sistematização dos procedimentos existentes.

Pontos 50 a 55.

**V.I.3.** A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

Adotada. É feita a monitorização contínua do desempenho da gestão de riscos, introduzindo-se as alterações que pontualmente sejam necessárias.

Pontos 50 a 55.

**VII.1.1.** O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

Não adotada. Independentemente de previsão expressa, o órgão de fiscalização, no exercício das suas atribuições, procede à fiscalização da adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

**VII.2.1.** Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:

- i.** Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;
- ii.** A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;
- iii.** Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;
- iv.** Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.

Parcialmente adotada. Está em curso a sistematização destes procedimentos.

**VII.2.2.** O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Adotada.

Ponto 45.

**VII.2.3.** O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços, sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Adotada.

Pontos 44 e 45.

**VII.2.4.** O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.

Adotada.

Ponto 41.

**VII.2.5.** O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Adotada.

Ponto 41

# 04.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS



# 4.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DEZEMBRO DE 2019

(valores em euros)

ATIVO		31-Dez-19	31-Dez-18	Varição (%)
<b>Não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	7	5.740.321	1.313.875	336,90%
Goodwill	8	86.439.975	85.072.887	1,61%
Ativos Intangíveis	9	38.930.288	39.573.036	-1,62%
Outros Investimentos Financeiros	10	427.124	373.631	14,32%
Contas a receber de clientes e outros devedores	11	5.963.594	6.274.805	-4,96%
Ativos por Impostos Diferidos	12	4.919.152	5.881.906	-16,37%
		<b>142.420.453</b>	<b>138.490.140</b>	<b>2,84%</b>
<b>Corrente</b>				
Inventários	13	1.489.087	1.571.763	-5,26%
Contas a receber de clientes e outros devedores	11	17.334.080	19.033.221	-8,93%
Caixa e equivalentes de caixa	14	2.202.889	2.177.150	1,18%
Acréscimos e diferimentos ativos	15	7.404.896	6.659.602	11,19%
Ativos operações descontinuadas	16	66.462	50.656	31,20%
		<b>28.497.414</b>	<b>29.492.392</b>	<b>-3,37%</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>170.917.867</b>	<b>167.982.533</b>	<b>1,75%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital</b>				
Capital social	17	86.962.868	86.962.868	0,00%
Prémios de emissão	17	10.255.221	10.255.221	0,00%
Outras reservas	18	29.633.682	29.323.470	1,06%
Reservas de conversão cambial	18	(2.740.503)	(2.365.198)	15,87%
Resultados retidos de exercícios anteriores	18	(50.813.987)	(50.894.844)	-0,16%
Resultados retidos no exercício	18	1.220.541	560.390	117,80%
<b>Capital Próprio atribuível a acionistas</b>		<b>74.517.822</b>	<b>73.841.907</b>	<b>0,92%</b>
Interesses que não controlam	18	377.146	327.329	15,22%
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>74.894.968</b>	<b>74.169.236</b>	<b>0,98%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Não corrente</b>				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	-	236.029	-100,00%
Empréstimos	20	27.524.180	31.892.233	-13,70%
Acréscimos e diferimentos passivos	21	277.178	585.113	-52,63%
Provisões para outros passivos e encargos	22	970.000	2.591.481	-62,57%
Passivos por Impostos Diferidos	23	7.795.053	7.686.886	1,41%
		<b>36.566.411</b>	<b>42.991.742</b>	<b>-14,95%</b>
<b>Corrente</b>				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	25.396.297	24.008.950	5,78%
Empréstimos	20	15.983.186	9.353.794	70,87%
Acréscimos e diferimentos passivos	21	17.900.299	17.297.671	3,48%
Passivos operações descontinuadas	16	176.707	161.140	9,66%
		<b>59.456.488</b>	<b>50.821.555</b>	<b>16,99%</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>96.022.899</b>	<b>93.813.297</b>	<b>2,36%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>170.917.867</b>	<b>167.982.533</b>	<b>1,75%</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(valores em euros)

		Dez-19	Dez-18	Variação	Variação (%)
Vendas	24	25.038.781	22.695.702	2.343.080	10,3%
Prestação de serviços	24	67.244.394	63.542.311	3.702.083	5,8%
<b>Total das Vendas e Prestação de Serviços</b>		<b>92.283.176</b>	<b>86.238.013</b>	<b>6.045.162</b>	<b>7,0%</b>
Custo das vendas	25	(17.877.340)	(16.412.900)	(1.464.441)	8,9%
Subcontratos	26	(16.963.848)	(15.681.349)	(1.282.499)	8,2%
<b>Margem Bruta</b>		<b>57.441.987</b>	<b>54.143.764</b>	<b>3.298.223</b>	<b>6,1%</b>
Fornecimentos e serviços externos	27	(11.948.891)	(13.275.727)	1.326.836	-10,0%
Gastos com pessoal	28	(38.780.281)	(38.135.254)	(645.027)	1,7%
Outros ganhos e perdas - líquidas	29	5.302.617	4.914.761	387.857	7,9%
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>12.015.432</b>	<b>7.647.543</b>	<b>4.367.889</b>	<b>57,1%</b>
Depreciações e amortizações	30	(7.371.435)	(4.339.259)	(3.032.176)	69,9%
Provisões	22	776.419	437.000	339.419	-
Perdas por imparidade	31	(118.083)	(96.350)	(21.733)	22,6%
<b>Resultado operacional</b>		<b>5.302.334</b>	<b>3.648.935</b>	<b>1.653.399</b>	<b>45,3%</b>
Resultados financeiros	32	(2.355.487)	(2.499.365)	143.879	-5,8%
Ganhos em empresas do grupo	33	-	237.837	(237.837)	-
<b>Resultados antes de impostos das operações continuadas</b>		<b>2.946.847</b>	<b>1.387.406</b>	<b>1.559.441</b>	<b>112,4%</b>
Imposto sobre lucros	34	(2.590.316)	(918.404)	(1.671.911)	182,0%
<b>Resultados depois de impostos das operações continuadas</b>		<b>356.531</b>	<b>469.002</b>	<b>(112.470)</b>	<b>-</b>
Ganhos/Perdas com Operações Descontinuadas	35	1.077.466	255.028	822.438	-
<b>Resultado antes dos interesses que não controlam</b>		<b>1.433.997</b>	<b>724.029</b>	<b>709.968</b>	<b>98,1%</b>
Resultado atribuível a interesses que não controlam		213.457	163.639	49.818	30,4%
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1.220.541</b>	<b>560.390</b>	<b>660.150</b>	<b>117,8%</b>

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

(valores em euros)

	Dez-19	Dez-18
<b>Operações continuadas</b>		
<b>Resultado Líquido do Período (Antes de Interesses que não controlam)</b>	<b>356.531</b>	<b>469.002</b>
<b>Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios</b>		
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)	(372.638)	(707.506)
Alteração aos resultados transitados	(168.139)	0
<b>Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio</b>	<b>(540.777)</b>	<b>(707.506)</b>
<b>Rendimento Integral do período operações continuadas</b>	<b>(184.246)</b>	<b>(238.504)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>		
<b>Resultado Operações descontinuadas</b>	<b>1.077.466</b>	<b>255.028</b>
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)	(2.665)	6.609
<b>Rendimento Integral do período operações descontinuadas</b>	<b>1.074.801</b>	<b>261.636</b>
<b>Rendimento Integral total do período</b>	<b>890.555</b>	<b>23.132</b>
— Atribuível aos acionistas	677.098	(140.507)
— Atribuível aos Interesses que não controlam	213.457	163.639

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(valores em euros)

	Atribuível a detentores do capital						
	Capital social	Prêmios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas Conversão Cambial	Resultados retidos	Interesses que não controlam	Total Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>28.911.373</b>	<b>(1.664.302)</b>	<b>(50.590.976)</b>	<b>322.801</b>	<b>74.196.985</b>
Aplicação resultado exercício anterior	-	-	412.217	-	(412.217)	-	-
Out. ganhos /perdas reconh. diret. no capital próprio	-	-	(120)	(700.897)	313.184	(159.111)	(546.944)
Impacto IFRS 9 (nota 2.2)	-	-	-	-	(204.835)	-	(204.835)
Resultado integral do ano	-	-	-	-	560.390	163.639	724.029
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>29.323.470</b>	<b>(2.365.198)</b>	<b>(50.334.453)</b>	<b>327.329</b>	<b>74.169.236</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>29.323.470</b>	<b>(2.365.198)</b>	<b>(50.334.453)</b>	<b>327.329</b>	<b>74.169.236</b>
Aplicação resultado exercício anterior	-	-	310.212	-	(310.212)	-	-
Out. ganhos /perdas reconh. diret. no capital próprio	-	-	-	(375.304)	(169.322)	(163.640)	(708.266)
Resultado integral do ano	-	-	-	-	1.220.541	213.457	1.433.997
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>29.633.682</b>	<b>(2.740.502)</b>	<b>(49.593.446)</b>	<b>377.146</b>	<b>74.894.968</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(valores em euros)

Descrição	31-Dez-19	31-Dez-18
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	105.265.442	102.411.159
Pagamentos a fornecedores	(47.410.600)	(50.273.980)
Pagamentos ao pessoal	(35.172.078)	(36.417.665)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>22.682.764</b>	<b>15.719.514</b>
Pagamentos/recebimentos imposto s/rendimento	(2.613.308)	(1.204.013)
Out. pagamentos / recebimentos ativ. operacionais	(12.720.446)	(9.718.295)
	<b>(15.333.753)</b>	<b>(10.922.307)</b>
<b>Fluxo de atividades operacionais</b>	<b>7.349.011</b>	<b>4.797.207</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-	12.723
Investimentos financeiros	21.000	32.773
Subsídios de investimento	146.441	435.923
Juros e proveitos similares	1.081	1.545
	<b>168.521</b>	<b>482.964</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Dividendos (Interesses que não controlam)	(132.548)	(235.276)
Investimentos financeiros	(1.987.443)	(443.896)
Ativos fixos tangíveis	(82.616)	(134.126)
Ativos intangíveis	(676.899)	(806.652)
	<b>(2.879.506)</b>	<b>(1.619.950)</b>
<b>Fluxo atividades de investimento</b>	<b>(2.710.985)</b>	<b>(1.136.986)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	123.794.276	92.680.250
	<b>123.794.276</b>	<b>92.680.250</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	(124.560.884)	(94.341.455)
Amortização locação operacional - IFRS 16	(2.133.080)	-
Amortização contratos locação financeira	(16.640)	(15.266)
Juros e custos similares	(1.497.186)	(1.976.529)
Juros locação operacional - IFRS 16	(175.037)	-
	<b>(128.382.828)</b>	<b>(96.333.250)</b>
<b>Fluxo atividades de Financiamento</b>	<b>(4.588.552)</b>	<b>(3.653.000)</b>
<b>Efeito em caixa e seus equivalentes de alteração de perímetro</b>	<b>145.997</b>	<b>149.516</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>(169.732)</b>	<b>(452.060)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>25.739</b>	<b>(295.323)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes - início do exercício</b>	<b>2.177.150</b>	<b>2.472.474</b>
<b>Caixa e seus equivalentes - fim do exercício</b>	<b>14</b>	<b>2.177.150</b>

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ano de 2019

(valores em euros)

## 1. Informação Geral

A Glintt – Global Intelligent Technologies, SA (empresa mãe) e as suas filiais (Grupo ou Glintt) é uma das maiores empresas tecnológicas Portuguesas a operar na Europa, África e América Latina e conta com um coletivo de cerca de 1 049 profissionais, especializados e capazes de oferecer aos seus Clientes soluções com valor acrescentado para o negócio.

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. é uma sociedade anónima, estabelecida em Portugal, com sede no Beloura Office Park, Edifício 10, na Quinta da Beloura, em Sintra.

A Sociedade encontra-se cotada na Euronext Lisbon desde Junho de 1999.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2020.

Estas demonstrações financeiras consolidadas serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Na sequência da oferta pública de aquisição de ações lançada pela Farminveste 3, SGPS, Lda, em 15 de setembro de 2015, esta empresa passou a deter em 31 de dezembro de 2015 cerca de 73% das ações representativas do capital social da Glintt, razão pela qual as Demonstrações Financeiras da Glintt têm vindo a ser consolidadas no grupo ANF desde 2015, sendo consolidada na ANF – Associação Nacional das Farmácias, com sede em Rua Marechal Saldanha, n.º 1, 1249-069 Lisboa. É ainda consolidada na Farminveste SGPS, detida a 87,5% pela ANF e nas suas participadas Farminveste IPG e Farminveste 3, SGPS, Lda. Esta participação passou em 2016 para 76,4045%.

## 2. Sumário das políticas contabilísticas mais significativas

### 2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Glintt foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as Interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pela anterior Standing Interpretations Committee (SIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária, não existindo erros materiais relativos a exercícios anteriores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 31 de Dezembro de 2004. Em 2009, as empresas incluídas na consolidação adotaram as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras individuais.

As empresas sediadas em Espanha, Angola, Brasil, Reino Unido e Irlanda preparam as suas demonstrações financeiras de acordo com os normativos em vigor no país. Esses métodos de contabilização e valorização são alterados sempre que necessário, para cumprir com os IFRS.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, e pelos ativos financeiros e passivos financeiros valorizados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas contábilísticas. A Administração necessita também de exercer julgamento sobre o processo de aplicação dos princípios contábilísticos da empresa. As áreas que envolvem maior grau de complexidade e julgamento ou as áreas sobre as quais os pressupostos e as estimativas são mais significativos são divulgadas na nota 4.

## 2.2. Novas normas contábilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

### 2.2.1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019

#### IFRS 16 - Locações

A IFRS 16 apresenta um novo modelo de contabilização das locações para o locatário, onde este reconhece um ativo por direito de uso representando o direito de utilizar o ativo implícito na locação e um passivo correspondente à sua obrigação de efetuar os pagamentos (rendas) da locação. A norma permite exceções no reconhecimento para os contratos de curta duração e locações de reduzido valor. A contabilidade do locador mantém-se idêntica ao normativo atual, sendo que o locador mantém a classificação da locação enquanto operacional ou financeira.

A IFRS 16 substitui as seguintes normas e interpretações:

- a) IAS 17 Locações;
- b) IFRIC 4 Determinar se um Acordo Contém uma Locação;
- c) SIC-15 Locações Operacionais – Incentivos; e
- d) SIC-27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

#### Locações nas quais a Entidade é locatário:

A Entidade reconheceu novos ativos e passivos para os seus contratos de locação operacional, nomeadamente edifícios e transportes. A natureza dos gastos relacionados com esses contratos irá alterar uma vez que a Entidade irá reconhecer depreciações / amortizações do direito de uso bem como gastos com juros do passivo de locação.

Anteriormente, a Entidade reconhecia a locação operacional numa base constante durante o período do contrato de locação, reconhecendo ativos e passivos apenas nos momentos em que existia diferenças temporais entre a data do reconhecimento da despesa e o efetivo pagamento da mesma.

Adicionalmente, a Entidade deixará de reconhecer provisões para os contratos de locação operacional que considerar como onerosos, sendo que os pagamentos devidos serão incluídos no passivo de locação reconhecido pela Entidade. Não são esperados impactos significativos nos contratos de locação financeira da Entidade.

#### Locações nas quais a Entidade é locador

A Entidade não identificou impactos significativos decorrentes dos contratos de locação e sub-locação em que a Entidade é locador ao abrigo da IFRS 16.

#### Transição

A Entidade aplicou a IFRS 16 com início a 1 de janeiro de 2019 através da abordagem retrospectiva modificada, sendo o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma reconhecido à data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2019), sem reexpressão da informação comparativa.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de locação são apresentados nos fluxos de caixa das atividades de financiamento, representando os pagamentos dos passivos financeiros e os juros devidos. Os pagamentos de locação relacionados com ativos de baixo valor, contratos de locação com prazos inferiores a 12 meses e pagamentos variáveis de locação que não estão vinculados a um índice, não estão incluídos no passivo de locação e continuam a ser apresentados como fluxo de caixa das atividades operacionais.

A taxa de desconto que foi usada na transição foi a taxa de juro incremental da Entidade de 3,5%.

A política contabilística encontra-se descrita na Nota 2.18.

#### Alterações à IFRS 9 - Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa

Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo justo valor através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### Adoção da IFRIC 23 - Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento

Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### Alterações à IAS 28 - Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### Alterações à IAS 19 - Alteração, redução ou liquidação de plano de benefícios definidos

Esta alteração exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para a re-mensuração do custo do serviço corrente e do custo líquido de juros para o período remanescente após a modificação do plano. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### Melhoramentos às normas - ciclo 2015-2017

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a quatro normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais
- IFRS 11 Acordos conjuntos
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- IAS 23 Custos de empréstimos obtidos

Estas melhorias não terão impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2.2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

#### Alterações às referências para a Estrutura Concetual das IFRS revista

Em março de 2018 o IASB procedeu à revisão da Estrutura Concetual das IFRS. Para as entidades que usam a Estrutura Concetual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma IFRS se aplica a uma determinada transação particular, a Estrutura Concetual revista é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### Alterações à IAS 1 e à IAS 8: Definição de Material

Estas alterações à IAS 1 e à IAS 8 vêm atualizar a definição de “material”, de forma a facilitar os julgamentos efetuados pelas entidades sobre a materialidade. A definição de “material”, um importante conceito contabilístico nas IFRS, ajuda as entidades a decidir sobre se a informação deverá ser ou não incluída nas demonstrações financeiras. As alterações clarificam a definição de “material” e a forma como a mesma deverá ser utilizada através da inclusão na definição de orientações que até ao momento não faziam parte das IFRS. Adicionalmente, as explicações que acompanham essa definição foram aperfeiçoadas. Por último, as alterações efetuadas asseguram que a definição de “material” é consistente ao longo de todas as IFRS. As alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2.3 Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

#### Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### IFRS 14 - Contabilização de Diferimentos Regulatórios

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Alterações à IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais

Estas alterações à IFRS 3 vêm aperfeiçoar a definição de concentração de atividade empresarial, ajudando as entidades a determinar se uma determinada aquisição efetuada se refere de facto a uma atividade empresarial ou apenas a um conjunto de ativos. Para além da alteração da definição, esta alteração vem providenciar algumas orientações adicionais. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Não é expectável que as alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma do referencial da taxa de juro

Estas alterações à IAS 39, IFRS 9 e IFRS 7 pretendem responder às incertezas que surgiram como resultado da futura descontinuação dos referenciais de taxas de juro, tais como as taxas de juro interbancárias (IBORs) e modificam os requisitos relacionados com a contabilização de cobertura de forma a providenciar algum alívio face às potenciais consequências da reforma das IBORs. Adicionalmente, estas Normas foram alteradas de forma a exigirem divulgações adicionais explicando de que forma é que os relacionamentos de cobertura da entidade são afetados pelas incertezas existentes relacionadas com a reforma das IBORs. Estas alterações correspondem à Fase 1 do projeto do IASB relacionado com a reforma das IBORs. O IASB encontra-se presentemente a trabalhar na Fase 2, que considerará implicações adicionais para o relato financeiro. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

### 2.3. Consolidação

#### 2.3.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É usado o método da compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam, podendo ser objeto de revisão num período de 12 meses após aquela data. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados do período (ver nota 2.3.3).

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

As transações intragrupo, os saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido (ver nota 2.8).

As políticas contabilísticas de subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### 2.3.2. Associadas e participadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20%), são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas, após a aquisição, é reconhecida em reservas, por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na mesma, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados até ao limite da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido (ver nota 2.8).

### 2.3.3. Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“deemed cost”) àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O “Goodwill” deixou de ser amortizado a partir daquela data sendo, contudo, sujeito pelo menos anualmente a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa a que respeita. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que a mesma ópera (ver nota 2.8), sendo o valor de uso determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para cada unidade geradora de caixa.

## 2.4. Relato por segmentos

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

Os segmentos operacionais reportados são consistentes com o reporte interno, produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão do Grupo, designadamente à Comissão Executiva e Conselho de Administração.

É com base no reporte supra referido que os Órgãos de Gestão avaliam a performance operacional de cada segmento e tomam decisões sobre a imputação de recursos a cada segmento.

Em 2015, na sequência da reorganização estratégica, a administração definiu dois segmentos operacionais, mais em linha com um conceito sectorial ou de mercado, a saber: i) Saúde e Outros Mercados.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas pelo Grupo, sendo que todos os réditos intra-segmentais são a preços de mercado e objeto de eliminação na consolidação.

A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se detalhada na nota 5.

## 2.5. Conversão cambial

### 2.5.1 Moeda funcional e de relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa mãe.

### 2.5.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

### 2.5.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- Os ativos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras, sendo as respetivas diferenças de câmbio reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.
- Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

O *goodwill* e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

#### 2.5.4. Tabelas Conversão

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Câmbio final do mês</b>		
EUR/BRL	4,51300	4,44300
EUR/AOA	546,35300	355,00600
USD/AOA	487,09800	310,15800
EUR/PLN	4,25647	4,30200
EUR/USD	1,12165	1,14000
EUR/GBP	0,85073	0,89900

#### 2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos, essencialmente, por edifícios, equipamento básico e administrativo. Os ativos fixos tangíveis são relevados ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

- Edifícios e outras construções . . . . . 5 a 50 anos
- Equipamento básico . . . . . 3 a 10 anos
- Equipamento de transporte . . . . . 3 a 6 anos
- Equipamento administrativo . . . . . 3 a 10 anos
- Outras imobilizações corpóreas . . . . . 3 a 10 anos

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável (ver nota 2.8)

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

#### 2.7. Ativos intangíveis

##### 2.7.1. Intangíveis desenvolvidos internamente

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como ativos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um ativo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método da linha reta, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pelo Grupo, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efetuado.

Os gastos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão-de-obra direta bem como os gastos diretamente associados aos mesmos e, os gastos incorridos com subcontratações de entidades externas.

#### 2.7.2. Ativos Intangíveis – Vida útil e métodos de amortização

**Propriedade intelectual e outros direitos** - Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição. A rubrica de propriedade intelectual e outros direitos tem uma vida útil definida e é contabilizada ao custo deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas usando o método da linha reta por um período de 3 anos.

**Intangíveis adquiridos como parte de uma concentração de Atividades Empresariais** - Em 2010, e conforme divulgado no relatório e contas daquele exercício, resultante da aquisição da sociedade Consoft, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, o valor dos ativos identificáveis à data da aquisição, os quais configuram ativos intangíveis, a saber:

- i. O Software aplicacional para gestão de farmácias “Farmatic” e,
- ii. A respetiva Carteira de Clientes.

Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimados pela Administração.

Relativamente ao Software “Farmatic”, os fluxos de caixa futuros que lhe estão associados são os contratos de utilizador final (contratos novos), e os contratos de atualização do Software, relativos a clientes/instalações surgidas após a data de aquisição daquela sociedade.

Relativamente à Carteira de Clientes, os fluxos de caixa futuros estão associados aos contratos de atualização de Software relativos à Carteira de Clientes/Instalações, existentes no momento da aquisição da sociedade.

Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:

- i. Estabilidade do sector em que o ativo opera;
- ii. Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
- iii. O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e
- iv. O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.

Tendo em conta os fatores acima mencionados, foi definido para o Software aplicacional “Farmatic”, uma vida útil finita de 10 anos, sendo o seu valor depreciado ao longo desse período, mediante aplicação do método da linha reta. Anualmente, o período e o método de amortização poderão ser revistos.

Ativos Intangíveis de vida útil definida	Nº anos de amortização
Propriedade intelectual e outros direitos	3 - 5
Intangíveis adquiridos concentração atividades (Software "Farmatic")	10

Relativamente à Carteira de Clientes, este ativo é objeto de testes de imparidade anualmente ou sempre que exista indicação de que possa estar em imparidade. Para a realização dos testes de imparidade anual, consideramos como base, a proporção das instalações perdidas em cada ano face às instalações totais adquiridas.

Nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, resultante da aquisição das sociedades Qwerty Informática, SL, Alpes Informática, SL e Monsegur Informatica S.L.U, respectivamente, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, um novo ativo identificável à data da aquisição, o que se consubstancia na sua "Carteira de Clientes".

A avaliação destes novos ativos, seguiu os mesmos pressupostos, que os que se verificaram aquando da aquisição da empresa Consoft, nomeadamente:

- Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros, estimado pela Administração.
- Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:
  - Estabilidade do sector em que o ativo opera;
  - Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
  - O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e
  - O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.

## 2.8. Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do ativo, menos os gastos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados pelo menor grupo identificável de ativos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas de imparidade do *goodwill* – ver Nota 2.3.3). Esta análise é efetuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica de Perdas por Imparidade. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.9. Inventários

Os inventários, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registados ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atual.

Os custos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as atividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adotado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

#### 2.10. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas para imparidade (se aplicável).

As perdas por imparidade das contas a receber são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9, registando-se as “perdas esperadas” até à maturidade. As perdas esperadas são determinadas tendo por base a experiência de perdas reais históricas ao longo de um período estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

Caso o risco de crédito de uma conta a receber não tenha aumentado significativa desde o seu reconhecimento inicial, é reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

#### 2.11. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos”.

#### 2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem ações próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

#### 2.13. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### 2.14. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 2.15. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### 2.16. Subsídios Governamentais e de outras entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o Grupo cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

Os subsídios relativos a investimentos em ativos fixos tangíveis são incluídos nos passivos não - correntes, como subsídios do estado diferidos, e são reconhecidos em resultados, numa base sistemática durante o período esperado de vida dos ativos correspondentes.

## 2.17. Reconhecimento do rédito

Os rendimentos decorrentes da venda de bens ou prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os princípios introduzidos pela IFRS 15.

O rédito deve refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, pelo montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo que contempla 5 fases, nomeadamente:

- identificação de um contrato com um cliente;
- identificação das obrigações de performance;
- determinação de um preço de transação;
- alocação do preço de transação; e
- reconhecimento do rédito.

O rédito compreende o justo valor dos serviços prestados, líquido de impostos e descontos.

## 2.18. Direitos de uso e responsabilidades por locações

A Entidade reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento/aluguer. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa.

Após a data de início da locação, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. A responsabilidade da locação é remensurada aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Quando a remensuração do passivo da locação é reconhecida, o valor do direito de uso é também ajustado.

### Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidades de locações, os contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

### Amortização

O direito de uso do ativo é amortizado através do método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

A Entidade apresenta os direitos de uso de ativos (Nota 7) e as responsabilidades por locações (Nota 20) em rubricas devidamente segregadas nas notas da demonstração da posição financeira.

### 2.19. Férias, Subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

### 2.20. Encargos Financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

### 2.21. Ativos e Passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### 2.22. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

### 2.23. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através da sua venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

- A venda é altamente provável;
- O ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições;
- A gestão está comprometida com um plano de venda;
- É expectável que a venda se concretize num prazo de doze meses

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Entidade. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Em 31 de dezembro de 2019 a Glintt classificou como operações descontinuadas as empresas Glintt Polska. Z.o.o., Solservice Angola, S.A., cujos negócios foram descontinuados no exercício de 2015 e Glintt UK e Glintt Ireland, cujos negócios foram descontinuados no exercício de 2019.

Ativos não correntes classificados como detidos para venda ou operações descontinuadas são mensurados ao menor custo entre o valor contabilístico ou respetivo justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda.

### 2.24. Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

### 2.25. Acréscimos ativos e passivos

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Acréscimos ativos” e “Acréscimos passivos”.

### 2.26. Diferimentos ativos e passivos

Estas rubricas refletem as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

### 2.27. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor e, subsequentemente são mensuradas ao custo.

### 3. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

#### 3.1. Risco de crédito

As principais fontes de risco de crédito do Grupo são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes.

A nível de bancos e instituições financeiras, o Grupo seleciona as contrapartes com quem faz negócio atendendo à credibilidade das entidades.

Em relação a clientes, o Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito a que têm acesso os seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos a receber de clientes representavam a seguinte estrutura de antiguidade:

	31.12.2019	31.12.2018
Valores Não Vencidos	7.727.904	10.199.424
de 1 a 180 dias	4.967.463	6.007.115
de 181 a 360 dias	876.012	672.408
de 361 a 720 dias	649.960	311.244
a mais de 721 dias	3.651.957	4.535.563
	<b>17.873.296</b>	<b>21.725.756</b>
<b>Imparidades</b>	<b>(3.051.293)</b>	<b>(3.575.829)</b>
<b>Saldo Líquido de Clientes</b>	<b>14.822.003</b>	<b>18.149.925</b>

Os valores evidenciados no quadro acima correspondem aos valores em aberto face às respetivas datas de vencimento.

Apesar de se constatar a existência de atrasos na liquidação de alguns valores, face às referidas datas de vencimento, tal facto não se traduz em situações de imparidade, para além das registadas pelo Grupo (3.051.293 euros).

	Total saldo clientes	Saldo sem imparidade	Saldo em imparidade	Valor da imparidade	Saldo Líquido clientes
Valores Não Vencidos	7.727.904	7.727.904	-	-	7.727.904
de 1 a 180 dias	4.967.463	4.949.591	17.872	(10.336)	4.957.127
de 181 a 360 dias	876.012	755.617	120.395	(62.784)	813.228
de 361 a 720 dias	649.960	394.799	255.161	(168.984)	480.976
a mais de 721 dias	3.651.957	28.699	3.623.258	(2.653.264)	998.693
Imparidade coletiva	-	-	-	(155.925)	(155.925)
	<b>17.873.296</b>	<b>13.856.610</b>	<b>4.016.686</b>	<b>(3.051.293)</b>	<b>14.822.003</b>

Para efeitos da determinação da imparidade de cada ativo, a Glintt considerou a seguinte informação:

- Fornecida pela equipa interna de cobranças e controlo de crédito, a qual contacta diretamente os nossos clientes, e identifica o momento em que se produzirá ou não, um influxo monetário por parte daqueles, para liquidação as quantias vencidas.
- Fornecida por parte da equipa de diretores e gestores de cliente, os quais, em virtude do feedback recebido por parte dos clientes relativamente ao negócio / operação que originou o débito dos montantes fatura-

dos, consegue transmitir o seu grau de conforto / desconforto, relativamente à evolução de cada contrato/fatura em mora.

- iii. Nos saldos não vencidos foi aplicada a IFRS 9, tendo sido calculado um montante de 155.296 euros de estimativa de default para faturas ainda não vencidas (nota 2.10).

Dos valores em aberto, cerca de 5 milhões de euros traduzem a faturação emitida a entidades públicas.

### 3.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A liquidez dos passivos financeiros remunerados, bem como a liquidez inerente aos contratos de locação financeira operacional, originará os seguintes fluxos monetários:

	2019		
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívidas a instituições de crédito	11.917.684	24.840.438	-
Credores por locação financeira	63.052	25.068	-
Factoring	2.125.566	-	-
Confirming	6.945.988	-	-
Locação Operacional - ALD	1.266.299	1.654.792	-
Locação Operacional - Outros	610.584	951.808	52.073
	<b>22.929.174</b>	<b>27.472.107</b>	<b>52.073</b>

As dívidas a instituições financeiras dizem respeito nomeadamente a empréstimos de MLPrazo e utilização de crédito relativas a contas correntes caucionadas, as quais na data de encerramento do exercício revestiam natureza contratual de obrigações financeiras de curto prazo.

Assim, a 31 de dezembro de 2019, os passivos correntes refletidos no balanço eram superiores aos ativos correntes em cerca de 30.959 mil euros.

Por forma a mitigar o risco de liquidez, a Glintt iniciou em 2016 um processo de reestruturação da dívida o qual veio a ser concluído em Março de 2017, onde se destacam os seguintes alterações:

- 1) Conversão de contas correntes caucionadas em financiamentos de médio longo prazo
- 2) Alteração das condições de revisão de parte das contas correntes caucionadas, conferindo-lhes substância equivalente a contas de medio longo prazo
- 3) Alteração das maturidades dos financiamentos de médio longo prazo
- 4) Redução do custo do capital médio do capital

As linhas de crédito e outros produtos de natureza financeira (Factoring e Confirming) representam reservas de liquidez de curto prazo, e os montantes são os que se detalham:

	Montante Contratado	Montante Utilizado	Montante Disponível
Linhas de crédito	12.000.000	2.642.000	9.358.000
Factoring + Confirming [a]	20.278.773	10.814.698	9.464.076
	<b>32.278.773</b>	<b>13.456.698</b>	<b>18.822.076</b>

[a] o valor de factoring inclui 1 743 145 euros de factoring sem recurso para um total de 4 508 799 euros de montante contratado, ficando um valor disponível de 2 765 654 euros.

Ainda que o factoring e o confirming possam ser consideradas fontes de financiamento de curto prazo, a utilização destas no futuro está dependente de operações que o Grupo realize com terceiros para que possam as mesmas ser ativadas.

### 3.3. Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco da taxa de juro, advém essencialmente dos financiamentos obtidos e demais produtos de tesouraria, como sejam as linhas de apoio a fornecedores e factoring, os quais tendo associado uma taxa de juro de referência, expõem o grupo a riscos de cash-flow.

Em 31 de Dezembro de 2019, o saldo entregue a empresas de factoring ascendia a 4.792 mil euros, cujo adiantamento refletido em empréstimos ascendia a 2.125 mil euros.

A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade a variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

Baseadas nas simulações efetuadas a 31 de dezembro de 2019, uma subida ou descida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto negativo ou positivo nos resultados antes de impostos, mantendo tudo o resto constante, de cerca de 132 mil euros.

## 4. Estimativas contabilísticas e pressupostos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

### 4.1. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

O Grupo revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com as decisões estratégicas do órgão de gestão.

### 4.2. Estimativa da imparidade do *goodwill* e carteiras de clientes

O Grupo testa o *goodwill* e as carteiras de clientes, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 2. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação à evolução futura da respetiva participada.

Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macroeconómico. As variações destes pressupostos poderão ter impactos ao nível dos resultados e no conseqüente registo de imparidades.

### 4.3. Imparidade em contas a receber

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 2.8. Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação econó-

mica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido (imparidade coletiva) são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

#### 4.4. Provisões

O desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados e jurídicos do Grupo. Os advogados e jurídicos da Entidade possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permitem fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de provisões poderá ter um efeito significativo no montante da provisão registada.

#### 4.5. Mensuração e reconhecimento de impostos diferidos

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável positiva futura. Estes são determinados com base na interpretação da legislação fiscal em vigor. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no montante dos impostos diferidos reconhecidos.

Por último, a recuperação dos ativos por impostos diferidos depende ainda do desempenho das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, circunstância que o Grupo não controla por inteiro. De modo a atenuar o grau de incerteza associado a estas estimativas, em particular no tocante à interpretação da legislação fiscal aplicável, o Grupo recorre aos serviços de consultores fiscais externos especializados.

#### 4.6. Vidas úteis dos direitos de uso e taxas descontos dos passivos locação

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da gestão.

#### 4.7. Rédito

O reconhecimento do rédito pelo Grupo é feito com recurso a análises e estimativas da gestão no que concerne ao desenvolvimento atual e futuro dos projetos de consultoria, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.

#### 4.8. Contratos de Construção

Sempre que o desfecho dos contratos de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os gastos do contrato associados, são reconhecidos com referência à fase de acabamento da atividade do contrato, à data do balanço. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

Em 31 de Dezembro de 2019, os contratos de construção em curso, advêm essencialmente dos projetos afetos à área de infraestruturas e suporte, sendo que:

- Os gastos reconhecidos ascendiam a 4.162.320 euros; 3.364.497 euros em 2018
- Os ganhos reconhecidos ascendiam a 6.020.568 euros; 4.613.749 euros em 2018, e
- Não foram recebidos quaisquer adiantamentos ou efetuadas quaisquer retenções.

## 5. Informação por segmentos

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais, vem estabelecer os princípios para divulgação de informação sobre os segmentos operacionais de uma entidade, assim como dos seus produtos e serviços, dos seus mercados geográficos e dos seus principais clientes, de aplicação obrigatória após 1 de Janeiro de 2009, substituindo a IAS 14 – Relato por Segmentos, sendo que as alterações introduzidas apesar de conduzirem a divulgação adicional de informação sobre cada segmento de negócio, não alteraram significativamente a forma como têm vindo a ser apresentados os segmentos operacionais do Grupo.

Este normativo internacional impõe a identificação e reporte operacional, atendendo aos segmentos cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho.

O grupo está organizado em três mercados, Farma, HealthCare e Corporate, os quais para efeito de reporting se organizam em dois segmentos operacionais, definidos numa lógica de destinatários da solução ou cliente final:

- Saúde
- Outros Mercados

De acordo com a alínea b) do parágrafo 22 da IFRS 8, uma entidade deve divulgar os tipos de produtos e serviços a partir dos quais cada segmento relatável obtém os seus réditos.

Desta forma, e de maneira não exaustiva, referimos que os produtos e serviços alocados a cada segmento relatável são os seguintes:

### Saúde

- i. Dispõe de uma oferta global de soluções para farmácia, a qual engloba nomeadamente:
  - Venda de equipamentos, mobiliário, consumíveis e soluções de robótica;
  - Desenvolvimento de projetos de arquitectura, desenho e conceção de lay-out e imagem para farmácias, formação, manutenção de equipamentos e realização de projetos de consultoria, serviços estes, pensados para criar espaços de saúde onde a arquitectura comercial e a rentabilidade coexistam com as novas tecnologias.
- ii. Dispõe igualmente uma oferta global e integrada de serviços de consultoria e fornecimento de software de gestão para o sector da saúde, a qual engloba nomeadamente:
  - Licenciamento de soluções de software próprias para os diversos prestadores de cuidados de saúde, quer sejam clínicas, hospitais, farmácias e outros organismos do ministério da saúde;
  - Prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, implementação, e manutenção de software para o sector da saúde.

### Outros Mercados

- i. Dispõe de uma oferta diversificada de serviços de consultoria tecnológica, implementação de ERPs, integração de sistemas, desenvolvimento de aplicações à medida, assentes num vasto portfólio de soluções próprias.
- ii. Implementação, desenvolvimento e integração de plataformas de parceiros com especial relevo para o BPM, ERP, BI e soluções de Mobilidade.
- iii. Integração de Infra-estruturas de IT, bem como o seu suporte, nomeadamente nas áreas de networking, segurança, sistemas de storage e database management.

A informação solicitada no parágrafo 129 da IAS 36 encontra-se reportada na linha “Outros itens materiais que não dão origem a fluxos de caixa”, sendo que os valores que constam nessa rubrica correspondem ao montante das imparidades registadas (nota 31).

Relativamente ao parágrafo 34 da IFRS 8, entendemos não ser o mesmo aplicável à emitente, uma vez que não existe dependência desta relativamente aos seus principais clientes, pois não existem réditos provenientes das transações com um único cliente externo que representem 10% ou mais dos réditos totais.

	Saúde		Outros Mercados		Total	
	Dez-19	Dez-18	Dez-19	Dez-18	Dez-19	Dez-18
<b>Réditos Operacionais</b>						
Externos	67.106.852	58.980.851	25.176.324	27.257.162	92.283.176	86.238.013
Intra-Segmentos	422.924	171.147	-	-	422.924	171.147
	<b>67.529.776</b>	<b>59.151.998</b>	<b>25.176.324</b>	<b>27.257.162</b>	<b>92.706.100</b>	<b>86.409.160</b>
<b>Gastos Operacionais</b>						
Externos	62.716.558	55.958.396	24.264.284	26.630.682	86.980.842	82.589.078
Intra-Segmentos	-	-	422.924	171.147	422.924	171.147
	<b>62.716.558</b>	<b>55.958.396</b>	<b>24.687.208</b>	<b>26.801.830</b>	<b>87.403.766</b>	<b>82.760.225</b>
<b>Resultado Operacional Segmento</b>	<b>4.813.218</b>	<b>3.193.602</b>	<b>489.116</b>	<b>455.333</b>	<b>5.302.334</b>	<b>3.648.935</b>
Ganhos Financeiros	120.806	119.087	12.276	16.979	133.082	136.066
Perdas Financeiras	2.259.010	2.306.569	229.559	328.863	2.488.569	2.635.431
Ganhos em empresas do Grupo	-	237.837	-	-	-	237.837
<b>Resultados antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>2.675.014</b>	<b>1.243.957</b>	<b>271.833</b>	<b>143.449</b>	<b>2.946.847</b>	<b>1.387.406</b>
Imposto sobre lucros	(2.351.371)	(823.447)	(238.945)	(94.957)	(2.590.316)	(918.404)
<b>Resultados depois de impostos das operações continuadas</b>	<b>323.643</b>	<b>420.510</b>	<b>32.888</b>	<b>48.492</b>	<b>356.531</b>	<b>469.002</b>
Perdas com operações descontinuadas	-	-	-	-	1.077.466	255.028
<b>Resultado antes dos interesses que não controlam</b>	<b>323.643</b>	<b>420.510</b>	<b>32.888</b>	<b>48.492</b>	<b>1.433.997</b>	<b>724.029</b>
Resultado atribuível a interesses que não controlam	213.457	163.639	-	-	213.457	163.639
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>110.186</b>	<b>256.871</b>	<b>32.888</b>	<b>48.492</b>	<b>1.220.541</b>	<b>560.390</b>
<b>Outras Informações (demonstração de resultados)</b>						
Depreciações e Amortizações	-	-	-	-	(7.371.435)	(4.339.259)
Out. Itens materiais que não dão origem a fluxos de caixa	-	-	-	-	658.337	340.650
<b>Outras Informações (posição financeira)</b>						
Ativos do Segmento	151.571.600	118.390.137	19.279.806	49.541.740	170.851.405	167.931.877
Ativos Operações Descontinuadas					66.462	50.656
<b>Total do Ativo Consolidado</b>					<b>170.917.867</b>	<b>167.982.532</b>
Investimentos em ativos tangíveis	633.436	142.560	277.350	61.010	910.786	203.570
Investimentos em ativos intangíveis	4.958.910	4.832.287	283.696	738.183	5.242.606	5.570.470
Passivos do Segmento	86.124.307	79.697.662	9.721.887	13.954.495	<b>95.846.194</b>	<b>93.652.157</b>
Passivos Operações Descontinuadas					<b>176.707</b>	<b>161.140</b>
<b>Total do Passivo Consolidado</b>					<b>96.022.900</b>	<b>93.813.297</b>

Os resultados, ativos e passivos de cada segmento correspondem aos que lhes são diretamente atribuídos, bem como aos que lhes são atribuídos numa base razoável de imputação.

Relativamente às áreas geográficas, foram identificados os seguintes segmentos:

2019	Portugal	Espanha	Angola	Brasil	Resto Europa	Outros	Total
Réditos	67.395.924	22.898.378	409.652	338.322	1.054.492	186.407	<b>92.283.175</b>
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	4.131.796	1.407.410	193.071	8.044			<b>5.740.321</b>
Goodwill	85.163.662	1.276.313					<b>86.439.975</b>
Ativos intangíveis	7.573.525	31.356.763					<b>38.930.288</b>
Ativos por impostos diferidos	4.787.882	131.270					<b>4.919.152</b>

2018	Portugal	Espanha	Angola	Brasil	Resto Europa	Outros	Total
Réditos	65.536.730	18.499.901	698.917	363.848	1.077.124	61.492	<b>86.238.013</b>
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	803.445	206.484	303.946				<b>1.313.875</b>
Goodwill	85.072.887						<b>85.072.887</b>
Ativos intangíveis	8.680.889	30.892.147					<b>39.573.036</b>
Ativos por impostos diferidos	5.679.097	202.808					<b>5.881.906</b>

No segmento Outros incluíram-se os seguintes mercados: América do Sul e Central e África.

## 6. Empresas incluídas e excluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral à data de 31 de Dezembro de 2019, eram as seguintes:

2019			
Empresa Holding, empresas filiais e associadas	Sede Social	Capital Social	%
Glantt – Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	86.962.868	-
Glantt - Business Solutions, Lda	Sintra	10.000.000	100
Glantt - Healthcare Solutions, SA	Porto	1.992.000	100
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	5.000.000	100
Pulso Informatica, SLU	Madrid	10.818	100
Solservice Angola, Lda	Luanda	5 000 USD	100
Glantt Angola, Lda	Luanda	5 001 USD	100
Consoft, SA	Madrid	217.562	100
Farmasoft, SL	Madrid	48.081	55
Glantt España, SL	Madrid	50.000	100
Glantt INOV, SA	Porto	50.000	100
Glantt Polska Sp. z.o.o	Varsóvia	100 000 PLN	100
Glantt Brasil LTDA	São Paulo	1 200 000 BRL	99,99
Glantt UK, Limited	Londres	25 000 GBP	100
Glantt Ireland Solutions, Limited	Dublin	30.000	100
Qwerty Informática, S.L.	Valencia	3.245	100
Qwerty Farma, S.L.	Valencia	6.000	100
Alpes Informática	San Sebastian	19.833	100
Glantt Açores	Praia da Vitória	50.000	100
LOGINFAR S.L	Barcelona	3.005	100
Contraço, Lda	Sintra	110.000	100
Monsecur Informática, S.L	Barcelona	3.005	100

Em abril de 2019 foi adquirida a empresa Loginfar, S.L., sediada em Barcelona e detida a 100% pela Glintt Espanha S.L..

Em setembro de 2019 foi adquirida a empresa Contraço – Arquitectura, Engenharia e Gestão de Projetos Lda , sediada em Sintra e detida a 100% pela Glintt – Business Solutions, Lda.

Em dezembro de 2019 foi ainda adquirida a empresa Monsecur Informatica, S.L., sediada em Barcelona e detida a 100% pela Glintt Espanha S.L..

2018			
Empresa Holding, empresas filiais e associadas	Sede Social	Capital Social	%
Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	86.962.868	-
Glintt - Business Solutions, Lda	Sintra	10.000.000	100
Glintt - Healthcare Solutions, SA	Porto	1.992.000	100
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	5.000.000	100
Pulso Informatica, SLU	Madrid	10.818	100
Solservice Angola, Lda	Luanda	5.000 USD	100
Glintt Angola, Lda	Luanda	5.001 USD	100
Consoft, SA	Madrid	217.562	100
Farmasoft, SL	Madrid	48.081	55
Glintt Espanha, SL	Madrid	50.000	100
Glintt INOV, SA	Porto	50.000	100
Glintt Polska Sp. z.o.o	Varsóvia	100.000 PLN	100
Glintt Brasil LTDA	São Paulo	1.200.000 BRL	99,99
Glintt UK, Limited	Londres	25.000 GBP	100
Glintt Ireland Solutions, Limited	Dublin	30.000 EUR	100
Qwerty Informática, S.L.	Valencia	3 245 EUR	100
Qwerty Farma, S.L.	Valencia	6.000 EUR	100
Alpes Informática	San Sebastian	19.833 EUR	100
Glintt Açores	Praia da Vitória	50.000 EUR	100

Em julho de 2018 foi adquirida a empresa Alpes Informática, S.L., sediada em San Sebastian e detida a 100% pela Glintt Espanha.

Em agosto de 2018 foi ainda constituída a Glintt Açores, sediada na Praia da Vitória e detida a 100% pela Glintt GIT.

As alterações de perímetro através da aquisição da Loginfar, Monsegur e da Contraço tiveram o seguinte impacto inicial no balanço consolidado com referência ao dia 1 de janeiro de 2019:

ATIVO	1-Jan-19	Loginfar	Monsegur	Contraço
<b>Não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	264.934	200.425	5.311	59.198
Ativos Intangíveis	950	950	-	-
Outros Investimentos Financeiros	8.169	8.169	-	-
Ativos por Impostos Diferidos	318	318	-	-
	<b>274.372</b>	<b>209.863</b>	<b>5.311</b>	<b>59.198</b>
<b>Corrente</b>				
Inventários	152.166	105.022	18.549	28.595
Contas a receber de clientes e outros devedores	499.454	328.090	112.367	58.997
Caixa e equivalentes de caixa	145.997	14.055	127.408	4.534
Acréscimos e diferimentos ativos	2.072	-	1.835	238
	<b>799.689</b>	<b>447.167</b>	<b>260.159</b>	<b>92.363</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.074.061</b>	<b>657.030</b>	<b>265.470</b>	<b>151.561</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital</b>				
Capital social	116.010	3.005	3.005	110.000
Outras reservas	213.140	191.061	22.078	-
Resultados retidos de exercícios anteriores	(269.984)	(193.013)	98.804	(175.774)
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>59.166</b>	<b>1.054</b>	<b>123.887</b>	<b>(65.774)</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos	299.845	256.905	-	42.940
Passivos por Impostos Diferidos	114	114	-	-
	<b>299.959</b>	<b>257.019</b>	<b>-</b>	<b>42.940</b>
<b>Corrente</b>				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	624.577	310.737	139.444	174.395
Empréstimos	90.359	88.220	2.139	-
	<b>714.936</b>	<b>398.957</b>	<b>141.583</b>	<b>174.395</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.014.895</b>	<b>655.976</b>	<b>141.583</b>	<b>217.335</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>1.074.061</b>	<b>657.030</b>	<b>265.470</b>	<b>151.561</b>

## 7. Ativos fixos tangíveis

Em 2019, a aplicação da IFRS 16 teve um impacto significativo nos valores reconhecidos em ativos fixos tangíveis, no qual se passaram a incluir os ativos por direito de uso referente essencialmente aos contratos de arrendamento de imóveis e de renting de viaturas. Estes contratos de locação operacional tiveram um impacto a 01 de janeiro na rubrica de ativos por direito de uso de 5.919 mil euros.

	31.12.19			31.12.18		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios e out. construções	1.637.811	1.118.783	519.029	1.429.238	951.110	478.128
Edifícios e out. construções - direito de uso	2.204.757	617.075	1.587.682	-	-	-
Equipamento básico	3.969.806	3.722.366	247.439	3.948.004	3.580.289	367.715
Equipamento de transporte	415.634	307.541	108.093	415.187	365.420	49.767
Equipamento de transporte - direito de uso	4.404.146	1.521.802	2.882.344	-	-	-
Equip. administrativo	2.690.512	2.441.385	249.127	2.594.693	2.294.518	300.175
Outras imob. corpóreas	360.182	245.058	115.125	353.199	235.107	118.092
Em curso	31.483	-	31.483	-	-	-
	<b>15.714.331</b>	<b>9.974.010</b>	<b>5.740.321</b>	<b>8.740.320</b>	<b>7.426.445</b>	<b>1.313.875</b>

	Saldo em 01.01.19	Variações de perímetro	Nova Política Contabilística	Aquisições / dotações	Pimparidade / abates	Acertos cambiais	Saldo em 31.12.19
<b>Custo</b>							
Edifícios e outras construções	1.429.238	402.915	-	6.908	(3.543)	(197.707)	1.637.811
Edifícios e outras construções - direito de uso	-	-	2.204.757	-	-	-	2.204.757
Equipamento básico	3.948.005	1.976	-	26.677	(8.107)	1.257	3.969.807
Equipamento de transporte	415.186	103.568	-	-	(74.734)	(28.387)	415.633
Equipamento de transporte - direito de uso	-	-	3.714.199	783.199	(93.252)	-	4.404.146
Equipamento administrativo	2.594.693	60.685	-	59.585	(20.156)	(4.294)	2.690.512
Outras imobilizações corpóreas	353.199	4.921	-	2.934	(571)	(301)	360.182
Em curso	-	-	-	31.483	-	-	31.483
	<b>8.740.320</b>	<b>574.066</b>	<b>5.918.956</b>	<b>910.786</b>	<b>(200.364)</b>	<b>(229.433)</b>	<b>15.714.331</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Edifícios e outras construções	951.110	226.353	-	38.973	(3.189)	(94.464)	1.118.783
Edifícios e outras construções - direito de uso	-	-	-	617.075	-	-	617.075
Equipamento básico	3.580.289	1.329	-	148.484	(7.582)	(153)	3.722.366
Equipamento de transporte	365.420	19.928	-	25.314	(74.734)	(28.387)	307.541
Equipamento de transporte - direito de uso	-	-	-	1.521.802	-	-	1.521.802
Equipamento administrativo	2.294.518	57.008	-	111.769	(18.319)	(3.591)	2.441.385
Outras imobilizações corpóreas	235.107	4.513	-	6.008	(571)	-	245.058
	<b>7.426.446</b>	<b>309.131</b>	<b>-</b>	<b>2.469.425</b>	<b>(104.396)</b>	<b>(126.595)</b>	<b>9.974.010</b>

	Saldo em 01.01.18	Variações de perímetro	Aquisições / dotações	Pimparidade / abates	Transferencias	Acertos cambiais	Saldo em 31.12.18
<b>Custo</b>							
Edifícios e outras construções	1.831.447	31.780	4.668	-	-	(438.657)	1.429.238
Equipamento básico	3.820.298	-	138.322	(10.154)	-	(461)	3.948.005
Equipamento de transporte	610.912	108.257	540	(253.473)	-	(51.050)	415.186
Equipamento administrativo	2.617.061	19.922	48.146	(81.157)	-	(9.280)	2.594.693
Outras imobilizações corpóreas	342.159	-	11.894	(186)	-	(669)	353.199
	<b>9.221.877</b>	<b>159.960</b>	<b>203.570</b>	<b>(344.970)</b>	<b>-</b>	<b>(500.117)</b>	<b>8.740.320</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Edifícios e outras construções	1.095.810	23.337	33.109	-	-	(201.146)	951.110
Equipamento básico	3.445.297	-	143.602	(8.386)	-	(224)	3.580.289
Equipamento de transporte	570.252	81.370	17.333	(252.485)	-	(51.050)	365.420
Equipamento administrativo	2.225.876	15.794	133.726	(74.721)	-	(6.156)	2.294.518
Outras imobilizações corpóreas	229.926	-	5.276	(94)	-	-	235.107
	<b>7.567.162</b>	<b>120.501</b>	<b>333.045</b>	<b>(335.687)</b>	<b>-</b>	<b>(258.576)</b>	<b>7.426.445</b>

## 8. Goodwill

	31.12.19			31.12.18		
	Custo	Imparidades	Valor líquido	Custo	Imparidades	Valor líquido
Goodwill	88.189.974	1.750.000	86.439.974	86.822.888	1.750.000	85.072.888

O valor de Goodwill existente à data de 31 de Dezembro de 2019 ascende a 86.440 mil euros líquidos dizendo respeito às seguintes operações, entre as quais a aquisição em 2019 da empresas Loginfar em Espanha e Contraço em Portugal:

Goodwill	31.12.2019	31.12.2018
Eurociber (2000)	18.098.387	18.098.387
WEN (2005)	9.368.062	9.368.062
Sols e Solsuni (2007)	3.601.775	3.601.775
Bytecode (2007)	6.310.267	6.310.267
Glintt HS (2008)	9.813.901	9.813.901
Pulso Informática (2008)	3.260.281	3.260.281
EHC (2008)	1.472.458	1.472.458
Glintt Angola (2008)	351.151	351.151
Consiste - SGPS (2008)	32.796.605	32.796.605
Loginfar (2019)	1.276.313	-
Contraço (2019)	90.774	-
	<b>86.439.974</b>	<b>85.072.888</b>

### Teste de imparidade do Goodwill

Na sequência do processo de reorientação estratégica, que se materializou em 2015 na venda de 3 sociedades cujo objeto social foi considerado não core para o grupo e na descontinuação de segmentos não core como sejam o negócio dos data centers em Angola, a Glintt registou naquele exercício uma diminuição do valor do goodwill que ascendeu a 34 milhões de euros.

Em 2016, e dando continuidade à estratégia de reorganização operacional, a Glintt procedeu à alienação de um conjunto de ativos afetos à produção de energia solar fotovoltaica de concentração, atividade igualmente não core para o grupo, no entanto estes ativos não tinham qualquer valor de goodwill associado.

Com efeito, em 2017 foi revista a alocação do goodwill aos dois segmentos, conforme previsto nos parágrafos 72 e 73 da norma IAS 36, nomeadamente em resultado da redefinição dos processos de comercialização das soluções tecnológicas do segmento Saúde, por alteração do conceito de negócio, beneficiando agora este segmento de know-how inerente ao goodwill anteriormente afeto em exclusivo ao segmento Outros Mercados.

Em 2019, o balanço consolidado da sociedade reflete um goodwill global de 86.440 milhares de euros, dos quais 74.947 milhares de euros estão alocados ao segmento Saúde, e o restante, ou seja, 11.493 milhares de euros estão alocados ao segmento de Outros Mercados.

Cada um destes segmentos constitui uma unidade geradora de caixa, sendo o apuramento do valor presente dos fluxos de caixa futuros, aquele que se resume na seguinte tabela:

(em milhares de euros)

Cenários	C1	C2	C3
<b>WACC 2019</b>	<b>5,940%</b>	<b>6,888%</b>	<b>7,375%</b>
GW Saúde	73 671	73 671	73 671
Valor de Uso Saúde 2019	119 696	97 894	89 445
Imparidade (<0)	0	0	0
GW Outros Mercados	11 493	11 493	11 493
Valor de Uso Outros Mercados 2019	17 414	14 156	12 895
Imparidade (<0)	0	0	0
Imparidade a reconhecer FY'19	0	0	0

Sendo o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa baseado no cálculo do valor em uso, concluímos que confrontando o valor contabilístico com o valor em uso de cada unidade, é verosímil a recuperação daqueles montantes.

O apuramento do valor presente dos fluxos de caixa de cada unidade segue a seguinte metodologia:

- Aferição dos resultados previsionais de cada área, antes de impostos, e das respetivas necessidades de fundo de maneo; preparados a partir de projeções financeiras elaboradas e apresentadas pela Administração ao longo de um período de cinco anos.
- Aferição do valor presente dos fluxos de caixa futuros, determinado com base num crescimento em perpetuidade de 1,5%.
- Aferição do valor de uso de cada unidade, considerando 3 cenários distintos para cálculo do WACC

Os resultados previsionais de cada área são projetados em linha com as orientações estratégicas do Grupo, quer em termos de crescimento do volume de negócio, quer em termos da consolidação e preservação de adequados níveis de rentabilidade operacional (EBITDA).

Neste contexto, cada mercado ou segmento operacional, tem presente um plano de desenvolvimento próprio em linha com o seu estágio de maturidade e crescimento, como aliás se compreende pelas taxas de perpetuidade escolhidas para apuramento dos cash-flows descontados futuros.

Assim, os responsáveis pelo sector da saúde traduzem no seu plano de negócios um conjunto de medidas e iniciativas que refletem a sua ambição de manter a atual posição de liderança no mercado em que atuam e que passam pelo investimento contínuo em inovação tecnológica, pela procura de soluções diferenciadoras e com maior foco no utilizador final, dedicando igualmente esforço na gestão das equipas que diariamente promovem e pensam a melhoria contínua dos níveis de serviço que são prestados.

O segmento "Outros Mercados" pelo conjunto de valências e competências tecnológicas que agrega tem permitido ao grupo estabelecer relações duradouras e de parceria, junto de clientes dos diversos sectores, desde as telecomunicações, à banca e à administração pública, sendo a sua ambição o crescimento em volume de negócios e margem ebitda. Nesta medida, os planos de negócios deste segmento refletem um conjunto de medidas, tais como, maior investimento em recursos humanos, quer pela via da contratação quer pela via da capacitação técnica; investimento seletivo em projetos de I+D com o contínuo desenvolvimento de soluções próprias que lhes permitem diferenciação e maior aporte de valor para o utilizador final; investimento no mercado internacional, com seleção cuidada das

geografias e modelos que incluem soluções de Near Shore. O crescimento do segmento está assente na constante atualização do modelo de negócio, com uma aposta em tecnologias emergentes e na transformação digital dos clientes.

Neste contexto, foram projetados para o período de 2020 a 2024, crescimentos médios anuais do volume de negócios na ordem dos 5,7% para cada um dos segmentos operacionais.

No que diz respeito à atualização dos fluxos de caixa operacionais de cada unidade, a Glintt preparou três cenários distintos para cálculo da WACC, pois considera esta taxa, um elemento chave na determinação dos Fluxos de Caixa Futuros, e consequente aferição de eventual imparidade do Goodwill.

Assim, foram preparados três cenários distintos para determinação da WACC, a saber:

**Pressupostos C1:**

- 1) Custo Médio da Dívida Glintt contratualizado em 2019
- 2) Leverage financeiro - Contas consolidadas preliminares da Glintt de Dezembro de 2019
- 3) Taxa de OT a 10 anos de Portugal - última emissão de dívida pública @11 Março 20
- 4) Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran)

**Pressupostos C2:**

- 1) Custo Médio da Dívida Glintt contratualizado em 2019
- 2) Leverage financeiro - Contas consolidadas preliminares da Glintt de Dezembro de 2019
- 3) Taxa de OT a 10 anos da Alemanha @ 13-03-2020
- 4) Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran), acrescido do prémio/spread das OT 10 anos de Portugal sobre OT 10 anos Alemanha (@13-03-2020), com adicional 50bp

**Pressupostos C3:**

- 1) Custo Médio da Dívida Glintt contratualizado em 2019
- 2) Leverage financeiro - Contas consolidadas preliminares da Glintt de Dezembro de 2019
- 3) Taxa no mercado secundário das Obrigações do Tesouro a 10 anos de Portugal em 13-03-2020, com crp (country risk premium) adicional de 200 bp
- 4) Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran)

As variáveis introduzidas na WACC apurada no Cenário 2 e que serviram de base à determinação do Custo de Oportunidade do Capital Próprio foram as seguintes:

- Taxa de juro sem risco a longo prazo de -0,545%
- Unlevered Beta do setor de Computer Services do mercado europeu
- Prémio de risco do mercado português de 7,023% (7,760% em 2018)

Foi considerado um Custo do Capital Alheio de 4,251% e o nível de Leverage Financeiro com base no Balanço de 2019.

A tabela abaixo resume os pressupostos e valores utilizados nos três cenários:

Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)						
Descrição	Cenários					
	1	2	3			
$CAPM = re = rf + \beta_L * (rm - rf)$						
rf + crp	Taxa de juro sem risco longo prazo (3)	0,426%	-0,545%	2,778%		
bL	Levered Beta $\beta_L = \beta_u * \{1 + [D/E * (1-t)]\}$	1,39	1,39	1,39		
D/E	Levered Contabilístico	0,64	0,64	0,64	D=	41 970
bu	Unlevered Beta	0,9265	0,9265	0,9265	E=	65 694
(rm-rf)	Prémio de Risco do Mercado (4)	5,200%	7,023%	5,200%	(E+D)=	107 664
re	<b>Custo de Oportunidade do Capital Próprio (CAPM)</b>	<b>7,629%</b>	<b>9,184%</b>	<b>9,981%</b>		
$WACC = [(1-L)*re] + [L*rd*(1-t)]$						
re	<b>Custo de Oportunidade do Capital Próprio (CAPM)</b>	<b>7,629%</b>	<b>9,184%</b>	<b>9,981%</b>		
rd	<b>Custo da Dívida (1)</b>	4,251%	4,251%	4,251%		
L	Leverage Financeiro Target = $[D/(D+E)]$ (2)	38,98%	38,98%	38,98%	D=	41 970
t	taxa de imposto	22,500%	22,500%	22,500%	E=	65 694
	<b>WACC</b>	<b>5,940%</b>	<b>6,888%</b>	<b>7,375%</b>	(E+D)=	107 664

Por último, e uma vez que a Administração considera que outro dos pressupostos chave na determinação do valor presente dos fluxos de caixa dos segmentos é a taxa de crescimento na perpetuidade, o Grupo procedeu igualmente a realização de testes de sensibilidade para aferição do impacto de uma eventual redução na determinação do valor de uso das unidades geradoras de caixa. Assim, assumindo um contexto mais desfavorável, a atualização dos fluxos de caixa futuros de cada unidade operacional continuaria a revelar-se superior à quantia escriturada nas contas de 31 de Dezembro, no pressuposto de utilização de uma taxa de crescimento na perpetuidade de 1,25% (redução de 0,25%).

#### LOGINFAR

Relativamente à aquisição da Logifar, e sendo considerada uma unidade geradora de caixa autónoma, o apuramento do valor presente dos fluxos de caixa futuros, é o que se resume na seguinte tabela:

(em milhares de euros)	
WACC 2019	7,942%
Tx crescimento na perpetuidade	1,0%
GW	1 276
Valor de Uso 2019	1 437
Imparidade (<0)	0
Imparidade a reconhecer FY'19	0

Sendo o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa baseado no cálculo do valor em uso, conclui-se que, confrontando o valor contabilístico com o valor em uso, é verosímil a recuperação daquele montante.

## 9. Ativos Intangíveis

	31.12.19			31.12.18		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Intangíveis desenvolvidos internamente	26.019.691	18.462.577	7.557.114	22.475.117	13.905.103	8.570.014
Programas de Computador	422.928	265.783	157.145	370.337	162.193	208.144
Propriedade intelectual e outros direitos	1.475.690	1.329.349	146.341	1.451.050	1.258.866	192.184
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	33.037.806	1.968.123	31.069.683	32.029.223	1.640.818	30.388.405
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	2.142.852	5	2.142.857	1.928.567	214.290
	<b>63.098.972</b>	<b>24.168.684</b>	<b>38.930.288</b>	<b>58.468.583</b>	<b>18.895.547</b>	<b>39.573.036</b>

	Saldo em 01.01.19	Variações de perímetro	Aquisições / dotações	Pimparidade / abates	Transferencias Inventários	Acertos cambiais	Saldo em 31.12.19
<b>Custo</b>							
Intangíveis desenvolvidos internamente	22.475.117	-	4.197.421	-	(652.848)	-	26.019.690
Programas de Computador	370.337	43.136	34.751	(23.460)	-	(1.836)	422.928
Propriedade intelectual e outros direitos	1.451.049	28.504	1.851	(5.714)	-	-	1.475.690
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	32.029.223	-	1.008.583	-	-	-	33.037.806
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	-	-	-	-	-	2.142.857
	<b>58.468.583</b>	<b>71.640</b>	<b>5.242.606</b>	<b>(29.174)</b>	<b>(652.848)</b>	<b>(1.836)</b>	<b>63.098.972</b>
<b>Amortizações e imparidades acumuladas</b>							
Intangíveis desenvolvidos internamente	13.905.103	-	4.557.474	-	-	-	18.462.577
Programas de Computador	162.193	42.186	86.700	(23.460)	-	(1.836)	265.783
Propriedade intelectual e outros direitos	1.258.866	28.504	43.550	(1.571)	-	-	1.329.349
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	1.640.818	-	-	327.304	-	-	1.968.123
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	1.928.567	-	214.286	-	-	-	2.142.853
	<b>18.895.547</b>	<b>70.690</b>	<b>4.902.010</b>	<b>302.274</b>	<b>-</b>	<b>(1.836)</b>	<b>24.168.685</b>

	Saldo em 01.01.18	Variações de perímetro	Aquisições / dotações	Pimparidade / abates	Transferencias	Acertos cambiais	Saldo em 31.12.18
<b>Custo</b>							
Intangíveis desenvolvidos internamente	18.193.481	-	4.078.930	-	202.706	-	22.475.117
Programas de Computador	250.781	6.699	5.951	(2.908)	113.886	(4.073)	370.337
Propriedade intelectual e outros direitos	1.957.286	-	43.783	(233.428)	(316.592)	-	1.451.049
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	31.325.600	-	703.623	-	-	-	32.029.223
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	-	-	-	-	-	2.142.857
	<b>53.870.005</b>	<b>6.699</b>	<b>4.832.287</b>	<b>(236.336)</b>	<b>-</b>	<b>(4.073)</b>	<b>58.468.583</b>
<b>Amortizações e imparidades acumuladas</b>							
Intangíveis desenvolvidos internamente	10.322.338	-	3.582.765	-	-	-	13.905.103
Programas de Computador	77.865	5.987	85.322	(2.908)	-	(4.073)	162.193
Propriedade intelectual e outros direitos	1.328.713	-	123.841	(193.687)	-	-	1.258.866
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	1.436.229	-	-	204.589	-	-	1.640.818
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	1.714.282	-	214.286	-	-	-	1.928.567
	<b>14.879.426</b>	<b>5.987</b>	<b>4.006.213</b>	<b>7.993</b>	<b>-</b>	<b>(4.073)</b>	<b>18.895.547</b>

No exercício de 2019, foram registadas amortizações extraordinárias relativamente aos projetos MAC, OCM, Cross Vision e Globalcare (módulos mais antigos que à data já têm outras evoluções), no montante de 2.220 mil euros. Analisada a recuperabilidade destes investimentos, constatou-se que os mesmos poderiam não trazer os benefícios até então estimados, pelo que por prudência, a Administração decidiu proceder ao desreconhecimento destes ativos.

Em 2010, e conforme divulgado no relatório e contas daquele exercício, resultante da aquisição da sociedade Consoft, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, o valor dos ativos identificáveis à data da aquisição, os quais configuram ativos intangíveis, a saber:

- O Software aplicativo para gestão de farmácias “Farmatic” e,
- A respetiva Carteira de Clientes.

Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimados pela Administração.

Relativamente ao Software “Farmatic”, os fluxos de caixa futuros que lhe estão associados são os contratos de utilizador final (contratos novos), e os contratos de atualização do Software, relativos a clientes/instalações surgidas após a data de aquisição daquela sociedade.

Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:

- i. Estabilidade do sector em que o ativo opera;
- ii. Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
- iii. O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e
- iv. O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.

Tendo em conta os fatores acima mencionados, foi definido para o Software aplicativo “Farmatic”, uma vida útil finita de 10 anos, sendo o seu valor depreciado ao longo desse período, mediante aplicação do método da linha reta. Anualmente, o período e o método de amortização poderão ser revistos.

De forma a dar cumprimento à alínea c) do parágrafo 134 da IAS 36 informa-se que, para o apuramento do valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o seu custo foi mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimados pela Administração. Estes fluxos de caixa líquidos futuros estão associados aos contratos de atualização de software, relativos à carteira de clientes/instalações existentes à data.

O valor registado como intangível de vida útil indefinida, no montante de 30.000.000 euros, corresponde ao reconhecimento dos ativos identificáveis à data de aquisição da empresa espanhola Consoft, nomeadamente ao valor atribuído à carteira de clientes. A estes, estão associados os contratos de atualização de software, relativos à carteira de clientes/instalações existentes.

Este ativo é objeto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que o mesmo possa estar em imparidade. Considera-se como base a proporção das instalações perdidas em cada ano face às instalações totais adquiridas, as quais se resumem abaixo:

- 2011 - Reconhecida imparidade de 77.634 euros, relativa à perda de 14 instalações.
- 2012 - Reconhecida imparidade de 171.904 euros, relativa à perda de 31 instalações.
- 2013 - Reconhecida imparidade de 94.270 euros, relativa à perda de 17 instalações
- 2014 - Reconhecida imparidade de 177.449 euros, relativa à perda de 32 instalações.
- 2015 - Reconhecida imparidade de 415.896 euros, relativa à perda de 75 instalações.
- 2016 - Reconhecida imparidade de 188.540 euros, relativa à perda de 34 instalações.
- 2017 – Reconhecida imparidade de 310.536 euros, relativa à perda de 56 instalações.
- 2018 – Reconhecida imparidade de 160.813 euros, relativa à perda e 29 instalações.

No exercício de 2019, em resultado da perda de 48 instalações a sociedade registou uma imparidade de 266.174 euros.

No que respeita à carteira de clientes da empresa Qwerty, adquirida em 2017 e atribuído um justo valor de 1.325.600. Em 2018, foi objeto de teste de imparidade e registado um gasto de 43.776 euros, resultante da perda de 25 instalações. Em 2019, após teste de imparidade foi registado um gasto de 26.266 euros, resultante da perda de 15 instalações

Na sequência da aquisição da Alpes Informatica em 2018, foi atribuído um justo valor de 703.623 euros à carteira de clientes, referente a 222 instalações, tendo sido registado um ganho no período de 238 mil euros (nota 33) pelo facto do justo valor ser superior ao custo de concentração. Em 2019 foi efetuado teste de imparidade e registado um gasto de 36.864 euros, resultante da perda de 11 instalações.

Já em 2019 e na sequência da aquisição da Monsegur Informática, foi atribuído um justo valor de 1.008.583 euros à carteira de clientes, referente a 463 instalações.

A mensuração inicial deste ativo (valor de uso) foi realizada através do desconto dos seus fluxos de caixa líquidos (meios libertos líquidos) futuros estimados inerentes ao rédito das avenças de clientes recorrentes, ou seja, contratos de manutenção ativos, na data de aquisição – 463. O montante do rédito de 2020 foi determinado a partir do valor médio das instalações avençadas em 2019, corrigido pelo IPC de Espanha (1,1%); e os réditos de 2021 a 2024 foram determinados tendo em consideração as previsões de inflação do Fundo Monetário Internacional (1,6% para 2021, 1,6% para 2022, 1,7% para 2023 e 1,8% para 2024). Adicionalmente, foi considerada uma taxa de perpetuidade ao nível dos resultados operacionais de 1% e considerado um wacc de 5,314%.

A alínea b) do parágrafo 134 da IAS 36 requer a divulgação das quantias escrituradas de ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas imputadas a cada unidade geradora de caixa.

No quadro abaixo, detalha-se a imputação dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas às unidades geradoras de caixa:

2019			
	Saúde	Outros mercados	Total
Goodwill	74.946.729	11.493.245	86.439.974
Intangíveis c/vida útil indefinida (2010)	28.136.783	-	28.136.783
Intangíveis c/vida útil indefinida (2017)	1.255.558	-	1.255.558
Intangíveis c/vida útil indefinida (2018)	668.759	-	668.759
Intangíveis c/vida útil indefinida (2019)	1.008.583	-	1.008.583
	<b>106.016.413</b>	<b>11.493.245</b>	<b>117.509.658</b>

2018			
	Saúde	Outros mercados	Total
Goodwill	73.579.643	11.493.245	85.072.888
Intangíveis c/vida útil indefinida (2010)	28.402.958	-	28.402.958
Intangíveis c/vida útil indefinida (2017)	1.281.824	-	1.281.824
Intangíveis c/vida útil indefinida (2018)	706.623	-	706.623
	<b>103.971.048</b>	<b>11.493.245</b>	<b>115.464.293</b>

Não se verificou durante o exercício de 2019, nenhuma alteração de nenhum pressuposto-chave, pelo que não foram feitas divulgações adicionais a este respeito.

A alteração do valor de Goodwill de 2018 para 2019 foi originado pelas aquisições da Longinfar e da Contraço as quais, e de acordo com as definições da Glintt, operam no segmento de Saúde

## Quantia do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como gasto

O montante reconhecido em gastos do exercício, referente a horas dedicadas a pesquisa e desenvolvimento ascende a cerca 165 mil euros.

## Intangíveis desenvolvidos internamente

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontram-se relevados os projetos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios, conforme se descreve abaixo:

Projetos	31.12.2018			31.12.2019		
	Investimento	Am. Acumuladas / Imparidade	V. líquido	Investimento	Am. Acumuladas / Imparidade	V. líquido
Tecnovoz	1.164.830	1.164.830	-	1.164.830	1.164.830	-
Nitec	292.560	292.560	-	292.560	292.560	-
Pharmacy - Equipamentos	128.474	128.474	-	128.474	128.474	-
Pharmacy - Soft. Easygest	47.275	47.275	-	47.275	47.275	-
Energy - Smart Metering	50.000	50.000	-	50.000	50.000	-
Profiler	62.823	20.941	41.882	62.823	41.882	20.941
Finance Glintt	70.000	70.000	-	70.000	70.000	-
Soft. Gestão Hospitalar	14.120.942	7.640.534	6.480.408	17.869.262	10.766.368	7.102.894
Sifarma Angola	-	-	-	165.405	-	165.405
Poseidon	974.716	974.716	-	974.716	974.716	-
Portopia	738.188	376.683	361.504	738.188	622.746	115.442
Safepec	392.793	130.931	261.862	392.793	261.862	130.931
Glintt Signature	10.625	10.625	-	10.625	10.625	-
Wise Waste	57.864	57.864	-	57.864	57.864	-
Appolo	316.903	316.903	-	316.903	316.903	-
Glintt Finance Care	153.460	153.460	-	153.460	153.460	-
GX BPM	1.574.165	1.574.165	-	1.574.165	1.574.165	-
gmac2	1.587.376	743.409	843.967	1.587.374	1.587.374	-
Plataforma de beneficios	58.122	58.122	-	58.122	58.122	-
Adjust	56.811	37.874	18.937	56.811	56.811	-
OCM Oracle Cloud Machine	63.463	20.735	42.727	108.006	108.006	-
Glintt Content Management	35.000	35.000	-	35.000	35.000	-
Cross-Vision	83.532	-	83.532	83.532	83.532	-
Plataforma de compras	435.194	-	435.194	-	-	-
Game4life	-	-	-	21.500	-	21.500
	<b>22.475.117</b>	<b>13.905.103</b>	<b>8.570.014</b>	<b>26.019.690</b>	<b>18.462.577</b>	<b>7.557.113</b>

Apesar de à data de 31 de dezembro de 2019, existirem projetos já totalmente amortizados, os mesmos continuam a ser relevados em balanço, por continuarem a consubstanciar unidades geradoras de caixa.

No exercício de 2019 foram capitalizados 4.197.421 euros, relacionados com os seguintes projetos:

Projetos	Investimento 2019	Investimento 2018
Soft. Gestão Hospitalar	3.748.320	3.340.745
Sífarma Angola	165.405	-
Plataforma de Compras	217.653	435.194
OCC	44.543	19.553
Game4Life	21.500	-
gmac2	-	283.438
	<b>4.197.421</b>	<b>4.078.930</b>

Os aumentos do período estão essencialmente relacionados com upgrades de versões já existentes e/ou desenvolvimento de novas aplicações conforme se detalhe de seguida.

Os gastos capitalizados em 2019 estão relacionados com gastos com pessoal no valor de 3.067.003 euros (nota 29) e Materiais ou Serviços adquiridos / prestados por terceiros no valor de 1.130.418 euros.

Em 2019 o Software de Plataforma de Compras foi transferido para Inventário pelo valor de 652.848 euros, tendo sido alienado e gerada uma mais valia de 225 mil euros, reconhecida na Margem Bruta.

#### Globalcare - Software de gestão hospitalar

A tecnologia digital pode contribuir para uma profunda mudança do sistema de saúde português. Efetivamente, a tecnologia irá mudar quase tudo o que sabemos sobre os cuidados de saúde. Permitirá personalizar os cuidados, melhorar os resultados e diminuir os custos. Haverá, seguramente, consequências na forma como se prestam os cuidados de saúde e alterações nos modelos de gestão do sistema e das unidades de saúde.

O papel da tecnologia é cada vez mais relevante ao ajudar a transformar para melhorar a capacidade de diagnosticar e de tratar muitas doenças, reduzindo os prazos de reabilitação e também os respetivos custos. O cidadão é desafiado a ser parceiro ativo e interessado no que lhe diz respeito e está ao seu alcance fazer.

De facto, a informação desempenha um papel central nos sistemas de saúde, ampliando a sua capacidade de contribuir para a melhoria do estado de saúde da população.

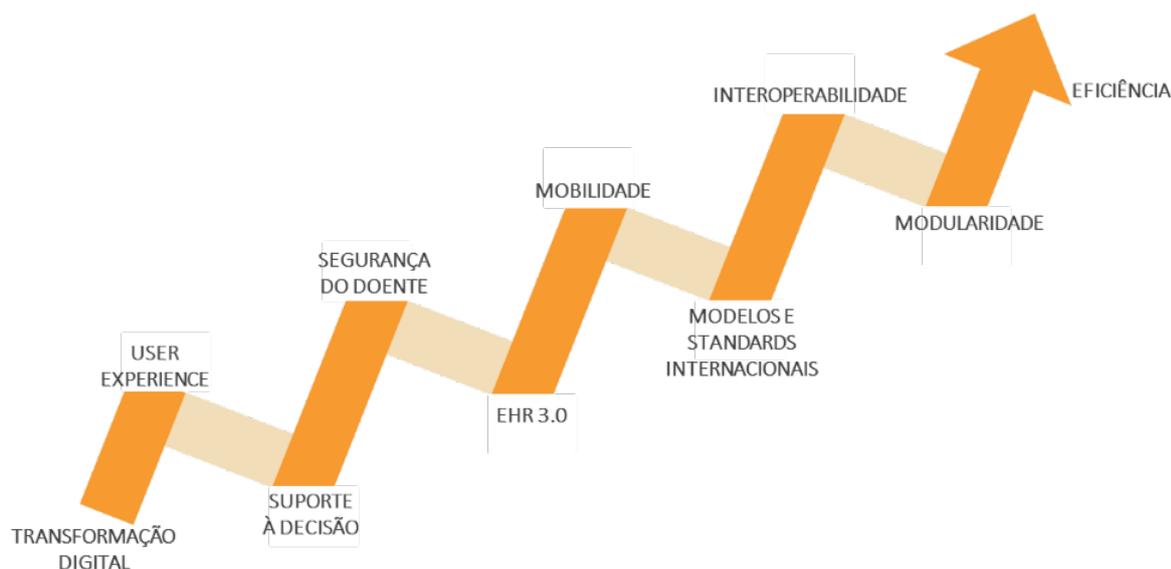
Em vários domínios, como a monitorização dos indicadores de saúde, a construção e partilha de protocolos clínicos, o suporte aos processos de prestação de cuidados, a monitorização da qualidade ou o controlo de gestão, a informação torna-se fundamental, para apoiar todos os processos de decisão dos diferentes interlocutores do sistema de saúde, como cidadãos, doentes, médicos e gestores.

Com a adoção da tecnologia pretende-se dotar o sistema de saúde de melhor informação, possibilitando maior eficiência na gestão e uma cultura centrada na prestação de cuidados na atenção do paciente. Evitar custos desnecessários e obter melhores resultados de saúde, através da melhor integração de cuidados (*right care, at the right time*), significa colocar o cidadão no centro do sistema.

É neste contexto que o Globalcare se posiciona como enabler para a transformação digital das organizações da saúde que têm como propósito o foco no cidadão enquanto parte fundamental da sua jornada de saúde.

Ao longo dos últimos anos, o Globalcare tem sido uma preocupação constante e prioritária. Este é um produto com presença ativa no mercado nacional há mais de 20 anos pelo que exige uma constante atualização, garantindo o perfeito alinhamento com as tendências de mercado. Assim, tem sido possível assistir à adaptação rápida e consistente do Globalcare de acordo com as necessidades do mercado, e com total respeito pelas melhores práticas a nível de engenharia de software.

Em 2018 foram definidos um conjunto de pilares estratégicos que orientaram o desenvolvimento do *roadmap* do Globalcare. Estes pilares previam linhas de atuação alinhadas com a garantia da segurança do doente bem como, com a aplicação de modelos e standards internacionais, com recurso a uma nova metodologia de disponibilização de novas funcionalidades e módulos.



No decorrer de 2019 foi possível apostar na melhoria da eficiência operacional ao longo de toda a cadeia de valor, desde o desenvolvimento até ao suporte. No âmbito da entrega de projetos, foram adotadas ferramentas de referência como o JIRA e o Easyvista, através das quais tem sido possível agilizar a resposta aos clientes. Desde então, são visíveis os ganhos na operação, pelo aumento da capacidade de resposta e consequente aumento do nível de satisfação dos clientes.

A comunicação e partilha de informação tem vindo a ser melhorada. O site e o blog do Globalcare demonstram ser ferramentas de comunicação muito eficazes com os clientes dado que facilitam a partilha de novos conteúdos e funcionalidades. Por outro lado, assistiu-se à migração da documentação de produto/serviços e à sua permanente atualização no Confluence.

O ano de 2019 terminou com a finalização da definição de um novo modelo de arquitetura de interoperabilidade, a ser implementado no decorrer de 2020. Este modelo, que contribui para uma maior robustez do produto, permite acelerar a capacidade de desenvolvimento ágil e as entregas de projeto, representando um forte contributo na prossecução da estratégia de modularização do Globalcare.

Este modelo de interoperabilidade permitirá obter maior flexibilidade na resposta às necessidades atuais de integração com as soluções cada vez mais especializadas e existentes no mercado, permitindo aos clientes uma prestação de cuidados de saúde mais adequada e célere baseada em informação de valor bem como, uma tomada de decisão baseada em evidência.

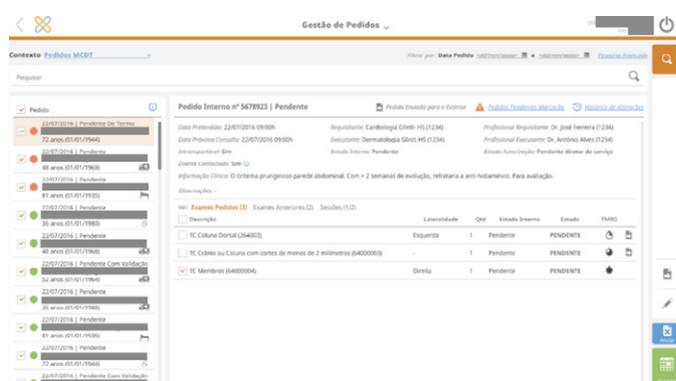
Seguidamente, serão apresentados os avanços verificados em cada um dos módulos do produto Globalcare.

## HMS - Gestão Administrativa e Faturação

A família HMS (*Hospital Management System*) incorpora três produtos core que suportam as principais áreas funcionais de multi especialidade hospitalar:

- O produto **PAS** - um produto que apoia funções de natureza administrativa associadas à identificação e gestão do paciente em unidades de saúde (hospitais e clínicas);
- O **FACTUS** - tem como principal objetivo a validação e valorização da atividade hospitalar (apuramento de valor e responsabilidade), bem como o tratamento e emissão de documentos financeiros e de tesouraria (transação de valor – “pagamento”);
- O produto **Honorários** - permite de uma forma intuitiva e flexível responder às exigências e complexidades do pagamento a prestadores médicos no mercado privado em saúde, nomeadamente no que se refere ao cálculo de regras associadas e ao valor de pagamento de honorários a atribuir aos profissionais de saúde.

## As concretizações de 2019



Disponibilização de uma nova componente de oferta consolidada na visão global de uma central de Gestão de Pedidos Clínicos. Em 2019 foi possível a centralização de pedidos de consulta (*compliance* Consulta a Tempo e Horas), pedidos de Meios Complementares de Diagnóstico e Tratamento, bem como, pedidos de Informação Clínica.

Esta evolução permite uma visão única para os prestadores de saúde, visão 360º do utente - histórico de visitas, pedidos e agendamentos futuro.

Foi construída uma plataforma centralizada de consultas e exames de todas as especialidades que permite a simplificação da interação profissional – utente, bem como a otimização do percurso do utente na instituição com diminuição de erros e duplicação de exames, e a redução do número de visitas ao hospital sem os resultados de MCDT disponíveis.

Esta componente foi desenhada de forma totalmente integrada com a componente de interoperabilidade, permitindo a integração de pedidos com origem em diferentes parceiros/fornecedores.

Disponibilização de uma nova linha de oferta, o GReCus - *Glintt Report Customization*, uma plataforma que disponibiliza os reports do PAS, nova versão em HTML, para customização pelas equipas de implementação e *in the end of the day*, pelas equipas da Direção de Sistemas de Informação dos Hospitais.



Esta nova solução, considerada um grande avanço na oferta no Globalcare, permite introduzir maior autonomia na customização de *reports* por equipas não técnicas, aumentar a rapidez de resposta a pedidos de alteração do cliente, permitindo liberdade de comunicação e imagem diferenciada do cliente no mercado da saúde, sem aumento de TCO (independência de licenciamento de software de terceiros).

The screenshot shows the GReCus software interface. At the top, there is a search bar and filters for 'Produto', 'Pré-Definido', and 'Ativo'. Below the search bar, there are two tables:

Lista de Reports (5)					
Produto	Código	Nome	Ativo	Editável	Multi-layout
MDN	MDN_CARD	Cartão de Medicação	✓	✓	✓
MDN	MDN_CARD_?	Cartão de Medicação ?	✓	✓	✓
PAS	ATOS_MEDICC	Atos Médicos	✓	✓	✓
PAS	ATOS_MEDICC	Atos Médicos Marcados	✓	✓	✓
PAS	ATOS_MEDICC	Atos Médicos Realizados	✓	✓	✓

Lista de Layouts Associados (3)					
Código	Nome	Pré-Definido	Ativo	Período de Vigência	
ATOS_MEDICOS_	Atos Médicos Marcados	✓			
ATOS_MEDICOS_2	Atos Médicos Marcados ?				
ATOS_MEDICOS_	Atos Médicos Marcados_copy 2	✓	✓	2019-01-30 a 2019-09-21	

Com o foco na evolução da solução no que é a realidade hospitalar e de prestação de cuidados de saúde, foi evoluída a componente de marcação de atos médicos e atendimento para a concretização de marcação de um ato para equipas multidisciplinares (uma crescente realidade na visão centrada no paciente). Consolidou-se também a parametrização e visão de disponibilidade de agendas médicas para realidades com múltiplos locais de atendimento, focando na validação de feriados locais e do médico de referência (que acompanha preferencialmente) o paciente.

Na evolução da implementação funcional do RGPD em hospitais piloto, em 2019, avançou-se com a concretização da simplificação de alguns processos, focados numa visão *workflow*. Para além disso, foi possível a evolução digital do PAS, a integração na nova Gestão de Acessos Glintt, uma evolução na componente de definição de perfis administrativos, acessos restritos e facilidade no desenho funcional de oferta.

Em 2019, no âmbito da interoperabilidade, incluímos no catálogo de oferta APIs de: *Outpatient* (documentos associados a marcações e *masterfiles* associados – serviços, atos, médicos, rubricas –, lista de pacientes com atividade marcada segundo critério, faturação ao Paciente – PÚBLICOS: Pagamento de Taxas Moderadoras (Atos pendentes de liquidação de TM + Geração de Ordem de Pagamento de atos pendentes de liquidação de TM e API com *masterfiles Inpatient*).

Numa visão de melhoria contínua e atribuição de valor aos clientes Globalcare, em 2019 foram realizadas melhorias em áreas estratégicas, como otimização de associação de pacientes a programas de financiamento, melhorias em componentes de validação e critérios de pesquisas. Evolução da componente de pagamento de atividade adicional no SNS.

O posicionamento no mercado da saúde, altamente regulado, concretizou-se num esforço adicional de entregas no HMS relacionadas com alterações legais:

- No âmbito da Circular Normativa Conjunta nº01/2018/SPMS/ACSS, foi revisto o processo de importação de dados do RNU para a Gestão de Pacientes, bem como a criação de um sistema de atualização automática da ficha do paciente;
- Desenvolvimento de quadro aplicacional que responda ao novo Regime Jurídico de Submissão Eletrónica dos Elementos Contabilísticos dos Contribuintes (RSE);

- No âmbito da implementação do IVA em Angola, foi preparada a resposta técnica ao Decreto Presidencial nº312/18 que aprovou o novo RSE;
  - Para além de estabelecer as regras de submissão eletrónica dos elementos contabilísticos e os requisitos de validação dos sistemas de processamento eletrónico de dados, o RSE define ainda a estrutura e formato do Ficheiro Normalizado de Inspeção Tributária – SAF-T (AO);
- Alterações diversas no módulo Administrativo e de Faturação do Globalcare para adaptação a novos requisitos da Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Revisão da componente de faturação SNS para resposta aos modelos de faturação identificados pela ACSS no âmbito dos contratos programas publicados;
- Introdução de regras de validação de pagamentos no seguimento da lei geral tributária e o regime de infrações tributárias
- Alteração evolutiva de integrações no âmbito de processos SNS: SIGLIC e SIMH

A componente de faturação teve evolução de áreas estratégicas como a integração com plataforma de pagamentos SIBS, para além da componente de pagamento.

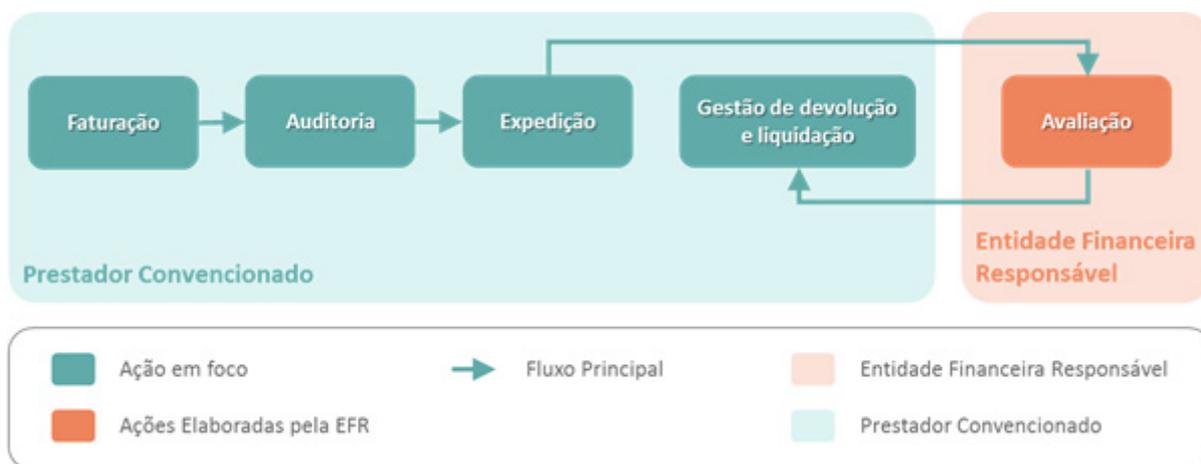
The screenshot shows the 'Monitor de Pagamentos' interface. At the top, there are filters for 'Interface' (Interface MBWAY), 'Empresa' (Glantt), and 'Datas de' (01/10/2019 to 31/10/2019). Below the filters is a search bar for 'Doente'. The main table displays the following data:

Hora/Data	Doente	Estado	Código	Mensagem	ID de Transação	Doc. Ass.
10:48 21/10/2019	[Redacted]	CANCELADO	100.396.101	Cancelled by user	<a href="#">8ac7e49f6ded56d6016dedb7790174f8</a>	Não
10:39 21/10/2019	[Redacted]	SUCESSO	000.100.112	Request successfully processed in "Merchant in Connector Test Mode"	<a href="#">8ac7e49f6ded56d6016dedaf44536a7e</a>	Sim

Na estabilização da oferta de interface com seguradoras, em 2019 arrancamos novas entregas para a agilizar a comunicação com entidades terceiras, revisitando os modelos de integração em vigor, nomeadamente MÉDIS e MULTICARE.

Esta componente alavancou a oferta do módulo de auditoria e devoluções que foi convertido para oferta produto Factus, que tem como objetivos gerais:

- Tratamento de documentação financeira para efeitos de auditoria
- Tratamento de documentação financeira devolvida pela EFR



Na sequência do processo de desmaterialização da faturação ADSE e de otimizações identificadas, em 2019 foi evoluído este processo com automatismos que auxiliam o utilizador a garantir o cumprimento das condições necessárias para a correta faturação à entidade.

Evolução de módulo de faturação para permitir a codificação de registo operatório em ICD-10 e a faturação em modelo provado, nova área que ainda não estava abrangida.

#### Para 2020

No seguimento da preocupação constante com a evolução e otimização das funcionalidades diárias de um sistema Administrativo Hospitalar estão já planeadas um conjunto de iniciativas que visam garantir uma maior eficiência e conformidade da operação, melhorando também a experiência do utilizador, donde se destacam:

- Concluir o Sistema Integrado de Requisição Eletrónica, o Agendamento Centralizado, a Visualização de Resultados e o Workflow de autorizações;
- Concretizar uma oferta para o *Frontoffice* com mobilidade;
- Robustecer e rentabilizar uma oferta de Honorários;
- Continuar a responder de forma célere às alterações legais e sempre que possível aportar valor adicional e distintivo.

#### Clinical

A família Clinical incorpora todos os produtos relacionados com as atividades e registos terapêuticos dos profissionais de saúde em relação aos seus pacientes, e pode agregar-se nas seguintes áreas de atuação:

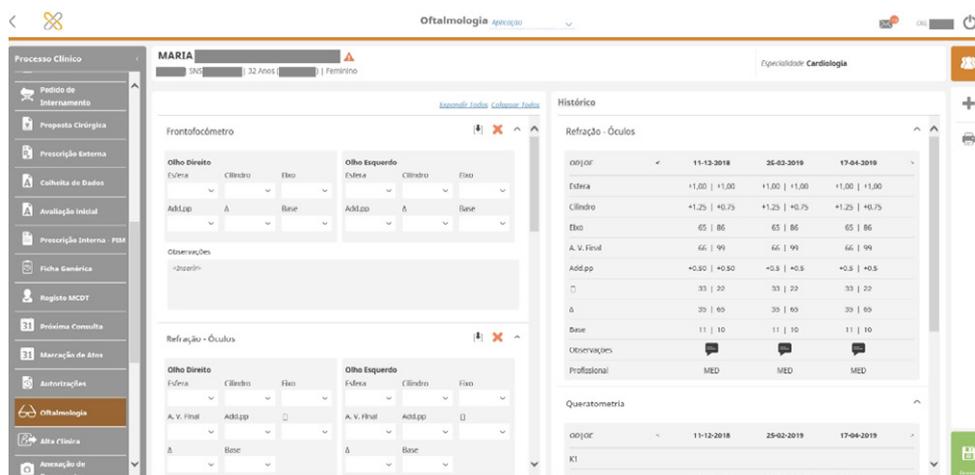
- **Área Médica e de Enfermagem** - soluções que permitem aos profissionais aceder e registar todas as informações pertinentes do foro clínico para que o paciente tenha um atendimento mais personalizado e centrado em si;
- **Área de MCDTs** - soluções de suporte à decisão clínica dos profissionais de saúde, e à operação para a realização dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica;
- **Áreas/ soluções que dão resposta a situações específicas das organizações:**
  - Como o *BedSideNurse* ou o *BedsideTracker*, construídas para tirar partido da centralização da informação clínica do paciente, assegurando a gestão do seu cuidado numa única solução e focada no cuidado e em máxima segurança;
  - Módulo de Dietética, que permite responder às necessidades de gestão do circuito dos produtos alimentares dentro de uma unidade de saúde, garantindo uma eficiente comunicação entre serviços clínicos e o serviço de alimentação;
- **Clinical Pathways** - Um modelo transformador e distintivo no processo de prestação de cuidados de saúde. Auxilia a antecipação da identificação de pacientes em risco através dos dados clínicos registados, garante uma atuação rápida dos vários profissionais de saúde, seguindo protocolos de atuação definidos, permitindo a uniformização de cuidados transversal à unidade de saúde e aumentando a segurança dos pacientes e confiança dos profissionais de saúde no sistema.

#### Concretizações de 2019

Nova oferta para a especialidade de Oftalmologia. Sendo esta especialidade médica dedicada ao estudo, diagnóstico e tratamento de doenças e erros de refração apresentados pelos olhos, o Globalcare incorporou a resposta a estas necessidades dos médicos Oftalmologistas. O objetivo é dotar os profissionais de saúde de uma atividade clínica mais direcionada, simplificada e otimizada ao seu processo de avaliação e tratamento dos doentes no seu quotidiano.

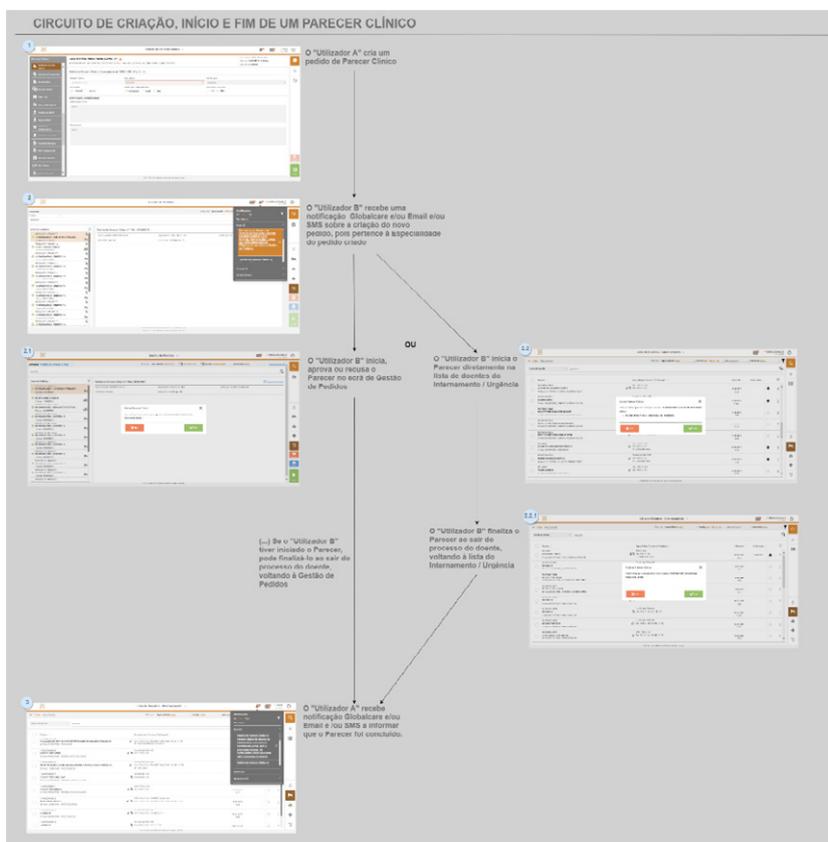
Os médicos oftalmologistas passam a ter disponível para documentação o resultado de diversos exames oftalmológicos (ex: autorrefração, pressão intraocular, frontofocómetro, queratometria, entre outros), e exame objetivo total-

mente integrado no processo clínico do paciente. Como suporte à sua atividade podem também definir o *follow-up* do doente, apoiando-se no histórico de evolução do doente ao longo dos vários episódios.



Considerando o acompanhamento clínico dos pacientes pelos seus médicos responsáveis, existem circunstâncias clínicas onde são consideradas necessidades de apoio clínico de outras especialidades. Fundamentalmente no âmbito da urgência, onde os serviços são caracterizados por perfis clínicos mais abrangentes e multidisciplinares, mas que em contexto de necessidade de rigor clínico carece de um aprofundamento da definição do diagnóstico.

Para este efeito, foi desenvolvido um novo módulo para resposta ao circuito de parecer clínico. Uma função *end to end* que começa num pedido de parecer clínico que conflui numa *worklist* de pedidos onde os destinatários irão dar a sua opinião clínica e plano sugerido.



Alinhado com o processo de extensão dos centros de saúde às farmácias comunitárias foi evoluído o módulo de *Clinical Pathways* adequando o Globalcare às necessidades específicas de operacionalização desta oferta num mercado diferente. Com esta evolução potenciamos o Globalcare para passar a ser também um software de documentação pensado para as necessidades de cuidados de saúde na comunidade e, em particular, da prestação de cuidados em contexto de farmácia. Serve como uma plataforma transversal para o registo multiprofissional para médicos, enfermeiros, farmacêuticos, nutricionistas, entre outros.

Neste âmbito foram produzidos dois *pathways*, a saber:

— Vacinação

A sua implementação permitiu responder ao processo de vacinação da gripe que costuma ocorrer todos os anos no período de setembro-outubro, apoiando os centros de saúde nesse processo.

Mais informação em:

<https://www.revistasauda.pt/noticias/Pages/Gripe-vacina-mais-facil-nas-farmacias.aspx>

— Findrisk

A implementação deste *pathway* permite através de uma ação de rastreio, utilizando o método de avaliação de risco designado Findrisk (escala de estratificação do risco para Diabetes Mellitus na saúde coletiva) identificar eventuais casos de risco de Diabetes Mellitus. Os dados recolhidos foram todos comunicados para a Plataforma de Dados em Saúde, do Ministério da Saúde, ficando esta informação disponível no Registo de saúde eletrónico do cidadão.

Mais informação em:

<https://www.ordemfarmaceuticos.pt/pt/noticias/farmacias-identificaram-mais-de-4-500-portugueses-com-risco-de-diabetes/>

O Globalcare interage com o software da ANF nas farmácias (Sifarma) usando um esquema de interoperabilidade que se inicia no atendimento ao balcão com o Sifarma, fazendo uma ligação de forma transparente ao farmacêutico, que depois mediante o que o sistema lhe disponibiliza encaminha para o protocolo mais adequado (*Pathway*).



A tendência na saúde relativa ao *patient safety* mantém-se como tema a assegurar em todas as suas vertentes. Quanto mais seguros forem os sistemas que apoiam o ecossistema da saúde, mais eficiente se tornará a atuação dos profissionais clínicos e poderemos contribuir para assegurar menos doentes. Neste sentido, a oferta *Bedside Tracker*, que este ano foi melhorada com base nas novas necessidades encontradas no terreno, é uma solução modular e integrada que tem como objetivo incrementar a segurança e a eficiência desde o pedido de componentes sanguíneos e derivados, colheita de amostras pré-transfusionais até a sua administração.



Recorde-se as motivações para a criação desta nova oferta:

- A maioria das reações transfusionais fatais é atribuída ao erro ou falha humana;
- No relatório do SHOT de 2012, os eventos adversos causados por erros continuam a ser os mais frequentes, sendo a transfusão do componente sanguíneo incorreto o erro mais notificado;
- A identificação incorreta do paciente é uma causa importante de eventos adversos evitáveis em todas as áreas da prática clínica, não só em medicina transfusional.

Assim como os benefícios a ela associados:

- Segurança transfusional desde a colheita até à administração de unidades;
- Rastreabilidade do processo de transfusão desde o pedido, colheita até à administração;
- Minimizar o risco clínico;
- Minimizar o erro humano na cadeia de colheita e transfusão;
- Responder aos requisitos legais do Decreto-Lei 267/2007 e da JCI (*Joint Commission*);
- Implementar uma solução totalmente integrada com os diversos sistemas de HIS e EPR do mercado, superando assim outras empresas do mesmo mercado.

### IDENTIFICAÇÃO, RASTREABILIDADE E SEGURANÇA AO LONGO DE TODO O PROCESSO



A desnutrição hospitalar, com uma prevalência estimada entre os 20% e 50% em doentes internados, representa um grave problema de saúde. Esta situação pode refletir-se num aumento da duração do internamento, num maior risco de infeções e de outras complicações, em situações de reinternamento e no aumento da morbilidade e da mortalidade. Tornou-se assim imperativa a implementação de medidas de combate à desnutrição hospitalar e à promoção de um suporte nutricional adequado. Desta forma, tendo como base o Despacho nº 6634/2018 (<https://dre.pt/home/-/dre/115652170/details/maximized>) que determina a implementação de funcionalidades tecnológicas que promovem uma abordagem multiprofissional, na melhoria da assistência nutricional do doente e que auxiliam o combate à desnutrição hospitalar, foram implementados os requisitos que nos permitiam responder a este tema:

- Identificação do risco nutricional, através da disponibilização da possibilidade de avaliar o risco nutricional, em adultos pela escala NRS 2002, e em crianças através da escala STRONGkids;
- Encaminhamento para o Serviço de Nutrição: sinalização/comunicação do enfermeiro com o nutricionista;
- Diagnóstico e intervenção nutricional, o Nutricionista passa a ter disponível o processo de avaliação de diagnóstico e definição de intervenção utilizando as terminologias definidas no Catálogo de Termos do CPN (Versão 1.0), constituída pelo Código SNOMED;
- Alertas de execução e planeamento de intervenções de Enfermagem. Apresentação de alerta à necessidade de identificação do risco nutricional do doente;

- Indicadores de acompanhamento - foram criados 4 indicadores, na plataforma de exploração operacional do Globalcare (Data Discovery), permitindo uma consulta rápida a um conjunto de informação pré-estruturada e potenciando a monitorização contínua da qualidade do processo de rastreio do risco nutricional em cada instituição. Para além disso, permite ainda o *benchmarking* interinstitucional.
  - Indicador 1: Proporção de doentes submetidos a rastreio para a identificação do risco nutricional na admissão até às primeiras 24h após a admissão (%)
  - Indicador 2: Proporção de doentes em risco nutricional submetidos a intervenção nutricional nas 24h após a sinalização (%)
  - Indicador 3: Proporção de doentes em idade pediátrica classificados com risco nutricional que foram submetidos a intervenção nutricional (%)
  - Indicador 4: Proporção de doentes em idade adulta classificados com risco nutricional que foram submetidos a intervenção nutricional (%)

**Exames sem Papel (ESP)** é um projeto da SPMS que pretende desmaterializar o circuito de prescrição de MCDT (Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica), disponibilizando a todos os doentes os seus testes de diagnóstico (resultados). Além disso, este projeto também visa desmaterializar todos os processos relacionados com a faturação dos referidos exames.



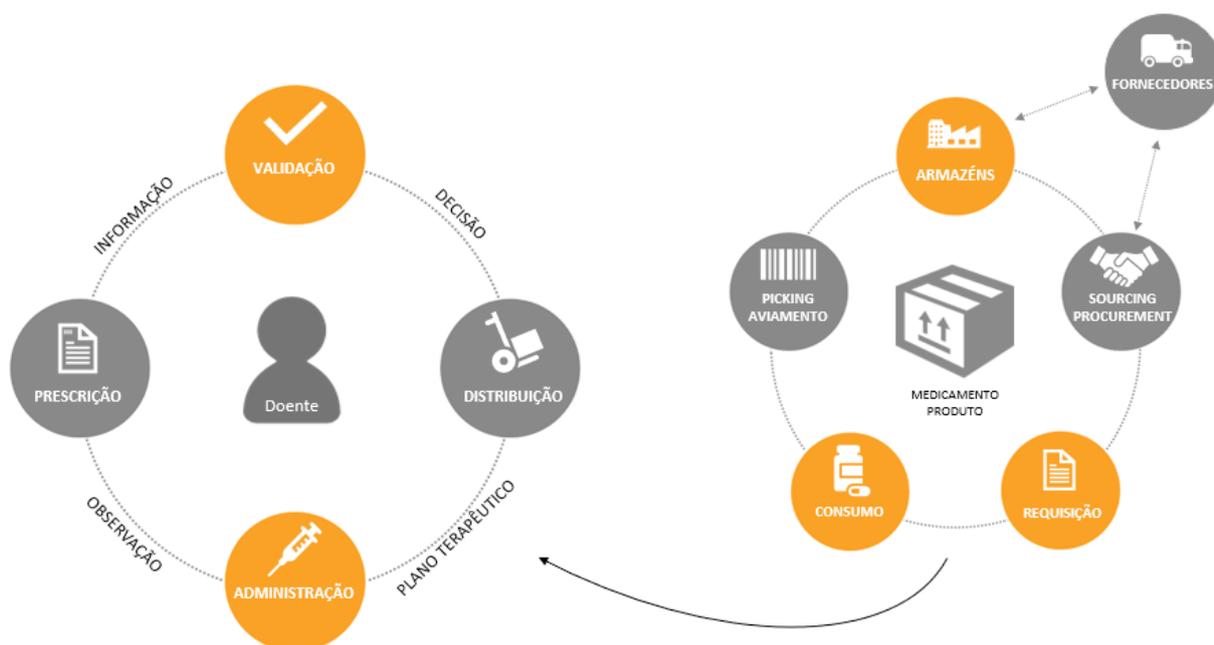
Em 2019 teve como incremento funcional a componente de integração de resultados estruturados para patologia clínica e não estruturados das restantes áreas, assim como a integração na componente de Prestação do registo de domicílios e doentes migrantes. Foi também desenvolvido um monitor que permite controlar e monitorizar os processos de integração com a plataforma de interoperabilidade da SPMS e informar das inconformidades na informação enviada.

#### Para 2020

A aposta em 2020 será o desenvolvimento de funcionalidades que garantam a segurança e conforto aos pacientes e apoio à decisão clínica, nomeadamente:

- Desenvolvimentos para dar resposta ao “novo” nível 7 HIMSS;
- Aposta na evolução de circuitos clínicos (Clinical Pathways);
- Evolução do módulo de Anatomia, Registo individual de amostras, relatórios estruturados, integração com reconhecimento de voz, dashboards operacionais;
- Resposta às iniciativas de caráter legal em curso ou que venham a ser levantadas.

A família de Farmácia e Logística, reconhecida no mercado como SGICM – Sistema de Gestão Integrada do Circuito do Medicamento e Produto, é uma solução essencial para a gestão e controlo clínico do circuito do medicamento.



É uma solução dotada de uma prescrição eletrónica de medicamentos que permite o registo e consulta de informação clínica e terapêutica, garantindo fluidez de informação integrada entre todos os profissionais de saúde e intervenientes no circuito do medicamento.

Atualmente o SGICM contempla dois tipos de prescrição de medicamentos, nomeadamente:

- Prescrição Interna de Medicamentos (PIM)
  - Circuito interno do medicamento, com possibilidade de integração com Farmácia e Enfermagem
- Prescrição Externa de Medicamentos (PEM)
  - Emissão de receituário para o exterior (Farmácias Comunitárias)

#### Concretizações de 2019

No seguimento dos investimentos dos anos anteriores, numa nova versão do módulo de Prescrição Interna de Medicamentos em tecnologia HTML (PIM – HTML), em 2019, a Glintt apresentou este novo módulo ao mercado e reforçou o seu investimento em funcionalidades que promovem, principalmente, a segurança do utente, nomeadamente nos seguintes processos específicos:

- Certificação HIMSS, integrando na solução conceitos como interações entre medicamentos e medicamento dieta/alimento, validação de dados analíticos e doses máximas e cumulativas;
- Evoluções no módulo de Oncologia, pela criação de ccrã de monitorização de Doses cumulativas - medicamentos oncológicos, fórmulas de cálculo de dose (fator alterado vs fator standard) e a introdução de um ecrã de Ecrã de recálculo de doses;
- Medicamentos Especiais
  - a) a.Circuito de Medicamentos Hemoderivados (alteração legal)
  - b) b.Circuito de Medicamentos Biológicos / Biossimilares
- PPCIRA, Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e Resistência a Antimicrobianos;

- Profilaxia VIH – Alerta nos pacientes em regime de profilaxia de pré-exposição ao VIH;
- Protocolo TEV (Risco de Tromboembolismo Venoso) – Módulo de mensagens;
- Fórmulas de cálculo de doses (baseadas em dados clínicos do paciente).

Em paralelo com as iniciativas anteriores, a Glintt direcionou parte do seu foco para incrementar novas funcionalidades, em processo de certificação e resposta a alterações legais na sua solução de Prescrição Externa de Medicamentos, nomeadamente:

- Alterações Legais relacionadas com modelo das receitas;
- Certificações:
  - a) Prescrição de Câmaras Expansoras
  - b) CITS - Cedência de informação de tecnologias da saúde
- Novas Funcionalidades:
  - a) PEM Açores - Despachos/Portarias para determinadas especialidades médicas
  - b) Receitas renováveis – conceito de tratamento de longa duração
  - c) Alteração da leitura de cartões da Ordens do Médicos

Na componente de Farmácia Hospitalar, a solução permite identificar e rastrear a medicação prescrita e administrada na instituição, contribuindo assim para o **aumento dos níveis de segurança** dos utentes. Em 2019, na componente de Farmácia Hospitalar, foi reforçado o investimento na evolução das seguintes funcionalidades:

- Processo Clínico do Farmacêutico;
- Farmacotecnia – Evolução:
  - a) UMIV – Unidade de Misturas Intravenosas
  - b) Circuito de Câmara de Medicamentos Oncológicos
- Folha de Informação Farmacoterapêutica;
- Circuito de Dose Unitária – Evolução;
- Evolução no módulo de Oncologia e novos circuitos de medicamento Hemoderivados e Biológicos;
- Portal do Medicamento – Circuito de Autorização de Formulários, que vem garantir o maior controlo, principalmente na aprovação de medicamentos de alto custo;
- FARMA2CARE - Dispensa nas Farmácias Comunitárias de Terapêutica de Uso Exclusivo Hospitalar.

Na área da Logística Hospitalar, a solução caracteriza-se por dar resposta de forma integrada à gestão de toda a componente de aprovisionamento, nomeadamente, *stocks*, inventário e armazéns avançados. Em 2019, a Glintt investiu na consolidação de alguns circuitos já existentes e em dar resposta a diversos processos para responder a alterações legais, nomeadamente:

- Na Gestão Encomendas, o desenvolvimento da integração EDI, integração com SICC (gestão de compromissos), criamos reports standard de encomendas de materiais e serviços e passamos a ter gestão de localizações entrega por local e empresa;
- Revisão do processo de Consignação - consignação não residente e gestão de documentos por movimentos de consignação;
- Análise do processo de Logística inversa, tendo inclusive evoluído a solução de tracking de movimentos;
- No âmbito das alterações legais, evolução do circuito dos medicamentos Falsificados, Rappel, valorização de inventários para a AT e reporting Infarmed de compras circuito de dispositivos médicos.

#### Para 2020

O objetivo é continuar a apostar em funcionalidades que garantam a segurança e conforto dos pacientes, e que, paralelamente, aumentem a eficiência das operações das instituições. Principais objetivos:

- Evoluir o módulo de Oncologia, de forma a permitir prescrição multiprotocolos;

- Novo módulo de Nutrição Parentérica, garantindo um circuito desmaterializado e integrado desde a prescrição à administração;
- No Circuito de Prescrição de Domicílio, a inclusão de validações clínicas relevantes para o processo de decisão dos profissionais de saúde;
- Evolução para um plano de prescrição agregado do paciente.

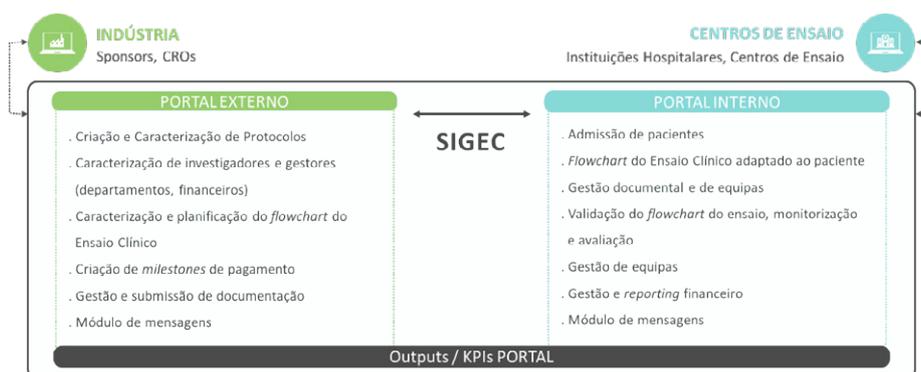
## SIGEC

O SIGEC é uma plataforma concebida para aproximar a Indústria e os Centros de Ensaio, apoiando toda a gestão interna, desde a submissão até à conclusão do ensaio.

Na Indústria existem diversas soluções para gestão dos Ensaio Clínicos, contudo, não são direcionadas para suportar a gestão dos Centros de Ensaio. O SIGEC é composto por um Portal Externo (direcionado para a Indústria) e um Portal Interno (para apoiar os Centros de Ensaio). Para ambos os Portais será possível extrair indicadores e outputs, apoiando a gestão do ensaio clínico nas suas várias componentes.



A plataforma dá a todos os intervenientes uma visão clara e global de todo o processo relacionado com os ensaios clínicos, permitindo ainda às instituições obterem métricas com vista ao aumento de performance e realização de mais ensaios nas instituições.



Em 2019 foram concluídos todos os componentes da solução e iniciamos o piloto no Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC). Para 2020 o objetivo passa por terminar o piloto nos CHUC e alavancar o aprendizado para melhorar a solução e potenciar a venda em outras instituições de saúde.

## MEDON

O MEDON nasceu em sinergia entre a Glintt e o Centro Hospitalar da Cova da Beira (CHCB) tendo em vista o desenvolvimento de uma solução de Reconciliação Terapêutica (RT) que, através do cruzamento das duas áreas (Saúde e TIC), conferisse valor adicional a nível nacional e internacional. É um projeto financiado ao abrigo do “Portugal 2020”.

A Reconciliação Terapêutica é um processo de criação e manutenção de uma lista atualizada com toda a medicação prescrita ao paciente, incluindo o nome, dosagem, frequência, via de administração e duração de tratamento. Esta lista de medicação deve acompanhar o paciente em todos os contactos com o médico, enfermeiro e farmacêutico, a qual irá permitir uma avaliação mais assertiva e correta da medicação que deve ser prescrita, evitar prescrições com medicamentos duplicados ou semelhantes



RECONCILIAÇÃO TERAPÊUTICA



e que poderão provocar sobredosagens na administração, ajudar na redução / prevenção de potenciais “Adverse Drug Events (ADE’s)” e irá permitir também uma otimização de toda a comunicação entre os diversos profissionais de saúde.

Em 2019 foram concluídos todos os componentes da solução e iniciamos o piloto no CHCB. Para 2020 o objetivo passa por terminar o piloto no CHCB e alavancar o aprendizado para melhorar a solução e potenciar a venda em outras instituições de saúde.

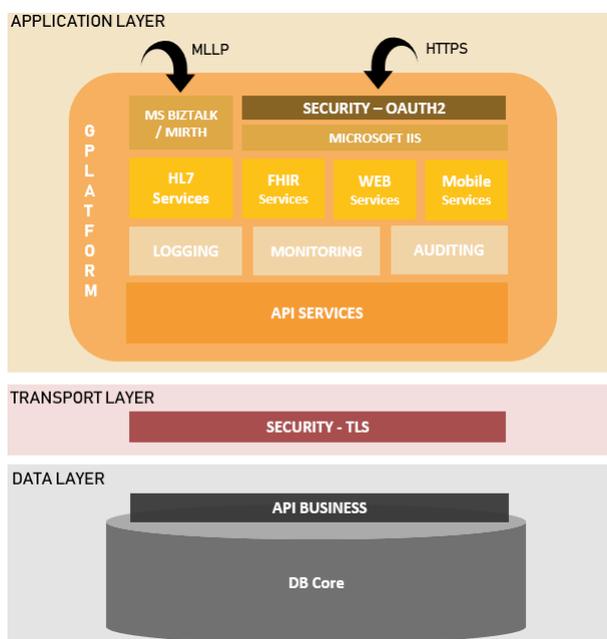
### Interoperability

Segundo a HIMSS, a “interoperabilidade na saúde é a troca de dados entre diferentes sistemas de informação e o uso efetivo desses dados pelos profissionais”. É mais do que apenas estabelecer uma comunicação entre sistemas, é a comunicação segura e fluida entre profissionais.

A interoperabilidade é um dos principais vetores para a transformação digital. Num ambiente cada vez mais concorrencial e em que o Mercado da Saúde pretende alargar a sua pegada Digital a disponibilização de pontes de integração com outros sistemas é essencial para a evolução de qualquer produto de software nos dias de hoje.

Assim, a área de interoperabilidade do Globalcare disponibiliza integrações que se subdividem, nas seguintes componentes, tendo em conta a tecnologia de base:

- Interfaces HL7 - disponíveis via protocolo MLLP com recurso ao standard HL7 v2;
- *Webservices*
  - FHIR - disponíveis via protocolo HTTP com recurso ao standard HL7 FHIR;
  - GAPI – disponíveis via protocolo HTTP através de RESTful APIs;
- WebAPI – integrações via protocolo HTTP através de *webservices* SOAP tendo em conta especificações técnicas definidas por terceiros.



## Concretizações de 2019

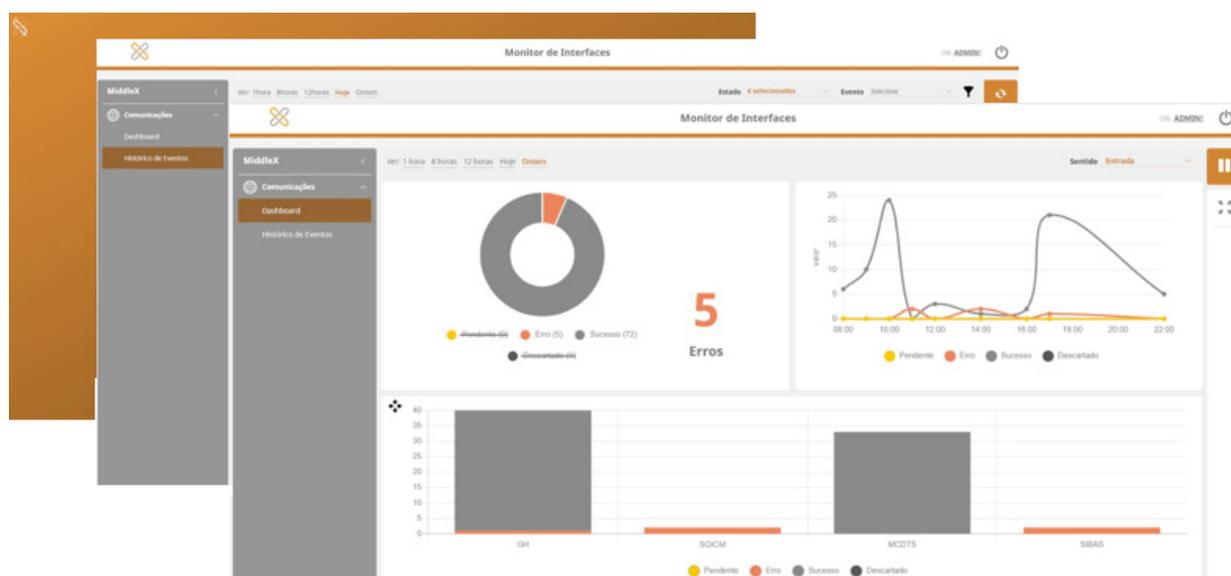
No ano de 2019 foram considerados os pedidos de âmbito legal e de compliance, como foram as integrações no âmbito dos projetos:

- Exames sem papel;
- Circuito de medicamentos Hemoderivados;
- Circuito de medicamento Falsificados;
- CITS.

De igual forma, foram evoluídas as várias integrações financeiras com entidades financeiras responsáveis como seguradoras, ERPs (SAP), SIBS (MBWAY e Referências MB) e EDI, já referidas nos capítulos anteriores.

O processo de produção de interfaces teve também uma evolução, pode ser destacado o Interface HL7 Light (Farmácia/ Urgência), FHIR API Gestão de Consentimentos. Paralelamente foi evoluída uma oferta alargada de APIs Globalcare que foram sendo solicitadas por projetos.

Adicionalmente, de dando resposta a uma ambição antiga dos clientes, foi libertado um novo produto, MiddleX, monitor de interfaces ativos na instituição, para já apenas para interfaces HL7.



Em paralelo, foi revista a oferta e disponibilizado um catálogo de serviços, que nos tem vindo a permitir uma maior agilidade na resposta a pedidos de alteração/ implementação nesta área.

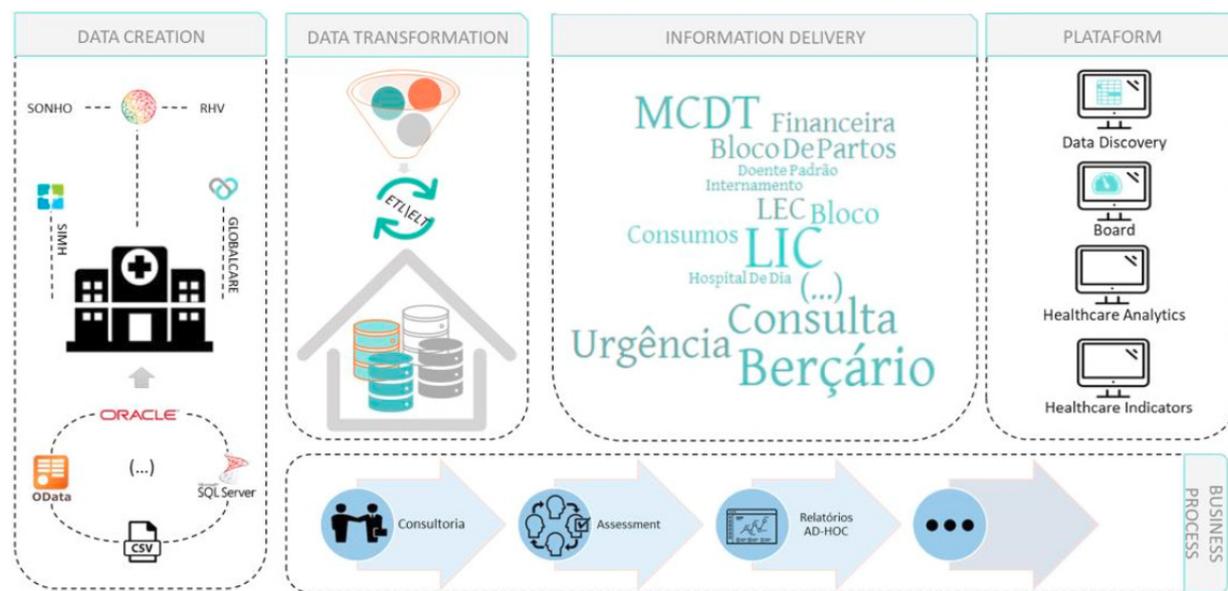
## Para 2020

As iniciativas a considerar passam pelo reforço da área de interoperabilidade para a otimização, simplificação e agilidade dos processos onde podem ser destacadas:

- A implementação de uma nova arquitetura de interoperabilidade que dará resposta aos desafios atuais e futuros para esta área;
- Continuar a produção de interfaces, de forma a garantir maior previsibilidade na realização de propostas, implementação de projetos e redução de custo com suporte às mesmas;
- Evoluir o MiddleX (monitor de interoperabilidade) com novas funcionalidades e outros tipos de interface;
- Gestão da interoperabilidade semântica através da disponibilização de um sistema de MDM, Master Data Management.

## Business Intelligence (BI)

O BI é um produto orientado para a análise de dados e apresentação de informação para ajudar executivos, gestores do negócio e outros usuários finais, no momento da tomada de decisão de negócio, com base em dados registados em sistemas operacionais. A informação apresentada pode envolver várias ferramentas ou soluções de *front-end*, que permitem preparar a análise, desenvolver e executar consultas em relação a dados, criar relatórios ou visualizar dashboards de resultados analíticos.



As unidades de saúde passam a usufruir de um conjunto de informação de apoio ao negócio, que permite a otimização dos processos internos do negócio, aumentar da eficiência operacional, descobrirem novas oportunidades ou mesmo promoverem uma gestão estratégica baseada nos dados do negócio na senda de uma vantagem competitiva no mercado e/ou estabilidade do negócio a longo prazo.

Os dados podem ser apresentados em processo *online* ou de histórico, ficando a unidade hospitalar dotada da possibilidade de visualizar informação em função das suas necessidades ou objetivos.

## Concretizações de 2019

No seguimento do plano já iniciado em 2018 foram endereçados os esforços evolutivos, quer nas plataformas de dados\ferramentas de exploração, quer na evolução e disponibilização de uma primeira versão de disponibilização e exploração do Data WareHouse nas áreas administrativas, quer na consolidação de diferentes módulos\conteúdos ajustados a diferentes tipologias\unidades de saúde.

Relativamente às plataformas de exploração de dados, foi efetuada a evolução da plataforma de suporte à visualização de Dashboards (Board). Em linha com um dos pilares estratégicos, *user experience*, melhoramos a experiência dos nossos utilizadores na sua utilização, tendo entre outras melhorias, proporcionado um melhor aproveitamento do ecrã, possibilitamos a marcação de favoritos, melhoramos opções de pesquisa e colocámos à disposição várias ações sobre os controlos. Evolutivamente na plataforma de Data Discovery, fizemos a integração com a interface GRECUS para geração de relatórios associados a determinados Datasets e foi melhorado o processo de agendamento de email, nomeadamente sendo disponibilizado mais funcionalidades que permitem uma entrega e distribuição de relatórios entre os utilizadores.

No que toca aos módulos e conteúdos da plataforma foi enriquecido o portfólio de Dashboards estratificados para diferentes Níveis de Gestão, desde uma Gestão Operacional até uma Gestão de Topo, nas seguintes áreas:

- Ambulatório;
- Agendamentos/ Marcações;
- Internamento;
- Bloco;
- Consumos;
- MCDT;
- Hospital de Dia;
- Triagem;
- Monitorização Síntese Indicadores.

Foram disponibilizadas novas áreas de informação para dispor informação a diferentes *players* da unidade hospitalar, destacando-se:

- Indicadores de Enfermagem para os Diretores de Enfermagem\Diretores de Serviço, para acompanhamento e prevenção de indicadores da área de enfermagem, como exemplo Indicadores de Queda (prevenção, incidência), Indicadores de Úlcera de Pressão, Flebites, Auto-Cuidados.
- Indicadores de Doente Padrão para o planeamento e controlo de gestão e administração, que são de extrema importância para efeitos de benchmarking com outras unidades assim como apoio à otimização da operação por doente tratado.

#### Para 2020

Tendo como linha de continuidade a estratégia evolutiva definida o plano evolutivo para 2020 será destacado na introdução de funcionalidades nas plataformas de dados que permitam aos utilizadores uma experiência mais colaborativa e integrada iniciando-se um processo de *embedded analytics* nas soluções do Globalcare.

Aproveitando o *know how* e a arquitetura de dados existente na área administrativa, pretendemos evoluir os conteúdos funcionais na área clínica, a par do realizado para a área de enfermagem. Desta forma é pretendido reunir dados de suporte clínico, potenciando informação que seja útil e de apoio ao papel clínico na unidade de saúde.

#### Para onde vamos?

No contexto da pressão crescente colocada sobre a necessidade de mais e melhor desempenho dos cuidados hospitalares, a hospitalização domiciliária surge como uma resposta à necessidade de maior conforto e da recuperação célere por parte dos doentes e respetivos cuidadores informais e familiares.

Em estreito alinhamento com a necessidade urgente de maximização da utilização de recursos considerados escassos e dispendiosos, acredita-se que o futuro da prestação de cuidados de saúde de qualidade e respeitando o princípio da equidade passa pela extensão da atuação dos Hospitais e outras instituições de saúde até à casa do doente. Pretendemos estar na linha da frente no desenvolvimento de soluções de resposta a esta necessidade, acreditando no nosso contributo para um Sistema Nacional de Saúde mais eficiente e sustentável.

Pretendemos apostar no desenvolvimento de ferramentas com elevado impacto no diagnóstico, e apoio à tomada de decisão baseada em informação credível e de valor bem como, no apoio ao desenvolvimento de novas técnicas e terapêuticas personalizadas. A monitorização de *outcomes* reportados pelos doentes suportados pela implementação de modelos de *value based healthcare* é outra das tendências que pretendemos trabalhar e integrar nas nossas soluções.

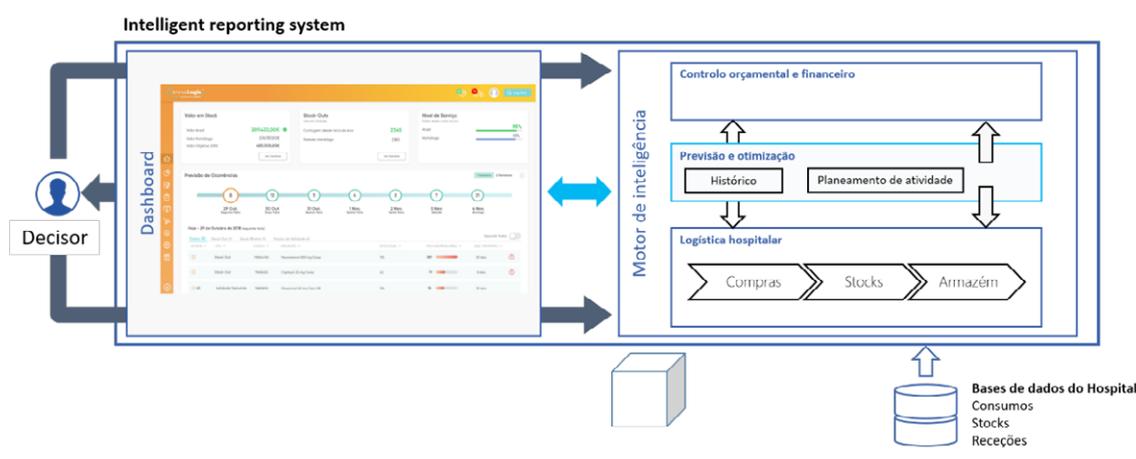
Em suma, pretendemos continuar a dar prossecução à missão da Glintt, dotando as instituições de saúde de condições mais favoráveis à prestação de cuidados de saúde de valor, através da capacitação dos profissionais de saúde e com foco no cidadão.

### Knowlogis – Expertise in Healthcare Logistics

Dentro do âmbito do programa de financiamentos “Portugal 2020”, a Glintt e o INESC TEC decidiram realizar um projeto que permitirá o desenvolvimento de um sistema de reporte inteligente que monitorize e acompanhe, de forma ativa e dinâmica, as atividades mais críticas da logística hospitalar, identificando problemas ou ineficiências e estimando, quantificando e sugerindo medidas de correção / melhoria. Este projeto irá contribuir para uma assinalável redução de custos para as instituições de saúde e para o sistema de saúde como um todo, potenciando melhorias ao nível da despesa e afixando, de modo indireto, ganhos de saúde para os pacientes.

Os principais desafios do projeto passam por:

- Liderar a transformação da gestão da logística hospitalar, dotando os decisores de ferramentas que os auxiliem na tomada de decisão, cruzando dados estratégicos com planeamento e modelos previsionais de necessidades;
- Resolver problemas críticos da logística hospitalar de modo informado e assistido, contribuindo para redução de custos e ganhos de eficiência.



O objetivo deste projeto é a criação de uma nova abordagem de gestão logística hospitalar, alicerçada num sistema inovador para apoio à decisão. O sistema que está a ser desenvolvido constitui um avanço disruptivo face às soluções atuais do mercado, visto ter uma camada de inteligência que vem revolucionar a área da logística hospitalar. A componente inteligente não irá substituir o decisor, mas apoiá-lo nas suas decisões, identificando, quantificando e sugerindo medidas de correção e melhoria, que tomariam demasiado tempo ao decisor se as tivesse que construir manualmente.

O sistema será explorado em casos de uso selecionados com determinados end users, de forma a direcionar os esforços para os problemas mais críticos enfrentados pelos gestores hospitalares. Os casos de uso servirão de proof-of-concept para o sistema global, que deverá ser concebido numa arquitetura modular, para permitir que mais casos de uso sejam acrescentados no futuro. No âmbito deste projeto pretende-se então abordar os seguintes pontos:

- Gestão inteligente do inventário: identificação dos artigos onde é desejável uma intervenção do decisor, sugerindo alterações aos parâmetros da política de reaprovisionamento e quantificando o impacto esperado (em termos de nível de serviço e custos operacionais);
- Previsão informada de necessidades: numa perspetiva de forward-looking, cruzando com os consumos clínicos associados a cirurgias planeadas, e backward-looking, usando o histórico de consumos e algoritmos de previsão;

- Monitorização, previsão e gestão integrada da despesa: numa perspetiva top-down, cruzando a despesa orçamentada com a executada e sugerindo medidas de correção (estimando o seu impacto operacional), e bottom-up, avaliando o impacto de alterações operacionais (como o aumento do nível de serviço em determinados artigos) na despesa.

## SIFARMA ANGOLA

O Sifarma é um programa de gestão de Farmácia, que permite a otimização de todos os processos associados à gestão corrente da Farmácia enquanto negócio, bem como de todas as necessidades da mesma enquanto espaço de saúde onde os profissionais podem centrar o seu foco nos utentes.

Em termos de arquitetura, trata-se de uma base de dados relacional, através de uma estrutura dedicada cliente-servidor, em ambiente windows.

Este programa de gestão gera vantagens para a farmácia, nomeadamente, segurança da informação, rastreabilidade de operações, elevada segurança na dispensa de medicamentos, retenção das operações realizadas (vendas, encomendas, faturação, etc), otimização da atualização de stocks, automatização da atualização de dicionário e seguranças.

O sistema oferece um local único, onde o utilizador tem acesso a todas as operações necessárias para o atendimento do cliente. Em função dessas operações são geradas as vendas necessárias.

Esta base de dados técnica, permite uma maior segurança na dispensa de medicamentos pois são associados o perfil e o histórico de consumos do doente, sendo possível o despiste de situações potencialmente perigosas (contraindicações, interações, reações adversas e terapia duplicada). Por outro lado, o medicamento dispensado é alvo de identificação do doente a quem se destina, sendo acompanhado de uma folha de informação dirigida a este.

Permite adicionalmente o acompanhamento mais documentado do estado de saúde dos doentes da farmácia, em virtude do registo de informação pessoal do doente e do registo do resultado de vários testes analíticos ao longo do tempo.

Do ponto de vista da gestão da farmácia, através da retenção de todas as operações efetuadas, é possível melhorar e extrair novos indicadores o que confere uma melhor gestão.

O investimento previsto nos próximos anos é o seguinte:

Investimento	Investimento 31.12.2019	Investimento Estimado	Tx. de amortização	Réditos Previstos						
				2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Globalcare	18 719 668	11 869 292	20%	7 522 800	7 220 831	7 119 751	7 280 645	7 642 978	8 394 096	45 181 101
Knowlogis	171 370	96 093	33%	122 068	272 068	347 068	0	0	0	741 204
Medon	490 556	0	33%	150 333	405 333	490 333	0	0	0	1 046 000
Sifarma Angola	165 405	0	20%	367 818	429 243	493 630	542 993	570 143	584 396	2 988 223

A Administração definiu, baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 3 e 5 anos para a maior parte destes produtos.

## 10. Outros Investimentos Financeiros

Entidade	Sede Social	%	31.12.19	31.12.18
SENSING EVOLUTION, LDA	Leiria	33,00%	84.626	84.626
COGIFAR TECH S.L.	Espanha	50,00%	50.000	-
PCTA-PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ALENTEJO, SA	Évora	7%	40.000	40.000
MANTELNOR EGAP	Espanha	5%	3.000	3.000
Eco3 Multimedia, S.A.	Espanha	17%	-	33.318
LISGARANTE- SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	Lisboa	0,04%	-	21.000
Fundo Compensação Trabalho			249.497	191.686
			<b>427.123</b>	<b>373.631</b>

Os Outros Investimentos Financeiros estão mensurados ao custo de aquisição.

## 11. Contas a receber de clientes e outros devedores

	31.12.19	31.12.18
<b>Não corrente</b>		
Clientes	574.575	585.843
Outros devedores	5.518.838	5.818.233
Perdas por imparidade	(129.819)	(129.271)
	<b>5.963.594</b>	<b>6.274.805</b>
<b>Corrente</b>		
Clientes de conta corrente	13.787.022	16.862.046
Clientes de cobrança duvidosa	3.511.701	4.277.867
Perdas por imparidade	(2.921.474)	(3.446.558)
	<b>14.377.248</b>	<b>17.693.354</b>
Pessoal	10.235	18.600
Adiantamento a fornecedores	579.407	0
Impostos	610.163	627.836
Outros devedores	1.757.027	693.431
	<b>2.956.832</b>	<b>1.339.867</b>
	<b>17.334.080</b>	<b>19.033.221</b>

De acordo com informação divulgada no relatório e contas de 2011, encontravam-se em curso naquele exercício dois processos de contencioso, entre a Glintt Business Solutions, Lda., a Restelo Imobiliária SA (RIP) e os Hotéis Alexandre Almeida (HAA).

Em 21 de Dezembro de 2012 a Glintt, a RIP e os HAA, puseram termo ao diferendo entre as partes por meio de acordo nos termos do qual fixaram o valor em dívida e estabeleceram a forma de pagamento. Desse acordo decorre o valor total da rubrica de Outros Devedores (não corrente), o qual não se encontra relevado ao custo amortizado, uma vez que nos termos do acordo, são calculados e debitados juros anuais. Os juros debitados até ao encerramento do presente exercício ascendem a 2.057 mil euros.

A rubrica clientes de conta corrente inclui as faturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 4.792 mil euros, e cujo adiantamento se encontra refletido em empréstimos (ver Nota 20).

A perda por imparidade resulta de análises detalhadas, segundo as quais determinados valores em dívida, poderão não vir a ser recebidos na sua totalidade.

O valor contabilístico desta rubrica acrescida do saldo de 'Acréscimos e diferimentos ativos (ver nota 15) representa a exposição máxima ao risco de crédito.

Movimentos ocorridos na rubrica de "Perdas por imparidade":

	31.12.19	31.12.18
Saldo inicial	3.575.829	3.935.808
Reforço	174.536	394.203
Redução	(657.578)	(729.870)
Regularizações	(41.494)	(24.312)
<b>Saldo final</b>	<b>3.051.293</b>	<b>3.575.829</b>

Os saldos em aberto que não se encontram em imparidade incluem:

	31.12.19	31.12.18
Entidades públicas	3.214.251	5.094.126
Garantia	4.721.164	4.721.164
Planos de pagamento	602.506	680.945
Entidades relacionadas	2.195.385	2.954.734
Letras	0	9.244
	<b>10.733.306</b>	<b>13.460.213</b>

O valor das garantias é constituído maioritariamente por uma garantia bancária relacionada com a dívida não corrente anteriormente referida das empresas RIP e HAA.

## 12. Ativos por Impostos Diferidos

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) é auto liquidado pelas empresas que constituem o Grupo e, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estas podem ser sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas que constituem o Grupo em Portugal sujeitos também a inspeção e eventual ajustamento, podem ser deduzidos a lucros fiscais nos cinco anos seguintes (prejuízos fiscais gerados em 2013, 2017, 2018 e 2019) ou nos 12 anos seguintes para os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2014 a 2016.

O Grupo tem vindo a apresentar candidaturas ao SIFIDE ao longo dos últimos anos, pelo que se encontram constituídos Ativos por Impostos Diferidos dos montantes já certificados e ainda não utilizados, bem como das candidaturas a apresentar referentes ao exercício corrente.

A decomposição do montante registado em Ativos por Impostos Diferidos, bem como os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

	31.12.19 Imposto diferido ativo	31.12.18 Imposto diferido ativo	Ano limite p/ dedução
<b>Prejuízos fiscais dedutíveis</b>			
2013	-	20.732	2018
2014	139.474	241.943	2026
2015	1.131.062	1.419.461	2027
2016	1.238.293	1.295.587	2028
2017	112.708	801.810	2022
2018	1.235.069	1.099.442	2023
2019	100.322	-	2024
	<b>3.956.930</b>	<b>4.878.976</b>	
<b>Gastos Financeiros Líquidos</b>			
2014	-	75.767	2019
2015	-	65.859	2020
2016	22.986	22.986	2021
2017	11.832	11.832	2022
2018	82.306	82.306	2023
2019	83.615	-	2024
	<b>200.739</b>	<b>258.750</b>	
<b>Benefícios fiscais</b>			
SIFIDE 2014	210.594	210.594	2022
SIFIDE 2015	121.774	121.774	2023
SIFIDE 2016	60.940	60.940	2024
SIFIDE 2017	170.872	170.872	2025
SIFIDE 2018	97.303	180.000	2026
SIFIDE 2019	100.000	-	2027
	<b>761.483</b>	<b>744.180</b>	
	<b>4.919.152</b>	<b>5.881.906</b>	

Prejuízos fiscais dedutíveis + GFL		
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	5.137.726	4.486.902
Reforço	326.175	1.181.748
Regularizações	(273.429)	-
Redução	(1.032.803)	(530.924)
<b>Saldo final</b>	<b>4.157.669</b>	<b>5.137.726</b>

Benefícios fiscais		
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	744.180	1.709.291
Reforço	100.000	190.872
Regularizações	(82.697)	-
Redução	-	(1.155.983)
<b>Saldo final</b>	<b>761.483</b>	<b>744.180</b>

O montante registado em Ativos por Impostos Diferidos tem tido por base as previsões do resultado fiscal dos exercícios seguintes e tem sido considerado as reavaliações constantes das expectativas existentes.

A taxa de imposto considerada é a que se encontra em vigor em cada uma das geografias, sendo em Portugal de 21% e em Espanha de 25%.

Até 31 de dezembro de 2017, a Glintt GIT era a empresa dominante do Grupo Glintt no âmbito do RETGS. A partir de 1 de janeiro de 2018 o Grupo Glintt passou a estar incluído no RETGS da Farminveste IPG e os prejuízos fiscais que foram apurados pelo Grupo Glintt até 2017 (inclusive) ficaram disponíveis para reporte numa ótica individual de entidade a entidade e não numa ótica de Grupo.

Decorrente desta situação em 2018, a Glintt GIT enquanto empresa dominante do “antigo” grupo fiscal reverteu os impostos diferidos ativos pertencentes às restantes empresas, deixando apenas reconhecido nas suas contas os prejuízos fiscais gerados na sua esfera individual. Nesta conformidade, as restantes empresas do “antigo” grupo fiscal passaram a reconhecer os seus ativos por impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais apurados numa ótica individual.

Em 2019, e tendo em atenção as estimativas futuras quanto à recuperabilidade deste ativo, foi efetuada por prudência, a reversão do IDA referente aos prejuízos fiscais do exercício de 2017 no montante de 689.101 euros. Adicionalmente, foi também efetuada a reversão do IDA referente aos gastos financeiros líquidos, constituídos nos exercícios de 2014 e 2015.

Em 2018, e decorrente da conclusão dos processos que o Grupo mantinha com a Autoridade Tributária, foram reembolsados valores referentes a CFEI e SIFIDE, num total de 1.155 mil euros.

Na sequência de uma inspeção fiscal ao exercício de 2015, a Administração Tributária efetuou uma correção ao resultado fiscal obtido nesse período, o que originou uma regularização no montante de 135.259 euros na empresa Glintt GIT e 138.101 euros na Glintt BS ao montante de imposto diferido ativo reconhecido.

### 13. Inventários

	31.12.19	31.12.18
Mercadorias	2.177.547	2.273.004
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	133.411	120.630
	<b>2.310.958</b>	<b>2.393.634</b>
Perda por imparidade	(821.871)	(821.871)
	<b>1.489.087</b>	<b>1.571.763</b>

As mercadorias dizem respeito essencialmente a equipamentos e mobiliário para farmácia, outros equipamentos informáticos para farmácia e demais clientes da área de Managed Services, os quais se destinam quer à venda quer à incorporação em contratos de manutenção / prestação de serviços.

Movimentos ocorridos na rubrica de “Perdas por Imparidade”

	31.12.19	31.12.18
Saldo inicial	821.871	659.811
Reforço	-	243.000
Redução	-	(80.940)
<b>Saldo final</b>	<b>821.871</b>	<b>821.871</b>

#### 14. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.19	31.12.18
Caixa	6.195	5.143
Depósitos bancários de curto prazo	2.064.897	1.916.957
Outros Depósitos Bancários	131.796	255.050
	<b>2.202.889</b>	<b>2.177.150</b>

#### 15. Acréscimos e diferimentos ativos

	31.12.19	31.12.18
<b>Acréscimos de rendimentos</b>		
Outros Acréscimos Rendimento	11.236	51.373
Projetos em curso	3.707.619	3.139.998
	<b>3.718.855</b>	<b>3.191.371</b>
<b>Gastos diferidos</b>		
Seguros	111.256	14.119
Publicidade	22.936	21.172
Trabalhos especializados	390.656	515.102
Conservação	31.549	10.251
Outros custos diferidos	366.567	248.546
Projetos em curso	2.763.077	2.659.039
	<b>3.686.041</b>	<b>3.468.230</b>
	<b>7.404.896</b>	<b>6.659.602</b>

Os principais montantes relativos às rubricas de acréscimos de rendimentos e gastos diferidos estão relacionados com a natureza dos contratos celebrados no grupo, os quais se resumem na seguinte tabela:

	Outros Mercados		Saúde		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Obras e Robótica	-	-	258.515	252.115	258.515	252.115
Consultoria e Serviços	954.695	869.856	363.337	868.852	1.318.031	1.738.709
Suporte e Manutenção	818.863	187.643	1.312.210	961.532	2.131.073	1.149.175
<b>Acréscimos de Rendimentos</b>	<b>1.773.558</b>	<b>1.057.499</b>	<b>1.934.061</b>	<b>2.082.499</b>	<b>3.707.619</b>	<b>3.139.998</b>
Obras e Robótica	-	-	461.127	138.380	461.127	138.380
Consultoria e Serviços	1.495.071	1.197.595	183.108	328.363	1.678.179	1.525.958
Suporte e Manutenção	439.263	753.001	184.509	241.700	623.772	994.701
<b>Gastos Diferidos</b>	<b>1.934.334</b>	<b>1.950.596</b>	<b>828.743</b>	<b>708.443</b>	<b>2.763.077</b>	<b>2.659.039</b>

Na linha de oferta da Consultoria, existente em ambos os segmentos – Saúde e Outros Mercados, existem contratos que se materializam durante mais do que um período, e cujos eventos de faturação ou pagamento a terceiros, estão calendarizados em momentos específicos, não sincronizados com estes.

Assim, no segmento da Saúde estas situações ocorrem maioritariamente nos projetos de consultoria e obras para Farmácia e nos projetos de Consultoria e Implementação de Software para o Sector da Saude. Por sua vez no segmento dos Outros Mercados, estas situações são visíveis em projetos relativos a contratos de manutenção e licenciamento, onde o licenciamento é adquirido a terceiros num momento inicial, e o seu gasto vai sendo reconhecido durante o período da licença, em paralelo com o reconhecimento do rédito global associado a uma prestação de serviços única de licenciamento e manutenção, ocorrendo a faturação em momentos distintos durante a vida do contrato, bem como nos projetos de consultoria tecnológica, onde a tipologia dos contratos estabelecidos com clientes, produz impacto essencialmente ao nível da rubrica de acréscimos de rendimentos, com o reconhecimento

do rédito realizado de acordo com a evolução dos serviços apresentados, e os eventos de faturação calendarizados em função da concretização de determinados eventos do projeto.

## 16. Ativos de operações descontinuadas e passivos relacionados

(valores em euros)

Ativos de operações descontinuadas			
	31-12-2019	31-12-2018	Variação
Contas a receber de clientes e outros devedores	12.594	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	53.869	50.656	3.213
	<b>66.463</b>	<b>50.656</b>	<b>3.213</b>
<b>Ativos operações descontinuadas</b>	<b>66.463</b>	<b>50.656</b>	<b>3.213</b>

Passivos de operações descontinuadas			
	31-12-2019	31-12-2018	Variação
<b>Não corrente</b>			
Provisões para outros passivos e encargos	-	-	-
	-	-	-
<b>Corrente</b>			
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	165.275	161.140	4.135
Acréscimos e diferimentos passivos	11.431	-	11.431
	<b>176.707</b>	<b>161.140</b>	<b>15.567</b>
<b>Passivos operações descontinuadas</b>	<b>176.707</b>	<b>161.140</b>	<b>15.567</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados das operações descontinuadas:

	dez/19	dez/18	Variação
Fluxo de atividades operacionais	(733)	(3 646)	2 913
Fluxo de atividades de investimento	-	-	-
Fluxo de atividades de financiamento	-	-	-
Efeito das diferenças de câmbio	(4 788)	(32 069)	27 281
Variação de caixa e seus equivalentes	(5 521)	(35 715)	30.194
Caixa e seus equivalentes - início do exercício	68 076	86.371	(18 295)
Caixa e seus equivalentes - fim do exercício	62 555	50 656	11 899

## 17. Capital social

	Número de Ações	Capital social	Prémio de emissão	Ações próprias	Total
Em 31 de dezembro de 2018	86.962.868	86.962.868	10.255.221	0	97.218.089
Em 31 de dezembro de 2019	86.962.868	86.962.868	10.255.221	0	97.218.089

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é representado por 86.962.868 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, detido pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	% do capital	% dos direitos de voto
Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda	66.443.564	76,40	76,40
José Ribeiro Gomes	2.600.000	2,99	2,99
Restantes acionistas	17.919.304	20,61	20,61

## 18. Reservas e resultados acumulados

	Reserva legal	Outras reservas	Reservas Conversão Cambial	Resultados retidos	Interesses que não controlam	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>1.982.768</b>	<b>26.928.605</b>	<b>(1.664.301)</b>	<b>(50.590.976)</b>	<b>322.801</b>	<b>(23.021.104)</b>
Aplicação resultado exercício anterior	114.249	297.968	-	(412.217)	-	-
Out.ganhos/perdas reconhecidos diret. capital próprio	-	(120)	(700.897)	313.184	(159.111)	(546.944)
Impacto IFRS 9 (nota 2.2)	-	-	-	(204.835)	-	(204.835)
Resultado líquido do ano	-	-	-	560.390	163.639	724.029
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.097.017</b>	<b>27.226.453</b>	<b>(2.365.198)</b>	<b>(50.334.453)</b>	<b>327.329</b>	<b>(23.048.854)</b>
<b>Em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>2.097.017</b>	<b>27.226.453</b>	<b>(2.365.198)</b>	<b>(50.334.453)</b>	<b>327.329</b>	<b>(23.048.854)</b>
Aplicação resultado exercício anterior	85.991	224.221	-	(310.212)	-	-
Out.ganhos/perdas reconhecidos diret. capital próprio	-	-	(375.305)	12.658	(163.640)	(526.287)
Impacto IFRS 9 (nota 2.2)	-	-	-	(181.980)	-	(181.980)
Resultado líquido do ano	-	-	-	1.220.541	213.457	1.433.997
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.183.008</b>	<b>27.450.674</b>	<b>(2.740.504)</b>	<b>(49.593.446)</b>	<b>377.146</b>	<b>(22.323.121)</b>

De acordo com a legislação em vigor, as empresas sediadas em Portugal são obrigadas a transferir para a rubrica de Reserva legal um mínimo de 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, no entanto, ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada no capital social.

As outras reservas respeitam a reservas livres constituídas através das transferências de resultados líquidos de exercícios anteriores.

Na rúbrica Reservas de Conversão Cambial, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional da conversão das demonstrações financeiras das filiais expressas em moeda estrangeira, decorrente de alteração do câmbio respetivo.

## 19. Contas a pagar a fornecedores e outros credores

	31.12.19	31.12.18
<b>Não corrente</b>		
Outros credores	-	236.029
	-	<b>236.029</b>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores	11.680.572	11.208.907
Estado e outros entes públicos	4.275.704	4.716.033
Adiantamento de Clientes	43.150	-
Colaboradores	57.025	65.170
Outros credores	9.339.847	8.018.839
<b>Total de contas a pagar a fornecedores e outros credores</b>	<b>25.396.297</b>	<b>24.008.951</b>

O montante referente à rubrica de Estado e outros entes públicos respeita essencialmente a IVA a pagar (1.590.924 euros), a retenções de IRS e TSU (1.957.954 euros) e a IRC (676.442 euros).

Não existem dívidas em mora ao estado (Autoridade Tributária e Segurança Social) em 31 de dezembro de 2019.

## 20. Empréstimos

	31.12.19	31.12.18
<b>Não corrente</b>		
Dívidas a instituições de crédito	24.840.438	30.836.093
Credores por locação financeira	25.068	40.525
Suprimentos	-	1.015.616
Responsabilidade Locação Operacional	2.658.674	-
	<b>27.524.180</b>	<b>31.892.233</b>
<b>Corrente</b>		
Dívidas a instituições de crédito	11.917.684	6.688.637
Credores por locação financeira	63.052	30.879
Responsabilidade Locação Operacional	1.876.883	-
Adiantamento de factoring	2.125.566	2.634.278
	<b>15.983.186</b>	<b>9.353.794</b>

Os valores constantes da rubrica “dívidas a instituições financeiras” são essencialmente referentes a linhas de crédito autorizadas que não se encontram totalmente utilizadas e empréstimos de MLP.

O montante em dívida para com as instituições financeiras teve o movimento que se segue:

	31.12.19	31.12.18
Saldo Inicial	37.524.730	39.154.306
Reforços	123.794.276	92.711.879
Amortizações	(124.560.884)	(94.341.455)
<b>Saldo Final</b>	<b>36.758.122</b>	<b>37.524.730</b>

As variações ocorridas em 2019 decorrem fundamentalmente de utilizações e amortizações das contas correntes caucionadas.

A média das taxas de juro efetivas à data do balanço eram as seguintes:

	31.12.19	31.12.18
Dívidas a instituições de crédito	3,17%	3,65%
Credores por locação financeira	2,50%	2,50%
Factoring	2,04%	2,01%

## 21. Acréscimos e diferimentos passivos

	31.12.19	31.12.18
<b>Não corrente</b>		
<b>Rendimentos diferidos</b>		
Outros rendimentos diferidos (subsídios ao investimento)	277.178	585.113
	<b>277.178</b>	<b>585.113</b>
<b>Corrente</b>		
<b>Acréscimo de gastos</b>		
Gastos com pessoal	5.527.219	5.421.611
Projetos em curso	3.363.026	3.336.818
Trabalhos especializados	613.117	651.820
Rendas	455.546	501.986
Juros bancários	108.874	186.078
Comunicações	16.125	11.651
Seguros a liquidar	61.536	177.923
Outros	57.505	15.900
	<b>10.202.947</b>	<b>10.303.787</b>
<b>Rendimentos diferidos</b>		
Projetos em curso	7.169.437	6.751.372
Outros rendimentos diferidos	527.915	242.512
	<b>7.697.352</b>	<b>6.993.884</b>
	<b>17.900.299</b>	<b>17.297.671</b>

A rubrica de Gastos com pessoal refere-se aos montantes a liquidar referentes a férias, subsídios de férias e bónus (conforme Nota 2.19).

Os Rendimentos diferidos derivam essencialmente da tipologia de contratos, onde há lugar a faturação e pagamento antecipado, com referência à data da realização dos trabalhos que ocorre em momento posterior. São exemplos, os contratos de prestação de serviços de consultoria, comumente faturados em determinada percentagem do seu valor global aquando da adjudicação, bem como na área de Managed Services, onde há lugar à faturação antecipada de alguns contratos de manutenção anual.

Por sua vez, os acréscimos de gastos, surgem sobretudo na área dos Managed Services dado que grande parte dos gastos a incorrer resultam de trabalhos efetuados por entidades externas (contratos de manutenção back-to-back), os quais são faturados e pagos à posteriori.

Na seguinte tabela resumem-se os montantes por tipologia de projeto e segmento operacional:

	Outros Mercados		Saúde		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Obras e Robótica	-	-	1.181.754	1.340.587	1.181.754	1.340.587
Consultoria e Serviços	2.965.868	2.491.259	114.873	356.060	3.080.741	2.847.319
Suporte e Manutenção	435.390	986.232	2.471.552	1.577.235	2.906.942	2.563.467
<b>Rendimentos Diferidos</b>	<b>3.401.259</b>	<b>3.477.490</b>	<b>3.768.179</b>	<b>3.273.882</b>	<b>7.169.437</b>	<b>6.751.372</b>
Obras e Robótica	-	-	1.362.676	688.194	1.362.676	688.194
Consultoria e Serviços	1.039.093	1.286.388	681.521	745.215	1.720.615	2.031.602
Suporte e Manutenção	83.523	130.943	196.212	486.079	279.735	617.023
<b>Acréscimos de Gastos</b>	<b>1.122.616</b>	<b>1.417.331</b>	<b>2.240.409</b>	<b>1.919.488</b>	<b>3.363.026</b>	<b>3.336.819</b>

## 22. Provisões para outros passivos e encargos

	Saldo 31 Dezembro 2018	Utilização	Reforço	Reversão	Saldo 31 Dezembro 2019
<b>Reestruturação</b>					
Filial Solservice [a]	666.319	-	-	(666.319)	-
Filial Glintt Polska [a]	317.306	-	-	(317.306)	-
Pulso [b]	-	-	270.000	-	270.000
	<b>983.625</b>	<b>-</b>	<b>270.000</b>	<b>(983.625)</b>	<b>270.000</b>
<b>Outros Riscos e Encargos</b>					
Filial Glintt Angola	1.476.419	-	-	(776.419)	700.000
Garantia claus. 11.nº1 contrato venda HCCM [a]	131.438	-	-	(131.438)	-
	<b>1.607.857</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(907.857)</b>	<b>700.000</b>
	<b>2.591.481</b>	<b>-</b>	<b>270.000</b>	<b>(1.891.482)</b>	<b>970.000</b>

[a] A contrapartida destes movimentos de provisões na demonstração de resultados encontra-se refletida na rubrica de perdas com operação descontinuada, de acordo com a IAS1/IFRS 5 (Nota 35)

[b] A contrapartida do movimento de provisão na demonstração de resultados encontra-se refletida na rubrica de gastos com pessoal, sendo referente a provisão para indemnizações na empresa Pulso.

## 23. Passivos por Impostos Diferidos

No que respeita a Passivos por Impostos Diferidos, os movimentos ocorridos no exercício foram os seguintes:

31.12.2019	Saldo Inicial	Reclass.	Efeitos em resultados	Efeitos capitais próprios	Saldo final
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Ativos Tangíveis	27.771	-	(8.448)	-	19.323
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Reconh. Rédito	8.458	-	(132)	-	8.326
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Software	53.571	-	(53.571)	-	0
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Consoft	7.100.740	-	(66.544)	-	7.034.196
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Qwerty	320.441	-	(6.567)	-	313.874
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Alpes	175.905	-	(8.716)	-	167.189
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Monsegur	-	-	252.145	-	252.145
	<b>7.686.886</b>	<b>-</b>	<b>108.167</b>	<b>-</b>	<b>7.795.053</b>

31.12.2018	Saldo Inicial	Reclass.	Efeitos em resultados	Efeitos capitais próprios	Saldo final
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Ativos Tangíveis	6.554	-	21.217	-	27.771
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Reconh. Rédito	12.175	-	(3.717)	-	8.458
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Software	107.142	-	(53.571)	-	53.571
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Carteira de Clientes	7.140.943	-	(40.203)	-	7.100.740
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Qwerty	331.385	-	(10.944)	-	320.441
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Alpes	-	-	175.905	-	175.905
	<b>7.598.199</b>	<b>-</b>	<b>88.687</b>	<b>-</b>	<b>7.686.886</b>

## 24. Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados

	31.12.19	31.12.18
<b>Venda de bens</b>		
Mercado interno	20.131.660	19.586.911
Mercado comunitário	4.879.709	3.067.433
Mercado extracomunitário	27.413	41.358
	<b>25.038.781</b>	<b>22.695.702</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Mercado interno	52.204.302	46.469.882
Mercado comunitário	14.510.323	16.083.231
Mercado extracomunitário	529.769	989.198
	<b>67.244.394</b>	<b>63.542.311</b>
<b>Total vendas e prestação de serviços</b>	<b>92.283.176</b>	<b>86.238.013</b>

## 25. Custo das Vendas

	31.12.19	31.12.18
Saldo Inicial	1.571.763	1.620.097
Variações de Perímetro	152.166	60.236
Compras	16.012.486	15.547.434
Transferência Intangível (Portal de Compras)	652.848	-
Regularizações	-	(162.060)
Movimentos de Acréscimos	977.163	918.956
Saldo final	1.489.087	1.571.763
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>17.877.340</b>	<b>16.412.900</b>

Em 2019 foi transferido de Ativo Intangível em curso para inventários o software Portal de Compras para ser posteriormente comercializado.

## 26. Subcontratos

	31.12.19	31.12.18
Serviços profissionais	9.708.826	8.203.277
Serviços de suporte e manutenção	2.385.555	2.555.492
Outros subcontratos	4.869.468	4.922.581
	<b>16.963.848</b>	<b>15.681.350</b>

## 27. Fornecimentos e serviços externos

	31.12.19	31.12.18
Rendas e alugueres	1.807.374	3.503.592
Transportes, desloc. e representação	1.601.309	1.677.319
Trabalhos especializados	4.628.226	3.681.484
Electricidade, água, combustíveis	1.204.417	1.163.544
Comunicação	418.301	389.961
Conservação e reparação	633.433	581.894
Publicidade e propaganda	831.081	1.346.236
Comissões e honorários	94.339	148.295
Outros fornecimentos e serviços	730.410	783.401
	<b>11.948.891</b>	<b>13.275.727</b>

A rubrica de Rendamentos e alugueres inclui o registo das locações operacionais no valor de 1 840 239 euros em 2018. Em 2019, de acordo com a aplicação da IFRS 16, as locações operacionais foram reconhecidas nos ativos tangíveis enquanto ativo por direito de uso, sendo o seu gasto anual reconhecido na rubrica de Amortizações e de Juros.

Os compromissos assumidos com locações operacionais e respetivos prazos de maturidade encontram-se reportados na Nota 3.2.

## 28. Gastos com o pessoal

	31.12.19	31.12.18
Remunerações dos órgãos sociais	741.746	1.338.586
Remunerações dos colaboradores	29.707.646	28.770.292
Encargos sobre remunerações	6.544.522	6.520.735
Outros gastos com o pessoal	1.127.920	1.209.167
Custos de reestruturação	658.448	296.475
	<b>38.780.281</b>	<b>38.135.254</b>

O Grupo tinha ao seu serviço, a 31 de dezembro de 2019, 1 049 colaboradores. Em 31 de dezembro de 2018 o número de colaboradores era de 1 062.

## 29. Outros ganhos e perdas - líquidas

	31.12.19	31.12.18
Impostos	416.855	(24.928)
Trabalhos para a própria empresa	3.067.003	3.225.750
Rendimentos suplementares	1.015.774	1.040.222
Subsídios à exploração	234.316	482.278
Resultados na venda de ativos fixos	8.626	12.723
Out. ganhos/perdas líquidos	560.043	178.715
	<b>5.302.617</b>	<b>4.914.759</b>

A rubrica de Trabalhos para a própria empresa originou o reconhecimento de ativos intangíveis, conforme detalhado na nota 9 (Intangíveis desenvolvidos internamente).

## 30. Depreciações e amortizações

	31.12.19	31.12.18
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	38.973	33.109
Equipamento básico	148.484	143.602
Equipamento de transporte	25.314	17.333
Equipamento administrativo	111.769	133.726
Outras imobilizações corpóreas	6.008	5.276
Edifícios e outras construções - Direito Uso	617.075	-
Equipamento transporte - Direito Uso	1.521.802	-
	<b>2.469.425</b>	<b>333.046</b>
<b>Ativos intangíveis</b>		
Propriedade industrial e outros direitos	86.700	85.322
Intangíveis desenvolvidos internamente	4.557.474	3.582.765
Programas de computador	43.550	123.841
Intangíveis concentração atividades(vida útil finita)	214.286	214.286
	<b>4.902.010</b>	<b>4.006.213</b>
	<b>7.371.435</b>	<b>4.339.259</b>

### 31. Perdas por Imparidade

	31.12.19	31.12.18
Intangíveis adquiridos concentração actividades (vida útil indefinida)	327.304	204.589
Clientes e outros devedores	(483.043)	(335.667)
Dívidas Incobráveis	272.779	64.299
Inventários	-	162.060
Instrumentos financeiros	1.042	1.068
	<b>118.082</b>	<b>96.350</b>

### 32. Resultados financeiros

	31.12.19	31.12.18
Juros obtidos	1.385	3.015
Diferenças de câmbio favorável	131.570	132.885
Outros ganhos financeiros	127	165
Juros suportados	(1.755.154)	(1.770.359)
Diferenças de câmbio desfavorável	(93.966)	(171.801)
Outras perdas financeiras	(639.449)	(693.272)
	<b>(2.355.487)</b>	<b>(2.499.365)</b>

Os juros decorrentes dos passivos de locação (IFRS 16) totalizam os 175.037 euros.

### 33. Ganhos empresa grupo

	31.12.19	31.12.18
Aquisição Alpes Informática, SL	-	237.837
	-	<b>237.837</b>

### 34. Impostos sobre resultados

O Grupo apresenta um resultado contabilístico antes de impostos no montante de 2.947 mil euros, tendo sido apurado um valor de imposto de 2.590 mil euros.

O montante de imposto contabilizado em 2019 tem a seguinte decomposição:

Decomposição imposto do exercício	31.12.19	31.12.18
Imposto a pagar	1.715.865	1.733.300
Impostos Diferidos Ativos	1.863.104	(886.084)
Impostos Diferidos Passivos	108.167	71.188
Crédito de imposto	(1.096.820)	-
	<b>2.590.316</b>	<b>918.404</b>

A taxa média efetiva de imposto difere da taxa nominal, nomeadamente devido a:

	31.12.19	31.12.18
Resultado antes de impostos	2.946.847	1.387.406
Taxa nominal de imposto	<b>21,00%</b>	<b>21,00%</b>
Imposto esperado	618.838	291.355
Diferença taxa imposto	259.989	204.980
Diferenças permanentes (a)	96.864	291.985
Diferenças temporárias	1.328.397	(76.540)
Impacto operações descontinuadas com efeito fiscal	19.707	115.729
Ajustamentos à colecta:		
- Derrama sobre Lucro Tributável	75.619	51.522
- Tributações autónomas	208.205	230.245
- Benefícios fiscais	(17.303)	(190.872)
- IRC exercícios anteriores	-	-
	<b>2.590.316</b>	<b>918.404</b>
Taxa efectiva de imposto	<b>87,90%</b>	<b>66,20%</b>
O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:		
Imposto corrente	1.715.865	1.733.300
Imposto diferido	874.451	(814.896)
IRC ex. anteriores	-	-
	<b>2.590.316</b>	<b>918.404</b>
(a) Este valor respeita essencialmente a :		
Amortizações, provisões e imparidades	323.804	439.657
Correcções relativas a exercícios anteriores	111.704	38.470
Insuficiência/Excesso de estimativa para impostos	(444.654)	(30.983)
Multas, coimas, juros compensatórios	4.915	8.605
Outros	465.490	934.658
	<b>461.259</b>	<b>1.390.407</b>
<b>Impacto fiscal</b>	<b>96.864</b>	<b>291.985</b>

O montante crédito imposto corresponde à recuperação do imposto sobre prejuízo fiscal no consolidado fiscal da Farminveste IPG.

A linha da diferença de taxa de imposto deve-se à existência de filiais noutros países, nomeadamente em Espanha, Angola e Brasil, onde a taxa de imposto é superior – entre 25% e 30%.

### 35. Perdas com operações descontinuadas

	dez/19	dez/18	Varição
Vendas	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-
<b>Total das Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das vendas	-	-	-
Subcontratos	-	-	-
<b>Margem Bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Fornecimentos e serviços externos	(54.516)	(10.436)	(44.080)
Gastos com pessoal	-	-	-
Outros ganhos e perdas - líquidas	(4.744)	15.331	(20.075)
<b>Resultado operacional bruto</b>	<b>(59.260)</b>	<b>4.896</b>	<b>(64.156)</b>
Depreciações e amortizações	-	-	-
Provisões (nota 22)	1.115.062	250.133	864.929
Perdas por imparidade	-	-	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.055.803</b>	<b>255.029</b>	<b>800.773</b>
Resultados financeiros	21.663	-	21.664
Ganhos/Perdas em alienação participações	-	-	-
<b>Resultados antes de impostos das operações descontinuadas</b>	<b>1.077.466</b>	<b>255.028</b>	<b>822.438</b>
Imposto sobre lucros	-	-	-
<b>Resultados depois de impostos das operações descontinuadas</b>	<b>1.077.466</b>	<b>255.028</b>	<b>822.438</b>

### 36. Resultados por ação

#### Básico

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias.

	31.12.19	31.12.18
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ordinários	1.220.541	560.390
Nº médio ponderado de ações ordinárias	86.962.868	86.962.868
Resultado por ação - básico - euros	0,014	0,006

#### Diluído

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

### 37. Compromissos

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são discriminados como segue:

	31.12.19	31.12.18
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	211.847	20.584
Hewlett - Packard International Bank plc	179.441	669.746
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	129.230	129.230
Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.	26.117	13.059
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	25.000	25.000
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde E.P.E.	20.923	20.923
Agência para a Modernização Administrativa IP	17.500	-
CEIOTAN   Ministério das Forças Armadas	17.434	17.434
Metropolitano de Lisboa E.P.E.	16.836	16.836
Estado Maior General das Forças Armadas	16.426	-
Estado Português - Ministério da Defesa Nacional EMGFA	15.253	-
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	12.384	12.384
Assembleia da República	11.750	11.750
Ministério da Defesa Nacional - Exército Português	11.569	-
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	10.426	-
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	8.000	8.000
HCCM Outsourcing Investment SA	-	262.875
Estado Maior General das Forças Armadas	-	15.253
Outras garantias	45.021	28.904
<b>Total garantias prestadas</b>	<b>775.158</b>	<b>1.251.978</b>

- Em dezembro de 2012, a empresa contraiu um empréstimo de 19,5 milhões de euros junto do Novo Banco (Antigo BES). Este foi concedido com a finalidade de amortizar totalmente os restantes empréstimos que a empresa detinha com o Novo Banco e o restante para apoio ao investimento. Por garantia deste financiamento, foram dadas de penhor as ações da Consoft, empresa espanhola adquirida em 2011 pela Glintt. O empréstimo em questão encontra-se liquidado mediante formalização, a 17 de Março de 2017 de novo empréstimo de MLP junto da mesma instituição, tendo sido liberto o penhor sobre as ações da Consoft a partir daquela data.
- Durante o exercício de 2015, com a venda das áreas não core à sociedade HCCM constitui-se uma garantia bancária no valor de 1.051.000 euros, a qual foi reduzida em 2016, e nos termos do contrato, para 788.625 euros, em 2017 para 525.750 euros e em 2018 para 262.875 euros, a qual teve término durante o ano de 2019, conforme se atualiza na tabela acima.

### 38. Eventos após a data de balanço

Como é do conhecimento generalizado, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia.

O atual contexto impõe a adoção de medidas preventivas e de contingência, indispensáveis para ultrapassar os tempos difíceis e de incerteza que todos enfrentamos. A Glintt tem vindo a implementar um plano de medidas e boas práticas, em linha com as recomendações oficiais e da OMS, em salvaguarda da saúde e bem-estar de todos os seus colaboradores e famílias. Este plano passa, nomeadamente, pela mobilidade dos seus colaboradores, sem interrupção ou quebras de qualidade dos serviços prestados. A Glintt tem um planeamento rigoroso, que garante a continuidade das suas operações, maximizando o recurso ao teletrabalho e preservando a capacidade de intervenção das equipas operacionais para situações críticas que continuam disponíveis 24h por dia, 7 dias por semana. A

situação continua a ser objeto de permanente acompanhamento pela Administração, que implementará as medidas que se afigurem necessárias em função da alteração das circunstâncias.

No início de 2020, a evolução da pandemia de COVID-19 e o decretar do estado de emergência pelo Governo, que levou ao encerramento de diversos setores da economia, tem aumentado o clima de incerteza na economia nacional e europeia sobre as perspetivas futuras. No entanto, a esta data, as perspetivas futuras a curto prazo que foram refletidas no orçamento do Grupo para 2020 encontram-se inalteradas na medida em que não se verifica qualquer disrupção no fornecimento de bens e serviços aos clientes do Grupo, não se antevendo problemas ao nível do desempenho operacional e financeiro, uma vez que ao contrário de outros setores, os setores da saúde e das novas tecnologias, que representam parte significativa dos clientes do Grupo, continuam a laborar com as devidas medidas de proteção. Também nestas circunstâncias, as perspetivas futuras de médio e longo prazo que o Grupo incorporou nos testes de imparidade efetuados permanecem inalteradas, não se antecipando quaisquer indícios de imparidade nos principais ativos do Grupo.

Embora os efeitos decorrentes deste evento se apresentem à data incertos, consideramos que não existem situações que possam afetar a situação de liquidez e que os níveis de capital serão suficientes para prosseguir as atividades do Grupo, não existindo assim, uma incerteza significativa relativa ao pressuposto da continuidade.

### 39. Partes relacionadas

#### Transações relevantes com entidades relacionadas

As transações e saldos entre a Glintt, S.A. e as empresas do Grupo, que são partes relacionadas, foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo objeto de divulgação na presente nota.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 foram efetuadas transações com outras partes relacionadas, que envolveram as seguintes entidades e montantes:

Ent. Relacionada	2019					
	Vendas	Prestação de Serviços	CMVMC	FSE	Juros	Outros Ganhos/Perdas
Farminveste 3, SGPS	-	-	-	-	(39.754)	-
ANF	6.278	384.115	-	-	-	62.484
Farminveste - IPG, SA	741.712	4.289.433	-	(760.281)	-	52.865
Farminveste 4- Serviços,S.A.	428.153	1.380.543	-	(3.089.319)	-	15.727
Grupo hmR	20.686	556.096	-	(17.117)	-	313.640
Imofarma	10.079	-	-	(864.144)	-	-
Finanfarma-Soc.Factoring, S.A.	601	157.064	-	(148.596)	-	7.219
Grupo Alliance	46.939	1.335.540	-	-	-	35.133
Infosaude	5.224	487.343	-	(60.725)	-	28.738
Associação Dignitude	375	125.921	-	-	-	(4.800)
Plataforma Saude	145	354	-	-	-	-
Globalvet	7.861	-	-	-	-	618
Go Far Insurance	7.130	216	-	-	-	2.265
Cuidafarma	3.538	-	-	-	-	-
Farbiowell	4.100	-	-	-	-	1.029
Aponatura	18.945	-	-	-	-	-
Farmacoope	-	31.232	-	(350)	-	-
Sensing Evolution, Lda.	-	14.628	-	-	-	-
Monaf	-	-	-	-	(159.688)	-
JMS - Prestação Serviços de Saúde, ACE	-	1.062.327	(1.667)	-	-	4.610
Farmácias	-	593.472	-	-	-	-
	<b>1.301.766</b>	<b>10.418.285</b>	<b>(1.667)</b>	<b>(4.940.532)</b>	<b>(199.442)</b>	<b>519.529</b>

2018						
Ent. Relacionada	Vendas	Prestação de Serviços	CMVMC	FSE	Juros	Outros Ganhos / Perdas
Farminveste 3, SGPS	-	-	-	-	(41.982)	-
ANF	18.237	220.080	-	-	-	13.540
Farminveste - IPG, SA	1.067.116	4.719.175	-	(831.286)	-	18.992
Farminveste 4- Serviços,S.A.	20.941	2.982.377	-	(3.012.355)	-	9.037
Grupo hmR	660	613.798	-	(36.320)	-	111.865
Imofarma	39.989	-	-	(857.370)	-	-
Finanfarma-Soc.Factoring, S.A.	11.365	147.522	-	(143.606)	-	(9.046)
Grupo Alliance	67.734	1.844.209	-	(64)	-	-
Infosaude	12.925	260.150	-	(68.098)	-	2.590
Associação Dignitude	-	79.800	-	(3.000)	-	-
Globalvet	94.287	-	-	-	-	-
Go Far Insurance	75.310	5.760	-	-	-	-
Cuidafarma	12.731	-	-	-	-	-
Farbiowell	18.908	-	-	-	-	-
Aponatura	5.776	-	-	-	-	-
Sensing Evolution, Lda.	-	10.817	-	-	-	-
Monaf	-	-	-	(171)	-	-
Farmácias	-	519.710	-	-	-	-
	<b>1.445.979</b>	<b>11.403.398</b>	<b>0</b>	<b>(4.952.270)</b>	<b>(41.982)</b>	<b>146.978</b>

Os saldos a 31 de dezembro 2019 e 2018 eram os seguintes:

2019				
Ent. Relacionada	Outras Contas a Receber	Outras Contas a Pagar	Acréscimos & Diferimentos Passivos	Empréstimos
Farminveste 3, SGPS	8.856	-	-	-
ANF	150.039	-	-	-
Farminveste - IPG, SA	1.268.820	974.981	140.469	-
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.140.338	530.851	533.600	-
Grupo hmR	70.878	5.263	-	-
Imofarma	-	-	435.221	-
Finanfarma-Soc.Factoring, S.A.	17.416	398.394	-	-
Grupo Alliance	339.415	-	-	-
Infosaude	147.887	7.220	-	-
Associação Dignitude	461	-	-	-
Plataforma Saude	928	-	-	-
Globalvet	3.203	-	-	-
Go Far Insurance	2.786	-	-	-
Aponatura	2.689	-	-	-
Servestec	2.435	-	-	-
Farmacoope	-	236	-	-
Sensing Evolution, Lda.	66.540	-	-	-
Monaf	-	-	-	4.500.000
JMS - Prestação Serviços de Saúde, ACE	268.682	-	-	-
Farmácias	370.874	-	-	-
	<b>3.862.246</b>	<b>1.916.945</b>	<b>1.109.290</b>	<b>4.500.000</b>

2018					
Ent. Relacionada	Outras Contas a Receber	Acréscimos & Diferimentos Ativos	Outras Contas a Pagar	Acréscimos & Diferimentos Passivos	Empréstimos
Farminveste 3, SGPS	-	-	-	-	1.057.598
ANF	60.730	-	388	14.750	-
Farminveste - IPG, SA	807.856	335.154	385.910	37.578	-
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.031.871	321.198	528.805	1.051.595	-
Grupo hmR	59.364	-	11.543	-	-
Imofarma	9.316	-	-	413.780	-
Finanfarma-Soc.Factoring, S.A.	15.040	194.735	-	40.496	-
Grupo Alliance	508.694	179.590	-	373.104	-
Infosaude	154.523	-	10.090	-	-
Associação Dignitude	36.654	96.457	-	-	-
Globalvet	4.207	-	-	-	-
Cuidafarma	15.659	-	-	-	-
Farbiowell	2.617	-	-	-	-
Aponatura	7.105	-	-	-	-
Sensing Evolution, Lda.	103.163	-	-	-	-
Monaf	-	-	-	-	4.500.000
Farmácias	181.627	-	-	-	-
	<b>2.998.426</b>	<b>1.127.134</b>	<b>936.736</b>	<b>1.931.302</b>	<b>5.557.598</b>

#### Remunerações de Administradores e Diretores

A política de remunerações da Glintt encontra-se divulgada no Relatório sobre o Governo da Sociedade, capítulo II.29 e seguintes.

No exercício de 2019, as remunerações pagas a Administradores e Diretores foram as seguintes:

	Rem. Fixas		Rem. Variáveis		Indemnizações	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Glintt GIT</b>						
Administradores executivos	716.125	1.001.969	254.357	278.450	-	69.283
Administradores não executivos	56.000	58.167	-	-	-	-
Diretores	410.764	522.867	41.069	69.270	-	-
<b>Total</b>	<b>1.182.889</b>	<b>1.583.003</b>	<b>295.426</b>	<b>347.720</b>	<b>-</b>	<b>69.283</b>
<b>Grupo / Subsidiárias</b>						
Orgão executivo	93.410	603.793	6.193	241.818	-	2.838
Diretores	65.024	843.495	9.019	180.995	-	-
<b>Total</b>	<b>158.434</b>	<b>1.447.288</b>	<b>15.212</b>	<b>422.813</b>	<b>-</b>	<b>2.838</b>

#### 40. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que as empresas do grupo não apresentam dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação das empresas do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, o Grupo não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2019.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os honorários totais suportados nos exercícios de 2019 e 2018 com o Revisor Oficial de Contas relativamente à Revisão legal das contas consolidadas ascenderam a 12.800€ em ambos os períodos.

## 4.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### 1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euros)

ATIVO		31-12-2019	31-12-2018
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	1.809.139	224.859
Goodwill	7	35.249.175	35.249.175
Ativos intangíveis	8	16.072	1.499.914
Participações financeiras em subsidiárias	9	68.623.017	71.559.953
Outros investimentos financeiros	10	162.087	142.907
Ativos por impostos diferidos	11	3.470.120	4.129.438
Contas a receber de clientes e outros devedores	13	693.879	2.464.531
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>110.023.489</b>	<b>115.270.777</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	12	243.680	214.910
Outras contas a receber	13	7.138.509	6.221.521
Acréscimos e diferimentos ativos	15	8.431.540	7.082.218
Caixa e depósitos bancários	14	192.621	299.625
Ativos operações descontinuadas	16	30.000	988.996
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>16.036.350</b>	<b>14.807.270</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>126.059.839</b>	<b>130.078.047</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital social	17	86.962.868	86.962.868
Prémios de emissão	17	10.255.221	10.255.221
Outras reservas	18	2.667.524	2.667.524
Resultados transitados	18	(39.520.562)	(34.885.467)
Resultado retidos no período	18	(363.809)	(4.557.547)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>60.001.242</b>	<b>60.442.599</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	30	700.000	2.591.481
Outras contas a pagar	19	4.500.000	4.500.000
Empréstimos	20	18.800.515	22.629.891
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>24.000.515</b>	<b>29.721.372</b>
<b>Corrente</b>			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	24.590.177	29.219.151
Empréstimos	20	9.966.506	3.892.781
Acréscimos e diferimentos passivos	21	7.312.961	6.802.144
Passivos operações descontinuadas	16	188.438	-
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>42.058.082</b>	<b>39.914.076</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>66.058.597</b>	<b>69.635.448</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>126.059.839</b>	<b>130.078.047</b>

## 2. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS

(valores em euros)

		31-12-2019	31-12-2018
Vendas	22	3.963.118	4.557.576
Prestação serviços	22	16.190.076	15.836.725
<b>Total das Vendas e Prestação de serviços</b>		<b>20.153.194</b>	<b>20.394.301</b>
Custo das Vendas	23	(4.003.087)	(4.140.158)
Sucontratos	24	(5.650.514)	(5.015.588)
<b>Margem bruta</b>		<b>10.499.593</b>	<b>11.238.555</b>
Fornecimentos e serviços externos	25	(4.821.623)	(4.861.210)
Custos com pessoal	26	(11.841.612)	(12.888.618)
Outros ganhos e perdas líquidas	27	3.699.629	3.003.293
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>(2.464.013)</b>	<b>(3.507.980)</b>
Depreciações e amortizações	28	(2.009.872)	(1.515.305)
Imparidades	29	(3.634.087)	8.580
Provisões (aumentos / reduções)	30	776.419	437.000
<b>Resultado operacional</b>		<b>(7.331.553)</b>	<b>(4.577.705)</b>
Resultados Financeiros	31	7.407.396	359.831
<b>Resultados antes de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas</b>		<b>75.843</b>	<b>(4.217.874)</b>
Imposto sobre resultados	32	97.960	8.442
<b>Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas</b>		<b>173.803</b>	<b>(4.209.432)</b>
Ganhos/Perdas com Operações Descontinuadas	33	(537.611)	(348.115)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(363.809)</b>	<b>(4.557.547)</b>
<b>Resultado por ação (eur)</b>			
<b>Resultados básicos</b>	<b>34</b>	<b>(0,004)</b>	<b>(0,052)</b>
<b>Resultados diluídos</b>	<b>34</b>	<b>(0,004)</b>	<b>(0,052)</b>

## 3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL

(valores em euros)

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Operações continuadas</b>		
<b>Resultado operações continuadas</b>	<b>173.803</b>	<b>(4.209.432)</b>
Gasto reconhecido diretamente no capital próprio	(77.548)	-
<b>Rendimento Integral do período operações continuadas</b>	<b>96.255</b>	<b>(4.209.432)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>		
<b>Resultado Operações descontinuadas</b>	<b>(537.611)</b>	<b>(348.115)</b>
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	-	-
<b>Rendimento Integral do período operações descontinuadas</b>	<b>(537.611)</b>	<b>(348.115)</b>
<b>Rendimento Integral total do período</b>	<b>(441.356)</b>	<b>(4.557.547)</b>
<b>Atribuível aos accionistas</b>	<b>(441.356)</b>	<b>(4.557.547)</b>

## 4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(valores em euros)

	Capital social	Prémios de emissão de ações	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Retidos	Total Capital Próprio
<b>Saldo a 1 janeiro de 2018</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(34.766.579)</b>	<b>65.119.034</b>
Resultado líquido do ano	-	-	-	-	(4.557.547)	(4.557.547)
Impacto da aplicação IFRS 9 (nota 2.9)	-	-	-	-	(118.888)	(118.888)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(39.443.014)</b>	<b>60.442.599</b>
<b>Saldo a 1 janeiro de 2019</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(39.443.014)</b>	<b>60.442.599</b>
Resultado líquido do ano	-	-	-	-	(363.809)	(363.809)
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-	-	-	(77.548)	(77.548)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(39.884.371)</b>	<b>60.001.242</b>

## 5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	19.739.168	25.018.334
Pagamentos a fornecedores	(15.692.767)	(15.061.697)
Pagamentos ao pessoal	(11.202.209)	(11.598.680)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>(7.155.808)</b>	<b>(1.642.043)</b>
Pagamentos/recebimentos imposto s/ rendimento	262.676	(10.797)
Outros pag./recebimentos relat. Operacionais	(1.688.826)	(752.850)
	<b>(1.426.150)</b>	<b>(763.647)</b>
<b>Fluxos de atividades operacionais [1]</b>	<b>(8.581.958)</b>	<b>(2.405.691)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	5.000	16.535
Dividendos	2.500.000	2.000.000
<b>SubTotal- recebimentos</b>	<b>2.505.000</b>	<b>2.016.535</b>
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	(519.491)	(77.655)
Ativos fixos tangíveis	(4.947)	(58.513)
Ativos intangíveis	-	(363.605)
<b>SubTotal- pagamentos</b>	<b>(524.438)</b>	<b>(499.773)</b>
<b>Fluxos de atividades investimento [2]</b>	<b>1.980.562</b>	<b>1.516.762</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	42.291.820	30.578.000
Empresas do Grupo	40.490.733	14.886.200
Juros e rendimentos similares	17	-
<b>SubTotal- recebimentos</b>	<b>82.782.570</b>	<b>45.464.200</b>
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	(41.519.117)	(27.587.082)
Empresas do Grupo	(32.856.624)	(16.043.880)
Juros e custos similares	(983.573)	(1.216.421)
Amortização contratos locação financeira	(16.640)	-
Amortização passivos de locação (IFRS 16)	(843.438)	-
Juros passivos de locação	(68.785)	-
<b>SubTotal- pagamentos</b>	<b>(76.288.178)</b>	<b>(44.847.383)</b>
<b>Fluxos de atividades financiamento [3]</b>	<b>6.494.392</b>	<b>616.817</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>(107.005)</b>	<b>(272.112)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>299.625</b>	<b>571.737</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>192.621</b>	<b>299.625</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Ano de 2019

(valores em euros)

### 1. Informação Geral

A Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A. (doravante Glintt GIT), foi constituída em dezembro de 1995 com o objetivo de definir, rever, e controlar a missão e as linhas de orientação estratégica do Grupo, tendo sido até Abril de 2012 uma sociedade gestora de participações sociais (SGPS). A partir daquela data a Glintt GIT deixou de ter a natureza de sociedade gestora de participações sociais e passou a desenvolver diretamente a atividade de consultoria em Tecnologias de Informação, em especial nos sectores da Banca, Seguros, Administração Pública e Utilities.

A empresa tem a sua sede na Quinta da Beloura – Beloura Office Park, Edifício 10, em Sintra, e encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o n.º único de contribuinte 503 541 320.

A sociedade encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde Junho de 1999, e está presente em três continentes, Europa, América do Sul e África.

A Glintt GIT é a empresa-mãe do sub-grupo Glintt e prepara demonstrações financeiras consolidadas. Na sequência da oferta pública de aquisição de ações lançada pela Farminveste 3, SGPS, Lda, em 15 de setembro de 2015, esta entidade passou a deter em 31 de dezembro de 2015 cerca de 73% das ações representativas do capital social da Glintt (esta participação passou em 2016 para 76,4045%), razão pela qual as Demonstrações Financeiras da Glintt GIT foram em 2015 consolidadas pela primeira vez na esfera da ANF, com sede em Rua Marechal Saldanha, n.º 1, 1249-069 Lisboa.

### 2. Sumário das políticas contabilísticas mais significativas

#### 2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras referem-se à empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados ao valor de aquisição, tal como explicado na Nota 2.2. A empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária.

Em 2009, a Glintt GIT passou a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com IAS/IFRS, tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Glintt GIT foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as Interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pela anterior Standing Interpretations Committee (SIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar de estas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

## 2.2. Investimentos financeiros

Os investimentos nas empresas subsidiárias nas quais se detém o controlo, em empresas associadas, nas quais existe influência significativa e os outros investimentos são registados pelo valor do custo, reduzido das perdas de imparidade acumuladas.

As participações financeiras em empresas encontram-se detalhadas na Nota 9.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados como ganhos financeiros.

## 2.3. Conversão cambial

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

Câmbio final do mês	31-12-2019	31-12-2018
EUR/BRL	4,51300	4,44300
EUR/AOA	546,35300	355,00600
USD/AOA	487,09800	310,15800
EUR/PLN	4,25647	4,30200
EUR/USD	1,12165	1,14000
EUR/GBP	0,85073	0,89900

## 2.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos por equipamento administrativo e básico. Os ativos fixos tangíveis são relevados ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

- Equipamento administrativo: 3 a 10 anos
- Equipamento básico: 3 anos

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

## 2.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis pela entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como ativos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um ativo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método da linha reta, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

As amortizações são calculadas após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos).

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pela Entidade, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efetuado.

Os gastos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão-de-obra direta bem como os gastos diretamente associados aos mesmos e, os gastos incorridos com subcontratações de entidades externas.

## 2.6. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição.

O *goodwill* é apurado na data de aquisição numa base provisória e os justos valores dos ativos e passivos adquiridos e do custo de aquisição podem ser alterados até ao fim do exercício seguinte à data da aquisição.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *goodwill* referente à mesma.

## 2.7. Inventários

Os inventários, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registados ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atual.

Os gastos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as atividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adotado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

## 2.8. Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do ativo, menos os custos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados pelo menor grupo identificável de ativos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas de imparidade do goodwill). Esta análise é efetuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como outros ganhos e perdas operacionais. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.9. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas para imparidade (se aplicável).

As perdas por imparidade das contas a receber são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9, registando-se as “perdas esperadas” até à maturidade. As perdas esperadas são determinadas tendo por base a experiência de perdas reais históricas ao longo de um período estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

Caso o risco de crédito de uma conta a receber não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, é reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

## 2.10. Acréscimos ativos e passivos

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Acréscimos ativos” e “Acréscimos passivos”.

## 2.11. Diferimentos ativos e passivos

Estas rubricas refletem as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

## 2.12. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos”.

## 2.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Quando a empresa adquire ações próprias, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

## 2.14. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.15. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efetiva de imposto estimado.

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## 2.16. Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

## 2.17. Contas a pagar a fornecedores e outros credores

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor e, subsequentemente são mensuradas ao custo.

## 2.18. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) a entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

## 2.19. Reconhecimento do rédito

Os rendimentos decorrentes da venda de bens ou prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os princípios introduzidos pela IFRS 15.

O rédito deve refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, pelo montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo que contempla 5 fases, nomeadamente:

- identificação de um contrato com um cliente;
- identificação das obrigações de performance;
- determinação de um preço de transação;
- alocação do preço de transação; e
- reconhecimento do rédito.

O rédito compreende o justo valor dos serviços prestados, líquido de impostos e descontos.

## 2.20. Férias, Subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da de-

monstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

### 2.21. Ativos e Passivos contingentes

“Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.”

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### 2.22. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

### 2.23. Direitos de uso e responsabilidades por locações

A Entidade reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento/aluguer. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa.

Após a data de início da locação, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. A responsabilidade da locação é remensurada aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Quando a remensuração do passivo da locação é reconhecida, o valor do direito de uso é também ajustado.

#### Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, os contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

#### Amortização

O direito de uso do ativo é amortizado através do método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

A Entidade apresenta os direitos de uso de ativos (Nota 6) e as responsabilidades por locações (Nota 20) em rubricas devidamente segregadas nas notas da demonstração da posição financeira.

#### 2.24. Ativos não correntes detidos para venda (Operações descontinuadas)

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através da sua venda, ao invés de o ser do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

- A venda é altamente provável;
- O ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições;
- A gestão está comprometida com um plano de venda;
- É expectável que a venda se concretize num prazo de doze meses.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Entidade. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Em 31 de dezembro de 2019 a Glintt classificou como operações descontinuadas as empresas Glintt Polska, Solservice, Glintt Ireland e Glintt UK.

Ativos não correntes classificados como detidos para venda ou operações descontinuadas são mensurados ao menor custo entre o valor contabilístico ou respetivo justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda.

#### 2.25. Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

##### 2.25.1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

##### IFRS 16 - Locações

A IFRS 16 apresenta um novo modelo de contabilização das locações para o locatário, onde este reconhece um ativo por direito de uso representando o direito de utilizar o ativo implícito na locação e um passivo correspondente à sua obrigação de efetuar os pagamentos (rendas) da locação. A norma permite exceções no reconhecimento para os contratos de curta duração e locações de reduzido valor. A contabilidade do locador mantém-se idêntica ao normativo atual, sendo que o locador mantém a classificação da locação enquanto operacional ou financeira.

A IFRS 16 substitui as seguintes normas e interpretações:

- a) IAS 17 Locações;
- b) IFRIC 4 Determinar se um Acordo Contém uma Locação;
- c) SIC-15 Locações Operacionais — Incentivos; e
- d) SIC-27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

##### Locações nas quais a Entidade é locatário

A Entidade reconheceu novos ativos e passivos para os seus contratos de locação operacional, nomeadamente edifícios e transportes. A natureza dos gastos relacionados com esses contratos irá alterar uma vez que a Entidade irá reconhecer depreciações / amortizações do direito de uso bem como gastos com juros do passivo de locação.

Anteriormente, a Entidade reconhecia a locação operacional numa base constante durante o período do contrato de locação, reconhecendo ativos e passivos apenas nos momentos em que existia diferenças temporais entre a data do reconhecimento da despesa e o efetivo pagamento da mesma.

Adicionalmente, a Entidade deixará de reconhecer provisões para os contratos de locação operacional que considerar como onerosos, sendo que os pagamentos devidos serão incluídos no passivo de locação reconhecido pela Entidade. Não são esperados impactos significativos nos contratos de locação financeira da Entidade.

#### Locações nas quais a Entidade é locador

A Entidade não identificou impactos significativos decorrentes dos contratos de locação e sublocação em que a Entidade é locador ao abrigo da IFRS 16.

#### Transição

A Entidade aplicou a IFRS 16 com início a 1 de janeiro de 2019 através da abordagem retrospectiva modificada, sendo o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma reconhecido à data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2019), sem reexpressão da informação comparativa.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de locação são apresentados nos fluxos de caixa das atividades de financiamento, representando os pagamentos dos passivos financeiros e os juros devidos. Os pagamentos de locação relacionados com ativos de baixo valor, contratos de locação com prazos inferiores a 12 meses e pagamentos variáveis de locação que não estão vinculados a um índice, não estão incluídos no passivo de locação e continuam a ser apresentados como fluxo de caixa das atividades operacionais.

A taxa de desconto que foi usada na transição foi a taxa de juro incremental da Entidade de 3,5%.

A política contabilística encontra-se descrita na Nota 2.23.

#### Alterações à IFRS 9 - Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa

Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo justo valor através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Entidade/Grupo.

#### Adoção da IFRIC 23 - Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento

Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Entidade/Grupo.

#### Alterações à IAS 28 - Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Entidade/Grupo.

#### Alterações à IAS 19 - Alteração, redução ou liquidação de plano de benefícios definidos

Esta alteração exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para a re-mensuração do custo do serviço corrente e do custo líquido de juros para o período remanescente após a modificação do plano. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Entidade/Grupo.

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a quatro normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais
- IFRS 11 Acordos conjuntos
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- IAS 23 Custos de empréstimos obtidos

Estas melhorias não terão impacto nas demonstrações financeiras da Entidade/Grupo.

2.25.2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

Alterações às referências para a Estrutura Concetual das IFRS revista

Em março de 2018 o IASB procedeu à revisão da Estrutura Concetual das IFRS. Para as entidades que usam a Estrutura Concetual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma IFRS se aplica a uma determinada transação particular, a Estrutura Concetual revista é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Entidade/Grupo.

Alterações à IAS 1 e à IAS 8: Definição de Material

Estas alterações à IAS 1 e à IAS 8 vêm atualizar a definição de “material”, de forma a facilitar os julgamentos efetuados pelas entidades sobre a materialidade. A definição de “material”, um importante conceito contabilístico nas IFRS, ajuda as entidades a decidir sobre se a informação deverá ser ou não incluída nas demonstrações financeiras. As alterações clarificam a definição de “material” e a forma como a mesma deverá ser utilizada através da inclusão na definição de orientações que até ao momento não faziam parte das IFRS. Adicionalmente, as explicações que acompanham essa definição foram aperfeiçoadas. Por último, as alterações efetuadas asseguram que a definição de “material” é consistente ao longo de todas as IFRS. As alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Entidade/Grupo.

### 3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas

No ano de 2019 não existiu movimentos que justifiquem a reexpressão e reclassificação de quantias comprativas, deste modo não existe alterações aos comparativos apresentados nas demonstrações financeiras.

Com referência a 1 de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contabilística IFRS 16 (Locações Financeiras), a qual foi adotada pela Entidade na elaboração destas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota 2.25.1 deste relatório.

### 4. Gestão do risco financeiro

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

#### 4.1. Risco de crédito

As principais fontes de risco de crédito são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes.

A nível de bancos e instituições financeiras, a empresa seleciona as contrapartes com quem faz negócio atendendo à credibilidade das entidades.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos a receber de clientes representavam a seguinte estrutura de antiguidade:

	Total saldo clientes	Saldo sem imparidade	Saldo em imparidade	Saldo imparidade	Saldo líquido clientes
Valores Não Vencidos	3.852.001	3.852.001	-	-	3.852.001
De 1 a 180 dias	795.824	795.824	-	-	795.824
de 181 a 360 dias	84.215	82.960	1.255	(1.020)	83.195
de 361 a 720 dias	30.442	30.024	418	(340)	30.102
a mais de 720 dias	437.113	(494)	437.606	(412.237)	24.876
Imparidade coletiva	-	-	-	(104.006)	(104.006)
	<b>5.199.595</b>	<b>4.760.315</b>	<b>439.279</b>	<b>(517.603)</b>	<b>4.681.992</b>

Os valores evidenciados no quadro anterior correspondem aos valores em aberto face às respetivas datas de vencimento.

#### 4.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende manter a flexibilidade da dívida fluante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A liquidez dos passivos financeiros remunerados originará os seguintes fluxos monetários:

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Dívidas a instituições de crédito	9.200.980	17.913.436
ALD	765.526	887.080
	<b>9.966.506</b>	<b>18.800.516</b>

#### 4.3. Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

A exposição da empresa ao risco da taxa de juro, advém de aplicações em instituições financeiras e empréstimos obtidos. As aplicações em instituições financeiras assumem a natureza de curto prazo, pelo que os riscos de fluxos de caixa decorrentes de alterações na taxa de juro não assumem um carácter relevante.

Os empréstimos obtidos estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, facto que expõe a entidade a riscos de cash-flow.

A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade a variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

Baseadas nas simulações efetuadas a 31 de dezembro de 2019, uma subida ou descida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto negativo ou positivo nos resultados antes de impostos, mantendo tudo o resto constante, de cerca de 142 mil euros.

### 5. Estimativas contabilísticas e pressupostos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas

no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

O Grupo revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com as decisões estratégicas do órgão de gestão.

#### b) Imparidade do goodwill

A Entidade testa o goodwill, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 2.6. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação à evolução futura da respetiva participada.

Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macroeconómico. As variações destes pressupostos poderão ter impactos ao nível dos resultados e no consequente registo de imparidades.

#### c) Imparidade em contas a receber

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 2.9. Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido (imparidade coletiva) são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

#### d) Provisões

O desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados e jurídicos da Entidade. Os advogados e jurídicos da Entidade possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permitem fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de provisões poderá ter um efeito significativo no montante da provisão registada.

#### e) Mensuração e reconhecimento de impostos diferidos

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável positiva futura. Estes são determinados com base na interpretação da legislação fiscal em vigor. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no montante dos impostos diferidos reconhecidos.

Por último, a recuperação dos ativos por impostos diferidos depende ainda do desempenho das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, circunstância que a Entidade não controla por inteiro. De modo a atenuar o grau de incerteza associado a estas estimativas, em particular no tocante à interpretação da legislação fiscal aplicável, a Entidade recorre aos serviços de consultores fiscais externos especializados.

#### f) Vidas úteis dos direitos de uso e taxas de desconto dos passivos locação

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da gestão.

## 6. Ativos fixos tangíveis

	31-12-2019			31-12-2018		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios e outras construções	118.532	(14.398)	104.134	118.532	(11.811)	106.721
Equip. Básico	661.251	(640.220)	21.031	661.251	(624.106)	37.145
Equip. administrativo	922.290	(865.137)	57.153	912.761	(831.768)	80.993
Edifícios e outras construções - IFRS16	1.318.859	(439.620)	879.239			
Equip. de transporte - IFRS16	1.172.034	(424.453)	747.581			
	<b>4.192.966</b>	<b>(2.383.828)</b>	<b>1.809.139</b>	<b>1.692.544</b>	<b>(1.467.685)</b>	<b>224.859</b>

	Saldo em 01-01-2019	Aumentos	Cedência ativos	Abates/ Alienações	Saldo em 31-12-2019
<b>Custo</b>					
Edifícios e outras construções	118.532	-	-	-	118.532
Equip. Básico	661.251	-	-	-	661.251
Equip. administrativo	912.761	9.529	-	-	922.290
Edifícios e outras construções - IFRS16	-	1.318.859	-	-	1.318.859
Equip. de transporte - IFRS16	-	1.172.034	-	-	1.172.034
	<b>1.692.544</b>	<b>2.500.422</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.192.966</b>

	Saldo em 01-01-2019	Aumentos	Cedência ativos	Abates/ Alienações	Saldo em 31-12-2019
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	11.811	2.587	-	-	14.398
Equip. Básico	624.106	16.114	-	-	640.220
Equip. administrativo	831.768	33.908	-	(540)	865.136
Edifícios e outras construções - IFRS16	-	439.620	-	-	439.620
Equip. de transporte - IFRS16	-	424.453	-	-	424.453
	<b>1.467.685</b>	<b>916.681</b>	<b>-</b>	<b>(540)</b>	<b>2.383.826</b>

	Saldo em 01-01-2018	Aumentos	Cedência ativos	Abates/ Alienações	Transferências	Saldo em 31-12-2018
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	118.532	-	-	-	-	118.532
Equip. Básico	615.344	45.907	-	-	-	661.251
Equip. administrativo	900.858	12.606	-	(703)	-	912.761
	<b>1.634.734</b>	<b>58.513</b>	<b>-</b>	<b>(703)</b>	<b>-</b>	<b>1.692.544</b>

	Saldo em 01-01-2018	Aumentos	Cedência ativos	Abates/ Alienações	Transferências	Saldo em 31-12-2018
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	9.224	2.587	-	-	-	11.811
Equip. Básico	613.522	10.584	-	-	-	624.106
Equip. administrativo	776.319	56.152	-	(703)	-	831.768
	<b>1.399.065</b>	<b>69.323</b>	<b>-</b>	<b>(703)</b>	<b>-</b>	<b>1.467.685</b>

## 7. Goodwill

O valor de *Goodwill* existente à data de 31 de dezembro de 2019 ascende a 35.249.175 euros líquidos e diz respeito a:

Empresas	31-12-2019	31-12-2018
Bytecode	6.310.267	6.310.267
EHC	1.472.460	1.472.460
Eurociber	18.098.386	18.098.386
WEN	9.368.062	9.368.062
	<b>35.249.175</b>	<b>35.249.175</b>

## 8. Ativos intangíveis

	31-12-2019			31-12-2018		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Intang. desenv. Internam.	4.055.050	(4.055.050)	-	3.623.987	(3.040.282)	583.705
Programas de computador	235.267	(219.195)	16.072	235.267	(140.773)	94.494
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	(260.000)	-	260.000	(260.000)	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	821.715	-	821.715
	<b>4.550.317</b>	<b>(4.534.245)</b>	<b>16.072</b>	<b>4.940.969</b>	<b>(3.441.055)</b>	<b>1.499.914</b>

Ativos intangíveis	Saldo em 01-01-2019	Aumentos	Transferência Inventários	Transferência	Saldo em 31-12-2019
<b>Custo</b>					
Intang. desenv. Internam.	3.623.987	-	-	431.063	4.055.050
Programas de computador	235.267	-	-	-	235.267
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
Ativos intangíveis em curso	821.715	262.196	(652.848)	(431.063)	-
	<b>4.940.969</b>	<b>262.196</b>	<b>(652.848)</b>	<b>-</b>	<b>4.550.317</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Intang. desenv. Internam.	3.040.282	1.014.768	-	-	4.055.050
Programas de computador	140.773	78.422	-	-	219.195
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
	<b>3.441.055</b>	<b>1.093.190</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.534.245</b>

O Portal de Compras, que se encontrava a ser desenvolvido internamente, no montante de 652.848 euros, foi transferido para Inventários e alienado no final de 2019.

No exercício de 2019, foram registadas amortizações extraordinárias relativamente aos projetos MAC, OCM e Cross Vision, no montante de 820 mil euros. Analisada a recuperabilidade destes investimentos, constatou-se que os mesmos poderiam não trazer os benefícios até então estimados, pelo que por prudência, a Administração decidiu proceder ao desreconhecimento destes ativos.

Os aumentos de intangíveis em curso incluem 140 mil euros de trabalhos para a própria empresa, conforme divulgado na nota 27.

Ativos intangíveis	Saldo em 01-01-2018	Aumentos	Cedência ativos	Abates/ Alienações	Saldo em 31-12-2018
<b>Custo</b>					
Intang. desenv. Internam.	3.623.987	-	-	-	3.623.987
Programas de computador	235.267	-	-	-	235.267
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
Ativos intangíveis em curso	83.532	738.183	-	-	821.715
	<b>4.202.786</b>	<b>738.183</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.940.969</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Intang. desenv. Internam.	1.672.722	1.367.560	-	-	3.040.282
Programas de computador	62.351	78.422	-	-	140.773
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
	<b>1.995.073</b>	<b>1.445.982</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.441.055</b>

## 9. Investimentos em Associadas e Subsidiárias

A Glintt GIT, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais optou por contabilizar os seus investimentos em subsidiárias ao custo, reduzido das perdas de imparidade acumuladas.

Empresas	2019		
	Custo	País da Sede	% Capitais detidos
Glintt BS	43.242.630	Portugal	100%
SolS	3.602.800	Portugal	100%
Consoft	20.000.000	Espanha	100%
Glintt España	326.422	Espanha	100%
Glintt Inov	851.299	Portugal	100%
Glintt Brasil	415.239	Brasil	99%
Sensing Evolution, Lda	84.626	Portugal	25%
Glintt Açores	50.000	Portugal	100%
Cogifar Tech S.L.	50.000	Espanha	50%
	<b>68.623.017</b>		

Empresas	2018		
	Custo	País da Sede	% Capitais detidos
Glintt BS	43.242.630	Portugal	100%
SolS	3.602.800	Portugal	100%
Consoft	20.000.000	Espanha	100%
Glintt España	600.000	Espanha	100%
Glintt Inov	3.306.190	Portugal	100%
Glintt Brasil	415.239	Brasil	99%
Glintt Ireland	30.000	Irlanda	100%
Glintt UK	228.468	Reino Unido	100%
Sensing Evolution, Lda	84.626	Portugal	33%
Glintt Açores	50.000	Portugal	100%
	<b>71.559.953</b>		

Os valores das participações englobam nomeadamente o valor do goodwill apurado aquando da aquisição, por diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos da subsidiária na data de aquisição. Os testes de imparidade são detalhados na nota 9 do grupo 4.1.

A Glintt GIT detém 100% do capital da Glintt Polska, UK e Ireland. Conforme decisão da gestão para a descontinuidade da atividade na Polónia, UK e Ireland, de acordo com a IFRS 5 o valor da participação financeira foi reclassificado para a rubrica de Ativos/Passivos operações descontinuadas.

Participações Financeiras	2019				
	Saldo Inicial	Adições/ Anulações	Transferência para ativos/ passivos/ operações descontinuados	Perdas por imparidade reconhecidas	Saldo Final
Glantt BS	43.242.630	-	-	-	43.242.630
SolS	3.602.800	-	-	-	3.602.800
Consoft	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Glantt Espanha	600.000	450.000	-	(723.578)	326.422
Glantt Inov	3.306.190	-	-	(2.454.891)	851.299
Glantt Brasil	415.239	-	-	-	415.239
Glantt Ireland	30.000	-	(30.000)	-	-
Glantt UK	228.468	-	(228.468)	-	-
Sensing Evolution, Lda	84.626	-	-	-	84.626
Glantt Açores	50.000	-	-	-	50.000
Cogifar Tech S.L.	-	50.000	-	-	50.000
	<b>71.559.953</b>	<b>500.000</b>	<b>(258.468)</b>	<b>(3.178.469)</b>	<b>68.623.017</b>

As adições do ano são referentes ao aumento de capital na Glantt Espanha, bem como à constituição da Cogifar Tech, empresa sediada em Espanha.

No exercício de 2019, e verificando-se que o valor contabilístico das participações nas sociedades Glantt INOV e Glantt Espanha era superior à respetiva quota parte nos seus Capitais Próprios, foi constituída imparidade para estes Investimentos Financeiros.

Participações Financeiras	2018				
	Saldo Inicial	Adições / Anulações	Transferência para ativos disponíveis para venda	Perdas por imparidade reconhecidas	Saldo Final
Glantt BS	43.242.630	-	-	-	43.242.630
SolS	3.751.957	381.484	-	(530.641)	3.602.800
Consoft	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Glantt Espanha	600.000	-	-	-	600.000
Glantt Inov	2.506.190	800.000	-	-	3.306.190
Glantt Brasil	415.239	-	-	-	415.239
Glantt Ireland	30.000	-	-	-	30.000
Glantt UK	228.468	-	-	-	228.468
Sensing Evolution, Lda	84.626	-	-	-	84.626
Glantt Açores	-	50.000	-	-	50.000
	<b>70.859.109</b>	<b>1.231.484</b>	<b>-</b>	<b>(530.641)</b>	<b>71.559.953</b>

## 10. Outros Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Outros investimentos financeiros” era composta por uma participação de 6,96%, no valor de 40.000 euros, na Sociedade Parque Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A., e por 122.087 euros que respeitam a um fundo de compensação do trabalho, criado em 2013.

Entidade	Sede Social	%	31-12-2019	31-12-2018
Parque Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	Évora	6,96%	40.000	40.000
LISGARANTE- SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	Lisboa	0,01%	0	5.000
OUTRAS- Fundo Compensação do Trabalho			122.087	97.907
			<b>162.087</b>	<b>142.907</b>

## 11. Ativos por impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2019 está registado o montante de 3.470.120 euros, o qual apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2019	31-12-2018	
	Imposto diferido ativo	Imposto diferido ativo	Ano limite p/ dedução
<b>Prejuízos fiscais dedutíveis</b>			
2014	52.747	52.747	2026
2015	961.079	1.096.407	2027
2016	1.105.362	1.105.362	2028
2017	0	581.232	2022
2018	1.150.195	1.034.941	2023
	<b>3.269.382</b>	<b>3.870.689</b>	
<b>Gastos financeiros líquidos</b>			
2014	0	75.767	2019
2015	0	65.859	2020
2016	22.986	22.986	2021
2017	11.831	11.831	2022
2018	82.306	82.306	2023
2019	83.615	0	2024
	<b>200.738</b>	<b>258.749</b>	
	<b>3.470.120</b>	<b>4.129.438</b>	

Até 31 de dezembro de 2017, a Glintt GIT era a empresa dominante do Grupo Glintt no âmbito do RETGS. A partir de 1 de janeiro de 2018 o Grupo Glintt passou a estar incluído no RETGS da Farminveste IPG e os prejuízos fiscais que foram apurados pelo Grupo Glintt até 2017 (inclusive) ficaram disponíveis para reporte numa ótica individual de entidade a entidade e não numa ótica de Grupo. Decorrente desta situação em 2018, a Glintt GIT enquanto empresa dominante do “antigo” grupo fiscal reverteu os impostos diferidos ativos pertencentes às restantes empresa, deixando apenas reconhecido nas suas contas os prejuízos fiscais gerados na sua esfera individual. Nesta conformidade, as restantes empresas do “antigo” grupo fiscal passaram a reconhecer os seus ativos por impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais apurados numa ótica individual.

Em 2019, e tendo em atenção as estimativas futuras quanto à recuperabilidade deste ativo, foi efetuada por prudência, a reversão do IDA referente aos prejuízos fiscais do exercício de 2017 no montante de 581.232€. Adicionalmente, foi também efetuada a reversão do IDA referente aos gastos financeiros líquidos, constituídos nos exercícios de 2014 e 2015.

## 12. Inventários

	31-12-2019	31-12-2018
Mercadorias	432.250	403.480
Imparidades Inventários	(188.571)	(188.570)
	<b>243.680</b>	<b>214.910</b>

A variação de stock verificada entre 2018 e 2019 refere-se à aquisição de equipamentos e licenças de software, cuja expedição irá ocorrer no 1º trimestre de 2020, e encontra-se detalhada na nota 23.

## 13. Contas a receber de clientes e outros devedores

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Não correntes:</b>		
Empresas do grupo	1.151.412	2.464.531
Perdas por imparidade	(457.532)	-
	<b>693.879</b>	<b>2.464.531</b>
<b>Correntes:</b>		
Clientes de conta corrente	3.655.907	4.449.553
Clientes de conta corrente - Partes Relacionadas	1.543.688	1.514.423
Perdas por imparidade	(517.604)	(557.381)
	<b>4.681.992</b>	<b>5.406.595</b>
Partes Relacionadas	1.938.853	434.839
Impostos	358.128	365.347
Pessoal	-	593
Outros devedores	30.387	14.146
Fornecedores (Devedores)	129.152	-
	<b>2.456.519</b>	<b>814.925</b>
	<b>7.138.509</b>	<b>6.221.521</b>

A rubrica clientes de conta corrente inclui as faturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 260.035 euros, e cujo adiantamento se encontra refletido em empréstimos (ver Nota 20).

### Movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade

	31-12-2019	31-12-2018
Saldo Inicial	557.381	506.884
Reforço	458.892	37.974
Redução	(36.096)	(96.525)
Imparidade coletiva	(5.041)	109.048
<b>Saldo Final</b>	<b>975.136</b>	<b>557.381</b>

A imparidade coletiva registada em 31.12.2019 e 31.12.2018 é de 104.007 e 109.048 euros, respetivamente.

## 14. Caixa e equivalentes de caixa

	31-12-2019	31-12-2018
Depósitos bancários de curto prazo	192.621	299.625
	<b>192.621</b>	<b>299.625</b>

## 15. Acréscimos e diferimentos ativos

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Acréscimos de rendimentos</b>		
Projetos em curso	1.188.445	889.732
Faturas a emitir- Partes relacionadas	4.734.494	3.298.743
Outros	-	51.750
	<b>5.922.939</b>	<b>4.240.223</b>
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Projetos em curso	1.932.450	1.383.298
Projetos em curso - Partes relacionadas	-	883.779
Serviços especializados	320.326	390.946
Seguros	27.865	4.722
Outros	227.958	179.249
	<b>2.508.600</b>	<b>2.841.995</b>
	<b>8.431.540</b>	<b>7.082.218</b>

## 16. Ativos/Passivos Operações Descontinuadas

	Saldo inicial	Aumento	Reclassificação	Imparidade	Saldo Final
<b>Ativos operações descontinuadas</b>					
<b>Participações financeiras</b>					
Glintt Polska	23.093	-	-	(23.093)	-
Glintt Ireland	-	-	30.000	-	30.000
Glintt UK	-	-	228.468	(228.468)	-
	<b>23.093</b>	<b>-</b>	<b>258.468</b>	<b>(251.561)</b>	<b>30.000</b>
<b>Contas a receber</b>					
Glintt Polska	282.442	-	-	(282.442)	-
Glintt Ireland	-	-	237.930	(237.930)	-
Glintt UK	-	-	38.843	(38.843)	-
Solservice	683.461	-	-	(683.461)	-
	<b>965.903</b>	<b>-</b>	<b>276.773</b>	<b>(1.242.676)</b>	<b>-</b>
	<b>988.996</b>	<b>-</b>	<b>535.241</b>	<b>(1.494.237)</b>	<b>30.000</b>
<b>Passivos operações descontinuadas</b>					
<b>Contas a pagar</b>					
Glintt Ireland	-	-	30.000	-	30.000
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.000</b>	<b>-</b>	<b>30.000</b>
<b>Provisões</b>					
Glintt Polska	-	151.020	-	-	151.020
Solservice	-	7.418	-	-	7.418
	<b>-</b>	<b>158.438</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158.438</b>
	<b>-</b>	<b>158.438</b>	<b>30.000</b>	<b>-</b>	<b>188.438</b>

## 17. Capital social

A estrutura do capital social não sofreu alterações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 86.962.868 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Nº de ações	Capital Social	Prémio de emissão	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>86.962.868</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>97.218.089</b>
Aumento capital em especie	-	-	-	-
Redução de capital para cobrir prejuizos	-	-	-	-
Alienações de ações próprias	-	-	-	-
Renominalização do nº de ações	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>86.962.868</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>97.218.089</b>

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2019 encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo as participações qualificadas comunicadas as seguintes:

<b>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS</b>	<b>Nº DE AÇÕES</b>	<b>% CAPITAL</b>	<b>% DIREITOS DE VOTO</b>
Diretamente	0	0	0
Através da Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda	66 443 564	76,4045%	76,4045%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, Presidente do Conselho Fiscal da Farminveste - SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional das Farmácias	1 000	0,0011%	0,0011%
<b>TOTAL IMPUTÁVEL</b>	<b>66 444 564</b>	<b>76,4056%</b>	<b>76,4056%</b>
<b>JOSÉ RIBEIRO GOMES</b>			
Diretamente	2 600 000	2,98%	2,98%
<b>TOTAL IMPUTÁVEL</b>	<b>2 600 000</b>	<b>2,98%</b>	<b>2,98%</b>
	<b>69 044 564</b>	<b>79,3856%</b>	<b>79,3856%</b>

## 18. Reservas e resultados acumulados

	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados retidos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(39.443.014)</b>	<b>(36.775.490)</b>
Reservas de fusão	-	-	-	-
Correções relativas a anos anteriores	-	-	(77.548)	(77.548)
Resultado retido no exercício	-	-	(363.809)	(363.809)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(39.884.371)</b>	<b>(37.216.847)</b>

No exercício de 2019 foi registado na conta de Resultados retidos o montante de 77.548 euros referente a uma regularização de seguros relacionada com exercícios anteriores.

## 19. Contas a pagar a fornecedores e outros credores

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Não correntes</b>		
Partes relacionadas - Outras contas a pagar	4.500.000	4.500.000
	<b>4.500.000</b>	<b>4.500.000</b>
<b>Correntes</b>		
Partes relacionadas - Outras contas a pagar	17.012.933	19.623.894
Fornecedores	3.364.748	3.749.882
Fornecedores - Partes relacionadas	754.662	1.209.856
Estado e outros entes públicos	1.207.945	1.020.488
Pessoal	14.146	33.129
Outros credores	2.235.742	3.581.902
	<b>24.590.177</b>	<b>29.219.151</b>
	<b>29.090.177</b>	<b>33.719.151</b>

## 20. Empréstimos

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Não corrente</b>		
Dívidas a instituições de crédito	17.917.241	21.573.750
Suprimentos	-	1.015.616
Credores por locação financeira	23.463	40.525
Credores por direitos de uso	859.810	-
	<b>18.800.515</b>	<b>22.629.891</b>
<b>Corrente</b>		
Dívidas a instituições de crédito	8.896.414	3.369.851
Adiantamento de factoring	260.235	506.290
Credores por locação financeira	17.061	16.640
Credores por direitos de uso	792.796	-
	<b>9.966.506</b>	<b>3.892.781</b>
	<b>28.767.021</b>	<b>26.522.672</b>

O montante em dívida para com os bancos teve o movimento que se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Saldo inicial	26.522.672	21.851.579
Reforços	48.032.250	32.258.174
Amortizações	(45.787.900)	(27.587.082)
<b>Saldo final</b>	<b>28.767.021</b>	<b>26.522.672</b>

A média das taxas de juro efetivas à data do balanço eram as seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Dívidas a instituições de crédito	3,25%	3,25%
Adiantamento de Factoring	2,00%	2,00%

Tendo como objetivo a obtenção de liquidez a curto prazo, foi contratado em julho de 2019 um Programa de Emissão de Papel Comercial do Banco Invest, no montante de 5 Milhões de euros, com taxa de juro de 2,5%. Este programa teve a sua primeira emissão em Setembro de 2019 pelo prazo de 61 dias, tendo sido nessa data renovado.

## 21. Acréscimos e diferimentos passivos

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Remunerações a liquidar	2.216.200	2.223.983
Serviços especializados	347.403	318.074
Projetos em curso	512.594	293.553
Juros bancários	87.262	154.225
Faturas a receber- Partes Relacionadas	683.521	235.163
Outros	118.051	182.008
	<b>3.965.031</b>	<b>3.407.006</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Projetos em curso	2.753.570	2.150.981
Projetos em curso - Partes Relacionadas	533.600	1.241.863
Outros	60.761	2.293
	<b>3.347.930</b>	<b>3.395.137</b>
	<b>7.312.961</b>	<b>6.802.144</b>

## 22. Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Venda de bens</b>		
Mercado interno	3.933.761	4.399.026
Mercado comunitário	29.356	152.425
Mercado extracomunitário	-	6.125
	<b>3.963.118</b>	<b>4.557.576</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Mercado interno	13.387.036	13.240.216
Mercado comunitário	2.499.642	2.222.554
Mercado extracomunitário	303.398	373.955
	<b>16.190.077</b>	<b>15.836.725</b>
<b>Total vendas e prestação de serviços</b>	<b>20.153.194</b>	<b>20.394.301</b>

## 23. Custo das Vendas

	31-12-2019	31-12-2018
Saldo inicial	214.910	44.685
Compras	3.379.009	4.310.383
Transferências - Portal de compras (nota 8)	652.848	
Regularizações	-	-
Saldo final	243.680	214.910
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>4.003.087</b>	<b>4.140.158</b>

## 24. Subcontratos

	31-12-2019	31-12-2018
Serviços profissionais	936.871	701.255
Serviços de suporte e manutenção	1.299.663	1.196.774
Outros subcontratos	3.413.980	3.117.559
	<b>5.650.514</b>	<b>5.015.588</b>

## 25. Fornecimentos e serviços externos

	31-12-2019	31-12-2018
Trabalhos especializados	3.396.541	2.394.013
Rendas e alugueres	148.053	1.040.654
Deslocações e estadas	240.656	328.255
Pulicidade e propaganda	154.295	320.441
Conservação e reparação	421.465	273.281
Energia e fluídos	192.036	186.842
Seguros	105.365	103.455
Transportes e representação	46.363	46.327
Despesas bancárias	29.232	36.221
Comunicação	45.938	41.755
Contencioso e notariado	18.260	21.422
Outros fornecimentos e serviços externos	23.422	68.544
	<b>4.821.623</b>	<b>4.861.210</b>

A redução substancial na rubrica de rendas e alugueres deve-se à exclusão do registo dos leasings operacionais, devido à aplicação da IFRS 16.

## 26. Custos com o pessoal

	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações do pessoal	8.392.553	9.128.099
Encargos sobre remunerações	1.930.716	2.190.639
Remunerações dos órgãos sociais	613.375	761.177
Custos Reestruturação	195.285	115.765
Outros gastos com pessoal	709.683	692.938
	<b>11.841.612</b>	<b>12.888.618</b>

A empresa tinha ao seu serviço, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, 286 e 290 colaboradores, respetivamente.

## 27. Outros ganhos e perdas líquidos

	31-12-2019	31-12-2018
Proveitos suplementares	4.380.394	3.149.816
Trabalhos para a própria empresa	140.606	374.578
Correções relativas a exercícios anteriores	50.940	(77.088)
Restituição de Impostos	495.947	55.402
Perdão Dívida - Glintt Angola	(1.350.000)	(1.045.000)
Outros ganhos/perdas líquidas	(18.258)	545.585
	<b>3.699.629</b>	<b>3.003.293</b>

Os trabalhos para a própria empresa estão relacionados com os ativos intangíveis desenvolvidos internamente (nota 8).

No presente exercício, e analisada a recuperabilidade da totalidade da dívida da Glintt Angola, foi registada uma redução da dívida no montante de 1.350 mil euros.

## 28. Depreciações e amortizações

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Equipamento administrativo	33.908	56.152
Edifícios e outras construções	2.587	2.587
Equipamento básico	16.114	10.584
Equipamento transporte - IFRS16	439.620	-
Edifícios e outras construções - IFRS16	424.453	-
<b>Ativos intangíveis</b>		
Intangíveis desenvolvidos Internamente	1.014.768	1.367.560
Intangíveis programas de computador	78.422	78.422
	<b>2.009.872</b>	<b>1.515.305</b>

## 29. Imparidades

A empresa efetua anualmente testes de imparidade, para se assegurar que o valor dos ativos registados corresponde ao seu valor recuperável líquido.

Após a elaboração dos referidos testes, foram identificadas as seguintes imparidades a registar:

	31-12-2019	31-12-2018
Clientes e Outros Devedores - Imparidade (Nota 13)	(417.755)	127.737
Clientes - Incobráveis	(37.863)	(59.346)
Outros	-	(465)
Investimentos Financeiros (Nota 9)	(3.178.469)	-
	<b>(3.634.087)</b>	<b>67.926</b>

## 30. Provisões

	Saldo 1 Janeiro 2019	Reforço	Reversão	Saldo 31 Dezembro 2019
<b>Reestruturação</b>				
Filial Polska [a]	317.306	-	(317.306)	-
Filial SolSERVICE [a]	666.320	-	(666.320)	-
Filial Glintt Angola	1.476.419	-	(776.419)	700.000
	<b>2.460.046</b>	<b>-</b>	<b>(1.760.044)</b>	<b>700.000</b>
<b>Outros riscos e encargos</b>				
Garantia claus. 11 nº1 contrato venda HCCM [a]	131.438	-	(131.438)	-
	<b>131.438</b>	<b>-</b>	<b>(2.667.901)</b>	<b>0</b>
	<b>2.591.481</b>	<b>-</b>	<b>(4.427.946)</b>	<b>700.000</b>

[a] A contrapartida destes movimentos de provisões na demonstração de resultados encontra-se refletida na rubrica de perdas com operação descontinuada, de acordo com a IFRS 5 (Nota 33)

	Saldo 1 Janeiro 2018	Reforço	Reversão	Saldo 31 Dezembro 2018
<b>Reestruturação</b>				
Farmaplus Consoft [a]	551.089	-	(551.089)	-
Filial Polska [a]	317.305	-	-	317.305
Filial Solservice [a]	666.320	-	-	666.320
	<b>1.534.714</b>	<b>-</b>	<b>(551.089)</b>	<b>983.625</b>
<b>Outros riscos e encargos</b>				
Filial Glintt Angola	1.913.419	-	(437.000)	1.476.419
Garantia claus. 11 nº1 contrato venda HCCM [a]	262.875	-	(131.437)	131.437
	<b>2.176.294</b>	<b>-</b>	<b>(568.437)</b>	<b>1.607.856</b>
	<b>3.711.008</b>	<b>-</b>	<b>(1.119.526)</b>	<b>2.591.481</b>

### 31. Resultados financeiros

	31-12-2019	31-12-2018
Dividendos obtidos	9.000.000	2.000.000
Outros ganhos/perdas financeiras	(194.414)	(631.108)
Juros suportados	(1.398.190)	(1.009.061)
	<b>7.407.396</b>	<b>359.831</b>

Os dividendos registados foram distribuídos pela Consoft e Glintt BS, no valor de 2.500.000 e 6.500.000 euros, respetivamente. No caso da Glintt BS, os valores em causa foram utilizados para redução da conta corrente com esta empresa, razão pela qual não se verificou fluxo financeiro na demonstração de fluxos de caixa.

Os juros decorrentes dos passivos de locação (IFRS 16) totalizam os 68.785 euros.

### 32. Impostos sobre resultados

A empresa apresenta um resultado antes de imposto positivo de 75.843 Euros, tendo sido apurado um valor negativo de imposto de 97.960 Euros, que se decompõe conforme segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Imposto corrente	114.831	133.322
IDA	774.572	(141.764)
Crédito de Imposto	(987.363)	-
	<b>(97.960)</b>	<b>(8.442)</b>

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Saldo inicial	4.129.438	4.154.184
Reforço	83.615	1.117.247
Regularizações	(20.075)	(1.045.529)
Redução	(722.858)	(96.464)
<b>Saldo final</b>	<b>3.470.120</b>	<b>4.129.438</b>

O montante crédito imposto corresponde à recuperação do imposto sobre prejuízo fiscal no consolidado fiscal da Farminveste IPG.

Em 2018, o valor de regularizações refere-se à transferência dos ativos por impostos diferidos para as empresas que compunham o RETGS e que com o fim da aplicação deste regime, regressam à esfera individual de cada empresa, conforme referido anteriormente na nota 11.

Na sequência de uma inspeção fiscal ao exercício de 2015, a Administração Tributária efetuou uma correção ao resultado fiscal obtido nesse período, o que originou uma regularização no montante de 135.259 euros ao montante de imposto diferido ativo reconhecido.

### Reconciliação entre a taxa nominal e a efetiva

Reconciliação entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa nominal.

A taxa média efetiva de imposto difere da taxa nominal, nomeadamente devido a:

	31-12-2019	31-12-2018
Resultado antes de impostos	75.843	(4.129.438)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	15.927	(867.182)
Diferenças permanentes (a)	(1.203.678)	(151.415)
Diferenças temporárias	1.187.751	(19.245)
Impacto operações descontinuadas com efeito fiscal	-	(79.404)
Ajustamentos à colecta:		
— Tributações autónomas	114.831	133.322
— Prejuízos Fiscais/Benefícios fiscais/Crédito Imposto	(212.791)	975.482
	<b>(97.960)</b>	<b>(8.442)</b>
	<b>-129,16%</b>	<b>0,20%</b>

#### O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:

Imposto corrente	114.831	133.322
Imposto diferido	774.572	(141.764)
Crédito de Imposto	(987.363)	-
	<b>(97.960)</b>	<b>(8.442)</b>

#### (a) Este valor respeita essencialmente a :

Amortizações, provisões e imparidades	3.255.321	315.948
Correcções relativas a exercícios anteriores	52.104	20.056
Insuficiência/Excesso de estimativa para impostos	(495.946)	(2.649)
Multas, coimas, juros compensatórios	322	1.582
Dividendos	(9.000.000)	(2.000.000)
Outros	456.397	944.041
	<b>(5.731.802)</b>	<b>(721.022)</b>
<b>Impacto fiscal</b>	<b>(1.203.678)</b>	<b>(151.415)</b>

### 33. Resultados operações descontinuadas

Os resultados das operações descontinuadas evidenciadas na demonstração dos resultados têm a seguinte decomposição:

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Perdas e ganhos com operações descontinuadas</b>		
<b>Imparidade saldos</b>		
Glantt Polska [a]	305.535	-
Glantt UK [a]	466.395	-
Glantt Ireland [a]	38.844	-
Solservice [a]	683.461	-
Sol-S e Glantt Angola	-	1.030.641
	<b>1.494.236</b>	<b>1.030.641</b>
<b>Provisões</b>		
Glantt Polska [a]	151.020	-
Solservice [a]	7.418	-
Glantt Polska [b]	(317.306)	-
Solservice [b]	(666.320)	-
HCCM [b]	(131.437)	(131.437)
Farmaplus [b]	-	(551.089)
	<b>(956.625)</b>	<b>(682.526)</b>
	<b>537.611</b>	<b>348.115</b>

[a] A contrapartida destes movimentos encontra-se detalhada na Nota 16

[b] A contrapartida destes movimentos encontra-se detalhada na Nota 30

### 34. Resultados por ação

#### Básico

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

	31-12-2019	31-12-2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ordinários	(363.809)	(4.557.547)
Nº médio ponderado de ações ordinárias	86.962.868	86.962.868
<b>Resultado por ação - básico - euros</b>	<b>(0,004)</b>	<b>(0,052)</b>

#### Diluído

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

### 35. Compromissos

Em dezembro de 2012, a empresa contraiu um empréstimo de 19,5 milhões de euros junto do Novo Banco (Antigo BES). Este foi concedido com a finalidade de amortizar totalmente os restantes empréstimos que a empresa detinha com o Novo Banco e o restante para apoio ao investimento. Por garantia deste financiamento, foram dadas de penhor as ações da Consoft, empresa espanhola adquirida em 2011 pela Glintt. O empréstimo em questão encontra-se liquidado mediante formalização, a 17 de Março de 2017 de novo empréstimo de MLP junto da mesma instituição, tendo sido liberto o penhor sobre as ações da Consoft a partir daquela data. A operação formal de libertação de penhor encontra-se concretizada e o empréstimo MLP apresenta um valor de 13,275 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício de 2015, com a venda das áreas não core à sociedade HCCM constituiu-se uma garantia bancária no valor de 1.051.000 euros, a qual veio a ser reduzida anualmente, tendo terminado em novembro de 2019.

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço, nomeadamente garantias bancárias prestadas a favor de terceiros, são as que a seguir se detalham:

	31-12-2019	31-12-2018
Santa Casa Misericórdia Lisboa	191.263	-
HCCM Outsourcing Investment SA	-	262.875
Agência para a Modernização Administrativa IP	41.500	5.500
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	19.230	19.230
Millennium Challenge Account - Cabo Verde	3.561	3.493
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	-	3.740
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde E.P.E	5.551	5.551
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	10.426	-
Assembleia da República	11.750	11.750
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia SA	6.000	6.000
CTT - Correios de Portugal	6.046	4.250
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	8.000	8.000
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	12.384	12.384
Metropolitano de Lisboa, E.P.	1.893	1.893
Metropolitano de Lisboa E.P.E.	14.944	14.944
<b>Total garantias prestadas</b>	<b>332.547</b>	<b>359.609</b>

## 36. Entidades relacionadas

Durante os exercícios de 2019 e 2018 foram efetuadas transações com entidades relacionadas, que envolveram as seguintes entidades e montantes:

Saldos com partes relacionadas 2019

Entidades relacionadas	Outras contas a receber (corrente)	Outras contas a receber (não corrente)	Outras contas a pagar (corrente)	Outras contas a pagar (não corrente)	Acréscimos & Diferimentos Ativo	Acréscimos & Diferimentos Passivo	Empréstimos
<b>Grupo Glintt:</b>							
Glintt HS	-	-	2.069.377	-	2.068.680	269.330	-
Glintt BS	-	-	9.601.070	-	2.044.096	81.470	-
Glintt INOV	140.807	-	-	-	8.134	332.721	-
Glintt Sol-S	1.230	-	-	-	-	-	-
Glintt Polska	-	-	-	-	-	-	-
Glintt Espanha	924.285	-	10.505	-	-	-	-
Glintt UK	-	-	-	-	-	-	-
Glintt Ireland	-	-	-	-	-	-	-
Glintt Açores SA	-	-	35.648	-	4.179	-	-
Glintt Angola	17.584	1.151.412	-	-	-	-	-
Glintt Brasil	-	-	75.906	-	-	-	-
SolService Angola Lda.	-	-	-	-	-	-	-
Consoft	-	-	5.194.624	4.500.000	313.351	-	-
Pulso	-	-	-	-	144.691	-	-
Farmasoft	-	-	329.367	-	-	-	-
Qwerty Inf.	-	-	-	-	69.150	-	-
Alpes	-	-	-	-	24.181	-	-
Loginfar	-	-	-	-	58.032	-	-
	<b>1.083.905</b>	<b>1.151.412</b>	<b>17.316.497</b>	<b>4.500.000</b>	<b>4.734.494</b>	<b>683.521</b>	<b>-</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>							
Farminveste IPG	983.236	-	103.904	-	-	-	-
Farminveste 4 - Serviços, S.A.	875.571	-	339.738	-	-	533.600	-
Farminveste SGPS	8.856	-	-	-	-	-	-
ANF - Associação Nacional das Farmácias	58.063	-	-	-	-	-	-
Alliance Healthcare, S.A.	279.821	-	-	-	-	-	-
Infosaúde-Inst.Form.Inv. Saúde,Unip,Lda	107.889	-	7.220	-	-	-	-
Finanfarma	17.416	-	-	-	-	-	-
Associação Dignitude	-	-	-	-	-	-	-
HMR - Health Market Research International, S.A.	25.224	-	-	-	-	-	-
Sensing Evolution, Lda.	-	-	-	-	-	-	-
Go Far Insurance	2.786	-	-	-	-	-	-
Farmacope	-	-	236	-	-	-	-
Alliance Healthcare Açores, S.A.	39.773	-	-	-	-	-	-
	<b>2.398.635</b>	<b>-</b>	<b>451.097</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>533.600</b>	<b>-</b>

Entidades relacionadas	Outras contas a receber (corrente)	Outras contas a receber (não corrente)	Outras contas a pagar (corrente)	Outras contas a pagar (não corrente)	Acréscimos & Diferimentos Ativo	Acréscimos & Diferimentos Passivo	Empréstimos
<b>Grupo Glintt:</b>							
Glintt HS	67.215	-	2.346.104	-	1.673.248	-	-
Glintt BS	1.561	-	11.700.113	-	1.228.110	-	-
Glintt INOV	187.265	-	148.840	-	(118.423)	-	-
Glintt Polska	-	-	-	-	-	-	-
Glintt Espanha	127.843	-	-	-	-	-	-
Glintt UK	212.038	-	-	-	-	-	-
Glintt Ireland	24.398	-	30.000	-	-	-	-
Glintt Açores SA	58.847	-	-	-	-	-	-
Glintt Angola	9.871	2.464.531	-	-	7.713	-	-
Glintt Brasil	-	-	75.906	-	-	-	-
SolService Angola Lda.	-	-	-	-	-	-	-
Consoft	-	-	5.648.782	4.500.000	179.562	-	-
Pulso	-	-	-	-	279.914	-	-
Farmasoft	-	-	321.464	-	-	-	-
	<b>689.038</b>	<b>2.464.531</b>	<b>20.271.209</b>	<b>4.500.000</b>	<b>3.250.123</b>	-	-
<b>Outras partes relacionadas:</b>							
Farminveste IPG	354.714	-	140.621	-	335.154	37.578	1.015.616
Farminveste 4 - Serviços, S.A.	227.692	-	421.920	-	321.198	1.051.595	-
ANF - Associação Nacional das Farmácias	23.082	-	-	-	-	14.750	-
Alliance Healthcare SA	456.734	-	-	-	179.590	373.104	-
Infosaúde-Inst.Form.Inv. Saúde,Unip,Lda	141.958	-	-	-	-	-	-
Finanfarma	15.040	-	-	-	-	-	-
Associação Dignitude	36.654	-	-	-	96.457	-	-
HMR - Health Market Research International, S.A.	2.291	-	-	-	-	-	-
Sensing Evolution, Lda.	2.058	-	-	-	-	-	-
	<b>1.260.223</b>	-	<b>562.541</b>	-	<b>932.399</b>	<b>1.477.026</b>	<b>1.015.616</b>

Entidades relacionadas	Vendas	Prest. Serviço	CMVMC	FSE's	Dividendos	Juros	Outros ganhos/perdas
<b>Empresas do Grupo</b>							
Glintt BS	8.834	324.081	-	(139.615)	6.500.000	-	1.795.025
Glintt HS	-	515.220	(27.828)	(347.333)	-	-	1.624.761
Glintt INOV	-	8.134	-	(84.783)	-	-	(308.643)
Qwerty Inf.	-	-	-	-	-	-	69.150
Pulso	-	-	-	-	-	-	144.691
Consoft	-	-	-	-	2.500.000	(338.537)	313.351
Alpes	-	-	-	-	-	-	24.181
Glintt Açores	-	-	-	-	-	-	4.179
Glintt Espanha	-	-	-	-	-	-	-
Loginfar	-	-	-	-	-	-	58.032
Farmasoft	-	-	-	-	-	(7.903)	-
Glintt Angola	-	96.641	-	-	-	-	(1.350.000)
	<b>8.834</b>	<b>944.075</b>	<b>(27.828)</b>	<b>(571.730)</b>	<b>9.000.000</b>	<b>(346.441)</b>	<b>2.374.726</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>							
ANF - Associação Nacional das Farmácias	-	280.473	-	-	-	-	62.484
Infosaude	-	441.671	-	(15.875)	-	-	28.738
Finanfarma	-	149.845	-	-	-	-	7.219
Imofarma	-	-	-	-	-	-	-
Associação Dignitude	-	125.921	-	-	-	-	(1.200)
Plataforma Saúde	-	354	-	-	-	-	-
Go Far Insurance	-	216	-	-	-	-	2.265
Farminveste IPG	27.609	1.094.990	-	(535.300)	-	-	52.865
Farminveste 4 - Serviços, S.A.	284.399	1.380.532	-	(2.605.710)	-	-	4.022
Globalvet	-	-	-	-	-	-	618
Farbiowell	-	-	-	-	-	-	1.029
HMR - Health Market Research Portugal	-	-	-	-	-	-	31.038
HMR - Health Market Research International, S.A.	-	32.717	-	-	-	-	105.622
HMR - Health Market Research Espanha, S.L.	-	-	-	-	-	-	451
HMR - Health Market Research Ireland Limited	-	-	-	-	-	-	451
Alliance Healthcare, S.A.	29.197	1.284.733	-	-	-	-	35.133
Alliance Healthcare Açores, S.A.	-	32.336	-	-	-	-	-
Alloga Logifarma, S.A.	5.345	-	-	-	-	-	-
	<b>346.550</b>	<b>4.823.789</b>	<b>-</b>	<b>(3.156.885)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>330.735</b>

Entidades relacionadas	Rédito	CMVMC	FSEs	Dividendos	Juros	Outros ganhos/perdas
<b>Empresas do Grupo</b>						
Glantt HS	-	-	-	-	-	1.441.243
Glantt BS	275.078	-	-	-	-	893.032
Glantt INOV	-	-	121.008	-	-	(118.423)
Glantt Polska	-	-	-	-	-	-
Glantt Espanha	-	-	-	-	-	-
Glantt UK	-	-	-	-	-	-
Glantt Ireland	-	-	-	-	-	-
Glantt Açores SA	-	-	-	-	-	-
Glantt Angola	-	-	-	-	-	7.713
Glantt Brasil	-	-	-	-	-	-
SolService Angola Lda.	-	-	-	-	-	-
Consoft	-	-	-	2.000.000	(382.912)	179.562
Pulso	-	-	-	-	-	279.914
Farmasoft	-	-	-	-	-	-
	<b>275.078</b>	<b>-</b>	<b>121.008</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(382.912)</b>	<b>2.683.040</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>						
Farminveste IPG	-	-	(131.353)	-	(76.982)	-
Farminveste 4, S.A.	1.553.392	-	(2.500.103)	-	-	-
Farminveste 3, S.A.	-	-	(41.982)	-	-	-
ANF - Associação Nacional das Farmácias	-	-	-	-	-	-
Alliance Healthcare SA	1.488.405	-	-	-	-	-
Infosaúde, Lda.	2.179	-	(6.867)	-	-	-
FINANFARMA	147.522	-	-	-	-	-
Go far Insurance	5.760	-	-	-	-	-
HMR - Health Market Research International, S.A.	5.760	-	-	-	-	-
Sensing Evolution, Lda	10.817	-	-	-	-	-
	<b>3.213.835</b>	<b>-</b>	<b>(2.680.305)</b>	<b>-</b>	<b>(76.982)</b>	<b>-</b>

### 37. Remuneração dos Órgãos de Gestão

No exercício de 2019 e 2018, as remunerações pagas a Administradores e Diretores foram as seguintes:

	Remunerações Fixas		Remunerações Variáveis		Indemnização	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Administradores executivos	716.125	1.001.969	254.357	278.450	-	69.283
Diretores	410.764	522.867	41.069	69.270	-	-
Administradores não executivos	56.000	58.167	-	-	-	-
	<b>1.182.889</b>	<b>1.583.003</b>	<b>295.426</b>	<b>347.720</b>	<b>-</b>	<b>69.283</b>

### 38. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 19 de Março de 2020.

### 39. Eventos após a data de balanço

Como é do conhecimento generalizado, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia.

O atual contexto impõe a adoção de medidas preventivas e de contingência, indispensáveis para ultrapassar os tempos difíceis e de incerteza que todos enfrentamos. A Glintt tem vindo a implementar um plano de medidas e boas práticas, em linha com as recomendações oficiais e da OMS, em salvaguarda da saúde e bem-estar de todos os seus colaboradores e famílias. Este plano passa, nomeadamente, pela mobilidade dos seus colaboradores, sem interrupção ou quebras de qualidade dos serviços prestados. A Glintt tem um planeamento rigoroso, que garante a continuidade das suas operações, maximizando o recurso ao teletrabalho e preservando a capacidade de intervenção das equipas operacionais para situações críticas que continuam disponíveis 24h por dia, 7 dias por semana. A situação continua a ser objeto de permanente acompanhamento pela Administração, que implementará as medidas que se afigurem necessárias em função da alteração das circunstâncias.

No início de 2020, a evolução da pandemia de COVID-19 e o decretar do estado de emergência pelo Governo, que levou ao encerramento de diversos setores da economia, tem aumentado o clima de incerteza na economia nacional e europeia sobre as perspetivas futuras. No entanto, a esta data, as perspetivas futuras a curto prazo que foram refletidas no orçamento da Entidade para 2020 encontram-se inalteradas na medida em que não se verifica qualquer disrupção no fornecimento de bens e serviços aos clientes da Entidade, não se antevendo problemas ao nível do desempenho operacional e financeiro, uma vez que ao contrário de outros setores, os setores da saúde e das novas tecnologias, que representam parte significativa dos clientes da Entidade, continuam a laborar com as devidas medidas de proteção. Também nestas circunstâncias, as perspetivas futuras de médio e longo prazo que a Entidade incorporou nos testes de imparidade efetuados permanecem inalteradas, não se antecipando quaisquer indícios de imparidade nos principais ativos da Entidade.

Embora os efeitos decorrentes deste evento se apresentem à data incertos, consideramos que não existem situações que possam afetar a situação de liquidez e que os níveis de capital serão suficientes para prosseguir as atividades da Entidade, não existindo assim, uma incerteza significativa relativa ao pressuposto da continuidade.

### 40. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2019.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os honorários totais suportados nos exercícios de 2019 e 2018 com o Revisor Oficial de Contas relativamente à Revisão legal das contas individuais ascenderam a 18.200€ em ambos os períodos.

O Contabilista Certificado

A Administração

# 05.

## ANEXOS



# 5.1. CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GREINHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MÁRIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.** (o Grupo), que compreendem demonstração posição financeira consolidada em 31 de dezembro 2019 (que evidencia um total de 170.917.867 euros e um total de capital próprio de 74.894.968 euros, incluindo um resultado líquido de 1.220.541 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 7

Inscrita na OROC sob o n.º 23  
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381  
Capital Social € 15000  
N.º de Matricula/NIPC 501266259  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE  
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,  
8.º piso, Fração 8.02  
1070-061 Lisboa, Portugal  
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129  
www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH  
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3  
2415-396 Leiria, Portugal  
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH  
Centro Empresarial Capitólio  
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4  
4050-276 Porto, Portugal  
T: +351 228 324 132

#### ÊNFASE

Tal como descrito na nota 38 das notas às demonstrações financeiras, no passado dia 11 de março a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus ("Covid-19") como pandemia, sendo este um evento posterior à data de referência das contas. Os recentes desenvolvimentos decorrentes da pandemia têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, também a nível económico, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades. Não obstante, o Conselho de Administração face à informação disponível à data, não antecipa situações que possam afetar de forma significativa o desempenho do Grupo e a sua liquidez, considerando que os seus níveis de capital serão suficientes para prosseguir em continuidade as atividades do Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e Goodwill (Divulgações relacionadas com as notas 2.3.3, 2.7.2, 4, 8 e 9 das notas às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico do goodwill e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais ascendiam a 86.440 milhares de euros (2018: 85.073 milhares de euros) e a 31.069 milhares de euros (2018: 30.388 milhares de euros), respetivamente, representando cerca de 69% do ativo total do Grupo.</p> <p>Conforme indicado nas notas 2.3.3, 2.7.2, 4, 8 e 9, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade anualmente ou sempre que exista indicação de que possam estar em imparidade. O Grupo reconhece perdas de imparidade quando o valor de recuperação de um dado ativo ou conjunto de ativos se demonstra inferior ao seu valor contabilístico. Os testes de imparidade efetuados pelo Grupo incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, taxas de crescimento e margens perspetivadas.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade dos julgamentos relacionados com os pressupostos utilizados na preparação dos planos de negócio levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) avaliação dos critérios definidos pelo Grupo para a determinação das unidades geradoras de caixa;</li> <li>ii) obtenção dos modelos de imparidade utilizados pelo Grupo para determinar a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e teste à correção aritmética dos referidos modelos;</li> <li>iii) avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento, perpetuidade e margens perspetivadas;</li> <li>iv) indagação junto dos órgãos de gestão e seus representantes quanto à adequabilidade dos modelos e pressupostos utilizados;</li> <li>v) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS.</li> </ul>

2 de 7

<b>Ativos por Impostos diferidos</b> (Divulgações relacionadas com as notas 2.14, 2.25, 4 e 12 das notas às demonstrações financeiras individuais)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade apresenta no ativo não corrente um saldo de 4.920 milhares de euros (2018: 5.882 milhares de euros) referente a ativos por impostos diferidos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras 2.14, 2.25, 4 e 12.</p> <p>A recuperabilidade dos referidos ativos é avaliada em conformidade com as estimativas futuras de resultados fiscais positivos preparadas pela gestão.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado nível de julgamento relacionado com os pressupostos utilizados na preparação das estimativas futuras de resultados fiscais, em particular no que respeita às previsões de rendimentos, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) obtenção dos planos de negócios preparados pela gestão, com as projeções de resultados tributáveis para o período de 2020 a 2028;</li> <li>ii) indagação junto da gestão quanto à razoabilidade das projeções apresentadas nos planos de negócios e expectativa de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;</li> <li>iii) recálculo dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras e validação da correção aritmética dos cálculos e taxas de imposto utilizadas;</li> <li>iv) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS.</li> </ul>

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

5 de 7

#### **SOBRE A DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PREVISTA NO ARTIGO 508.º-G DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade inclui no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

#### **SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

#### **SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** (o Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas de 24 de maio de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.



- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 23 de abril de 2020;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 23 de abril de 2020  
**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GREINHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MÁRIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 126.059.839 euros e um total de capital próprio de 60.001.242 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 363.809 euros), a demonstração individual dos resultados, a demonstração individual do rendimento integral, a demonstração das alterações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras individuais que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ÊNFASE

Tal como descrito na nota 39 das notas às demonstrações financeiras, no passado dia 11 de março a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus (“Covid-19”) como pandemia, sendo este um evento posterior à data de referência das contas. Os recentes desenvolvimentos decorrentes da pandemia têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, também a nível económico, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades.

1 de 6

Inscrita na OROC sob o n.º 23  
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381  
Capital Social € 15000  
N.º de Matricula/NIPC 501266259  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE  
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,  
8.º piso, Fração 8.02  
1070-061 Lisboa, Portugal  
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129  
www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH  
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3  
2415-396 Leiria, Portugal  
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH  
Centro Empresarial Capitólio  
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4  
4050-276 Porto, Portugal  
T: +351 228 324 132

Não obstante, o Conselho de Administração face à informação disponível à data, não antecipa situações que possam afetar de forma significativa o desempenho da Entidade e a sua liquidez, considerando que os seus níveis de capital serão suficientes para prosseguir em continuidade as atividades da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Participações financeiras em subsidiárias e Goodwill (Divulgações relacionadas com as notas 2.2, 2.6, 5, 7 e 9 das notas às demonstrações financeiras individuais)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico das participações financeiras em subsidiárias ascendia a 68.623 milhares de euros (2018: 71.560 milhares de euros) e o do goodwill a 35.249 milhares de euros (2018: 35.249 milhares de euros), representando cerca de 82% do ativo total da Entidade.</p> <p>Conforme indicado nas notas 2.2, 2.6, 5, 7 e 9, a Entidade reconhece perdas de imparidade quando o valor de recuperação de um dado ativo ou conjunto de ativos se demonstra inferior ao seu valor contabilístico. Os testes de imparidade efetuados pela Entidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, taxas de crescimento e margens perspetivadas.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade dos julgamentos relacionados com os pressupostos utilizados na preparação dos planos de negócio levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) obtenção das últimas demonstrações financeiras e relatórios de auditoria disponíveis das participadas;</li> <li>ii) avaliação da necessidade de constituir e/ou manter as imparidades e provisões para fazer face a eventuais responsabilidades, decorrentes de algumas participadas não terem capacidade de solver os seus compromissos;</li> </ul> <p>No que diz respeito à avaliação do valor do goodwill, a nossa análise incluiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>iii) avaliação dos critérios definidos pela Entidade para a determinação das unidades geradoras de caixa;</li> <li>iv) obtenção dos modelos de imparidade utilizados pela Entidade para determinar a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e teste à correção aritmética dos referidos modelos;</li> <li>v) avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento, perpetuidade e margens perspetivadas;</li> <li>vi) indagação junto dos órgãos de gestão e seus representantes quanto à adequabilidade dos modelos e pressupostos utilizados;</li> <li>vii) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS.</li> </ul>

<b>Ativos por Impostos diferidos</b> (Divulgações relacionadas com as notas 2.15, 2.16, 5 e 11 das notas às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade apresenta no ativo não corrente um saldo de 3.470 milhares de euros (2018: 4.129 milhares de euros) referente a ativos por impostos diferidos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras 2.15, 2.16, 5 e 11.</p> <p>A recuperabilidade dos referidos ativos é avaliada em conformidade com as estimativas futuras de resultados fiscais positivos preparadas pela gestão.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado nível de julgamento relacionado com os pressupostos utilizados na preparação das estimativas futuras de resultados fiscais, em particular no que respeita às previsões de rendimentos, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) obtenção dos planos de negócios preparados pela gestão, com as projeções de resultados tributáveis para o período de 2020 a 2028;</li> <li>ii) indagação junto da gestão quanto à razoabilidade das projeções apresentadas nos planos de negócios e expectativa de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;</li> <li>iii) recálculo dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras e validação da correção aritmética dos cálculos e taxas de imposto utilizadas;</li> <li>iv) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS.</li> </ul>

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

**SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas de 24 de maio de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 23 de abril de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 23 de abril de 2020

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266

## 5.2. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da “GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A”.

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Administração e dos Serviços, os esclarecimentos e informação que entendeu convenientes.

Os atuais membros do Conselho Fiscal iniciaram as suas funções em 2020, competindo-lhes pronunciar-se sobre os documentos de prestação de contas apresentados no período de exercício das suas funções.

Assim, examinámos o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, e correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, para o período findo naquela data.

O resultado líquido do exercício de 2019 ascendeu a 1.220.541 euros.

O nosso Parecer está também suportado do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, contendo um parágrafo de ênfase, documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas em 23 de Abril de 2020, com cujo conteúdo concordamos.

Nestas circunstâncias, somos de Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Período de 2019 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Expressamos ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

24 de Abril de 2020

Ana Cristina Doutor Simões  
Nuno Miguel Ribeiro António  
Pedro Miguel Madeira Falcão e Silva

## CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da “GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A”.

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Administração e dos Serviços, os esclarecimentos e informação que entendeu convenientes.

Os atuais membros do Conselho Fiscal iniciaram as suas funções em 2020, competindo-lhes pronunciar-se sobre os documentos de prestação de contas apresentados no período de exercício das suas funções. Assim, examinámos o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração Individual da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração Individual dos Resultados, a Demonstração Individual do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, para o período findo naquela data.

O resultado líquido do período de 2019 foi negativo em 363.809 euros.

O nosso Parecer está também suportado do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, contendo um parágrafo de ênfase, documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas em 23 de Abril de 2020.

Nestas circunstâncias, somos de Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Período de 2019 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Expressamos ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

24 de Abril de 2020

Ana Cristina Doutor Simões  
Nuno Miguel Ribeiro António  
Pedro Miguel Madeira Falcão e Silva

## 5.3. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Senhores Acionistas,

De acordo com o disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal da “GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A” declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da emitente GLINTT e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da emitente GLINTT e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

24 de abril de 2020

Ana Cristina Doutor Simões  
Nuno Miguel Ribeiro António  
Pedro Miguel Madeira Falcão e Silva



glintt

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.  
Sociedade Aberta

Beloura Office Park, Ed. 10, Qta. da Beloura,  
2710-693 Sintra, Portugal

Capital Social: 86.962.868 €  
Matrícula na C.R.C. de Sintra  
Pessoa Coletiva nº 503.541.320

CONCEPÇÃO, DESIGN E PAGINAÇÃO  
madde comunicação